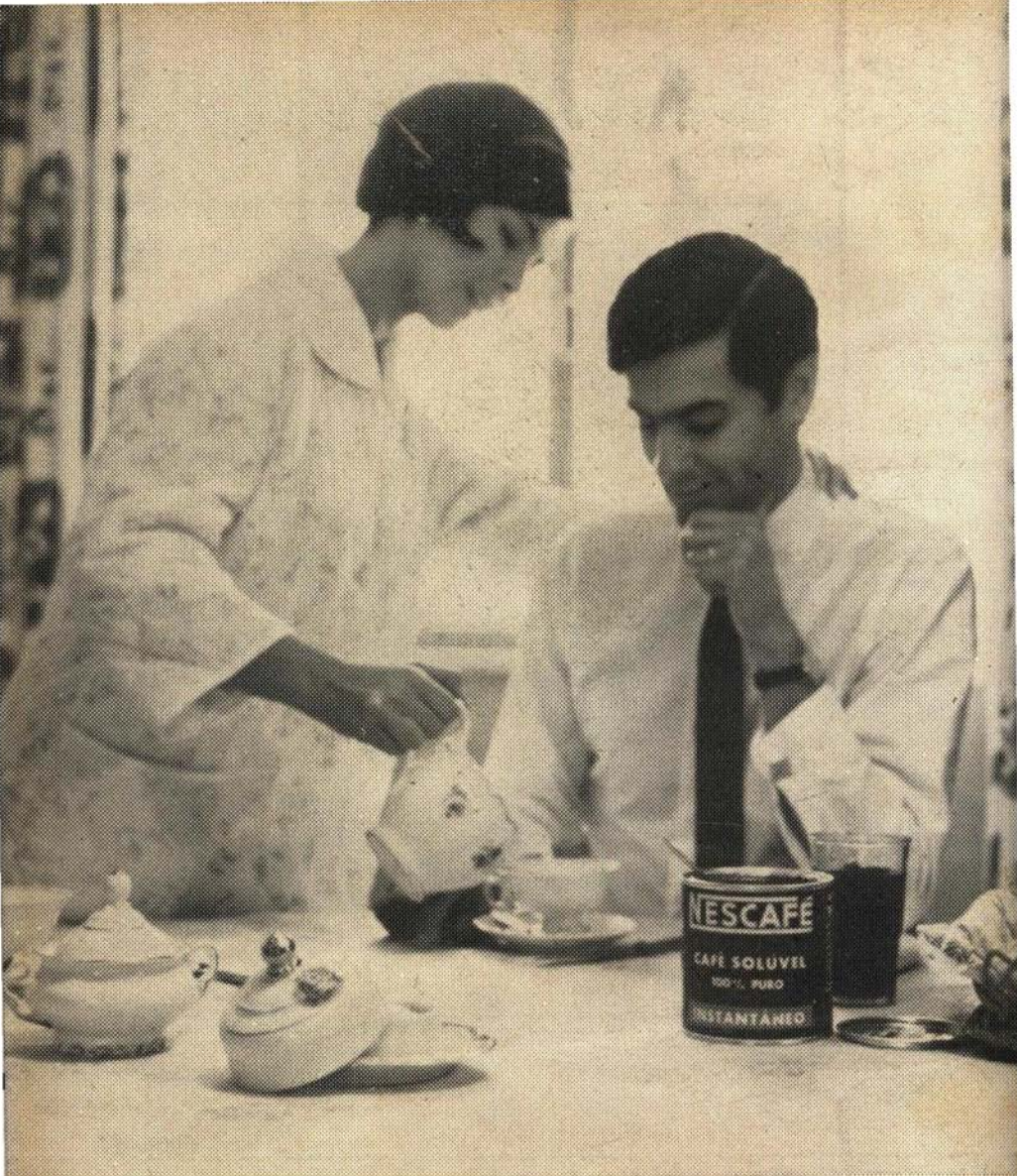


Defesa Nacional



REVISTA
DE
ASSUNTOS MILITARES
E
ESTUDOS BRASILEIROS



Toda manhã, um café-com-leite mais gostoso e nutritivo com Nescafé

Com Nescafé V. prepara
na xicara, a seu gosto, um
café-com-leite muito mais gostoso
e cremoso. Nescafé é 100%
café puro que se dissolve diretamente
no leite e dispensa a água.
Com Nescafé V. descobre o sabor



o melhor
café-com-leite
se faz com
Nescafé

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
LIII

Rio de Janeiro, GB — Mar/Abr 1967

Número
612

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil NCr\$ 2,50
(Desconto em fôlha autORIZADO, mensal: NCr\$ 0,50.)

(As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal, correndo as despesas de remessa por conta do assinante.)

Exterior NCr\$ 10,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos.)

Número avulso:

Mês NCr\$ 0,50
Atrasado NCr\$ 0,70

ENDEREÇO

Ministério do Exército
Ala Marcílio Dias

Caixa Postal: 17 (DO MEX)
ZC — 55

Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
As Operações na Guerra Revolucionária — Cel Carlos de Meira Mattos	9
Pedro Teixeira — Conquistador do Amazonas — Maj Darino Castro Rebelo ..	19
Carta a um Recruta — Ten Cel Jonas Correia Neto	33
Fatores Psicossociais — Cel Art José Joel Marcos	39
Brasil — Nação Militarista ou Antimilitarista? — Cap Luiz Paulo M. Carvalho	69
Currículo e Cidadania — Prof ^a Nilda Bethlem Bastos	89
Considerações sobre a Nova Organização para a Cavalaria — Maj Cezar Marques da Rocha	103
Fuzileiros Navais — Capitão-de-Corveta Dalmo Honaiser	113
A Necessidade do Aperfeiçoamento do Chefe — O Valor do Exemplo — Gen Moacir Araujo Lopes	131
Atualização Brasileira às Necessidades do Serviço Militar — Maj José Goulart Câmara	141
Publicações recebidas	144
Efemérides da Artilharia — (V) — Gen H. Borges Fortes	145
Centro de Instrução de Guerra na Selva — Maj. P. Marcos	157
O Veterinário na Inspeção de Alimentos — Cel Vet Estevão Alves Corrêa Filho	161
Ligações Táticas e Transportes na Guerra do Paraguai — Cel Nalot (Tradução Ten Cel M. L. Cunha Menezes) ..	171
“Avante Batalhão Suez” — Maria Luiza Rodrigues Alves Belham	177
Indústria Bélica Arma Petrobrás com Equipamentos	179
Educação Cívica em todo o País	183

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELLECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício 1967/1970)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — General José Campos de Aragão

Diretor-Secretário — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias

Diretor-Gerente — Ten-Cel (Res) João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

Gen Div (Res) Adailton Sampaio Pirassinunga

Cel Nilton Freixinho

CONSELHO FISCAL — 1967

EFETIVOS:

Mar João Baptista de Mattos

Cel José de Sá Martins

Maj Sady de Almeida Vale

SUPLENTES:

Gen Armando Batista Gonçalves

Ten-Cel Rubens Mario Cagliano Jobim

Maj Lauro Lima Santos

CORPO REDATORIAL DA REVISTA

Redator-Chefe — Ten-Cel Lauro Paraense de Farias

Redatores: Ten-Cel Inf Eduardo de Ulhoa Cavalcanti

Ten-Cel Cav Sady Boano Mussoi

Ten-Cel Art Dávio Ribeiro de Faria

Maj Eng Darino Castro Rebelo

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o
perigo comunista ao umbral de cada casa, e
a última frente se situa no espírito de cada
cidadão."



A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO

O processo revolucionário iniciado a 31 de março de 1964 acaba de completar o seu 3º aniversário. A ocasião é oportuna para uma crítica da obra realizada e uma tomada de posição face ao futuro.

A primeira fase da Revolução terminou a 15 de março último, com a transferência do governo do Presidente Castello Branco para o Presidente Costa e Silva. Durante dois anos e 11 meses coube ao Presidente Castello Branco a missão ingente de "plantar a Revolução no poder", de estruturar politicamente a Nação, em consonância com os ideais e princípios revolucionários.

Acreditamos que a esta altura do processo revolucionário já não existam mais dúvidas sobre a importância e a profundidade do movimento irrompido a 31 de março. Acreditamos, mesmo, que os incrédulos e os adversários da Revolução já estejam convencidos de que o fenómeno não foi o de uma simples transferência de cúpula política, como outras vezes

ocorreu no Brasil, mas de verdadeira transformação estrutural — moral, política, econômica e social.

* * *

Entre os revolucionários de 31 de março, é sabido, manifestaram-se logo duas tendências sobre a maneira de conduzir o processo político destinado à implantação das idéias-fôrça do movimento. Uma, mais radical, pretendia iniciar o processo de modo mais violento, com um critério eminentemente cirúrgico, impondo um governo de fôrça que, sem cerimônias nem constrangimentos, impusesse a política revolucionária. Outro, mais fiel aos compromissos da pregação pré-revolucionária, optou por uma conciliação entre a Revolução e o sistema democrático vigente, preferindo uma transformação lenta mas efetiva, mais persuasiva que impositiva.

O que vimos, nessa primeira fase, foi o êxito na condução dessa orientação política da Revolução, pois os três poderes foram mantidos e respeitados e o governo revolucionário logrou, através de ampla legislação, imprimir à Nação um estilo e um ritmo renovador, alcançando por meio de amplo apoio no Legislativo e do acatamento do Judiciário, transformar o “facies” político nacional. As leis mais necessárias à continuidade do processo revolucionário — nova Constituição, leis de índole econômica e social, etc. — foram sancionadas dentro do estrito respeito aos critérios democráticos e os próprios Atos Institucionais tiveram o “referendum” do Congresso Nacional.

* * *

Outro ponto polêmico do processo tem sido a liderança da Revolução — civil ou militar. Tôda a Nação é testemunha

dos esforços incansáveis, muitas vezes com o risco de indispor-se com certas áreas correligionárias, empreendidos pelo ex-Presidente Castello Branco no sentido de que os civis revolucionários assumissem uma posição de liderança na condução política do movimento. Pode-se dizer que os resultados, se não foram completos, não se mostraram, entretanto, decepcionantes; ninguém poderá ignorar a existência de uma liderança civil atuante, através, inicialmente, do bloco parlamentar revolucionário e, agora, representada pelos quadros dirigentes do Partido Majoritário, integrado nos ideais e propósitos revolucionários e a eles emprestando contínuo e decisivo apoio político.

O centro da liderança civil revolucionária esteve e está, indubitavelmente, no Congresso Nacional, expressão mais legítima da representação popular; aí, no Legislativo, a Revolução encontrou sempre apoio e aplauso de parte da maioria expressiva de seus membros.

O partido da Revolução, de organização mais recente, uma tentativa de arregimentação mais ampla dos civis revolucionários ou simpatizantes, nasceu sob a égide de um estrondoso sucesso eleitoral, presenteando a Revolução com expressiva e insofismável vitória em quase todos os Estados da Federação e desmentindo de maneira arrasadora a propaganda malévola de que a Revolução não conta com apoio popular. Sobre esse ponto, arriscaríamos uma interpretação, dizendo que a Revolução, se ainda não despertou o entusiasmo popular, já conquistou, entretanto, o respeito e a confiança do nosso povo; isto é inegável. Trata-se, a nosso ver, de uma posição de "expectativa confiante", assentada no reconhecimento da seriedade e respeitabilidade do governo revolucionário.

A oportunidade é sobretudo auspiciosa para que se faça um balanço sumário dos resultados positivos alcançados no decorrer desses três anos de governo revolucionário :

- a respeitabilidade da figura do governante foi inteiramente restaurada;*
- o crédito nacional foi restabelecido no exterior e no país, através de uma política econômico-financeira austera e limpa;*
- a autoridade do governo foi reimplantada, baseada na seriedade de propósitos e na honestidade de execução;*
- uma reforma administrativa corajosa, realizada com patriotismo e indiferença às críticas dos grupos de pressão, foi levada a cabo, renovando o mecanismo e os procedimentos políticos e aparelhando o governo para o prosseguimento de sua obra revolucionária;*
- os dois grandes pilares de sustentação da Revolução — um partido majoritário e a união das Forças Armadas — foram, o primeiro, criado e assentado em bases sólidas, e o segundo, preservado e fortalecido;*
- em síntese, a Revolução que ao eclodir representava um idealismo desprovido de uma dinâmica de direção política, criou esse instrumento de ação que é a doutrina revolucionária; o idealismo dos primeiros dias, que apenas aquecia a mente revolucionária está hoje servido por um instrumental doutrinário capaz de acionar coordenadamente “as mãos e os braços” da Revolução.*

A segunda fase revolucionária teve início com a posse do Presidente Costa e Silva. Será uma fase de consolidação do poder revolucionário. Por consolidação devemos compreender a implantação definitiva dos ideais e princípios da Revolução de 31 de março, assim resumidos :

- moralidade administrativa;
- autoridade governamental baseada na honradez e competência dos dirigentes;
- intransigência com os corruptos e subversivos;
- funcionamento do sistema democrático isento dos vícios e distorções da demagogia e do jogo de interesses mesquinhos e personalistas de grupos de influência;
- aceleração de um desenvolvimento sadio, fundado na solvência financeira do Estado e tendo por escopo o fortalecimento do potencial nacional e o bem-estar da coletividade;
- conquista rápida de novas áreas da hinterlândia para a fixação do "superavit" anual de população que hoje alcança a casa dos três milhões de habitantes, constituindo-se, talvez, no mais crítico problema da atualidade brasileira; essa explosão populacional exerce um efeito de pressão excitante sobre os quatro campos do poder — político, econômico, psicossocial e militar — exigindo um planejamento sério para sua solução satisfatória; daqui a pouco mais de 30 anos, isto é, no ano 2000, seremos uma Nação de aproximadamente 200 milhões de habitantes; seremos uma Nação rica ou faminta, de acordo

com a capacidade dos atuais e próximos governantes — eis, talvez, o maior desafio “toynbiano” à nossa Revolução.

* * *

Em conclusão achamos que não será demais enfatizar as enormes responsabilidades das elites revolucionárias na 2ª etapa que acaba de se iniciar. Toynbee na sua alentada e reputada obra “*A Study of History*”, procura destacar o papel das elites na condução dos povos dizendo “após uma etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso pela perda do poder criador das elites dirigentes que, à mingua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las”. As nossas elites revolucionárias se está pedindo, justamente, essa “força mágica” de liderança que há de encontrar a sua autenticidade no “espírito de 31 de março”.

O novo governo revolucionário inaugura-se auspiciosamente. A 2ª fase da Revolução está em marcha. A caminhada até aqui foi áspera, as incompreensões foram muitas, mas houve compensações e muitas. A Nação saiu do caos, da irresponsabilidade, da desonestidade administrativa e da subversão: Criou-se uma infra-estrutura de moralidade administrativa e de solvência econômica. Cumpre, portanto, prosseguir corajosamente, revolucionariamente, rumo aos destinos de grandeza que se despontam para o Brasil.

AS OPERAÇÕES NA GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Cel Inf (QUEMA) CARLOS DE MEIRA MATTOS

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nossa primeira preocupação, ao preparar este trabalho, foi a de situar o título "Operações", no quadro da guerra revolucionária.

Realmente, a Guerra Revolucionária desenrola-se num cenário complexo e muitas vezes controvertido, em que se misturam e se confundem a propaganda, as ações psicológicas, o terrorismo, a sabotagem e a guerrilha. Perguntamos então, nesse quadro, o que deve ser considerado Operações? Sendo o objetivo da Guerra Revolucionária, segundo o seu maior teórico, Mao Tze Tung, "subjugar a vontade de resistir do inimigo", poderíamos, num conceito amplo, considerar como Operações a todas as ações executadas no sentido de atingir esse objetivo, de caráter bélico ou não.

Estaríamos, entretanto, abrindo uma área muito extensa, pouco característica e que escaparia, pensamos, aos objetivos a que nos propomos. Assim sendo, preferimos relacionar o conceito de Operações com a fase de militarização da Guerra Revolucionária, que começa quando surgem as guerrilhas; estas representam a principal arma e dão a marca de militarização da Guerra Revolucionária.

O processo revolucionário desenvolve-se em 5 fases, segundo os melhores autores franceses e o conceito já aceito pelo nosso EME.

Em síntese:

- as 1ª e 2ª fases são de gestação, nelas predominando a propaganda, a guerra psicológica, os processos "brancos" de pressão e de intimidação.
- a 3ª fase caracteriza-se pela eclosão da violência por meio de sabotagens, terrorismo e da guerrilha; aí começa a criação das *bases de operação* dos grupos de guerrilheiros;
- as 4ª e 5ª fases caracterizam-se pela expansão do controle político revolucionário sobre áreas cada vez mais amplas, "zonas liberadas" e pelo conseqüente fortalecimento gradativo das guerrilhas que passam a tender para uma organização semelhante à dos exércitos regulares (transformação dos grupos de guerrilheiros em exército popular).

Baseados nesta compreensão do problema, abrangeremos no nosso estudo as Operações que têm início na 3ª fase da Guerra Revolucionária e crescem de importância e de vulto até o final da 5ª fase, quando o comando revolucionário já estendeu o seu domínio sobre ampla região geográfica e as suas unidades esparsas de guerrilheiros já se fundiram, dando origem a um Exército Popular, normalmente armado e equipado com o material bélico capturado das forças adversárias. A este respeito lembramos que na 5ª fase da Guerra da Indochina, o Exército Popular da República do Vietminh, antes da queda de Dien Bien Phou, já estava organizado em divisões ligeiras, dispondo de infantaria, unidades de reconhecimento, artilharia, engenharia e aviação.

Procuraremos focalizar, em seguida, os princípios estratégicos e táticos que regem as operações de caráter militar, particularmente no quadro de emprêgo das guerrilhas.

2. PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS GERAIS

A Guerra Revolucionária tem sido amplamente empregada a serviço dos interesses soviéticos e chineses. A Conferência Tricontinental de Havana a preconizou como processo de subversão da América Latina.

Ninguém de bom senso ignora hoje em dia, que a União Soviética e a China Comunista desenvolvem uma política de grande potência. Disputam com as potências ocidentais o controle de áreas estratégicas. A dinâmica da política russa é o domínio mundial.

Para alcançar esse objetivo usa como principal arma de infiltração a ideologia comunista. O Estado Soviético não é comunista, está muito longe da sociedade ideal sonhada por Karl Marx, transformou-se numa fria ditadura de altos burocratas que usa a força atrativa da ideologia vermelha para trazer para a sua órbita de poder os povos insatisfeitos da Terra.

Mao Tze Tung, que se apresenta hoje como o maior teórico da guerra revolucionária, apoiado na enorme experiência que lhe forneceu a Revolução Chinesa, diz textualmente no seu livro "Estratégia da Guerra Revolucionária na China": "Somos contra as campanhas longas e a estratégia de decisão rápida, porque preferimos uma estratégia de guerra longa e campanhas de decisão rápida".

Esses pensamentos do líder chinês não encerram nenhum contrassenso, como uma apreciação superficial poderia indicar, muito ao contrário, casam-se perfeitamente ao caráter propagandístico-ideológico dessa forma de guerra. A conquista da opinião pública, a conquista das mentes, na área ou país envolvido, é sempre um processo lento. Por outro lado, a ação militar revolucionária trava-se, normal-

mente, contra forças regulares material e tecnicamente mais poderosas e, nessas condições, somente os golpes rápidos e de surpresa poderão propiciar vantagens aos guerrilheiros.

Concluimos, assim, que à guerra revolucionária interessa uma estratégia a longo prazo, a espera dos efeitos psicológicos intentados, entremeada de ações táticas fulminantes e violentas.

O conteúdo da estratégia revolucionária é sempre muito mais político do que militar. Seu objetivo supremo é a conquista do poder político, nisso ela não difere da estratégia de guerra clássica, entretanto nunca procura chegar a esse objetivo através de grandes e decisivas batalhas militares. Seu campo de batalha principal são as vontades, as mentes. Atua sobre as vontades, primeiramente visando a tirar-lhes a capacidade de lutar em defesa de suas convicções, neutralizando essas convicções, pelas pressões, ameaças, terror; em seguida, substituindo-as por uma nova ideologia. Age, assim, sobre as mentes em dois estágios — um destrutivo (intoxicação psicológica, lavagem de cérebro) e outro construtivo — (formação do militante da nova ideologia).

A estratégia e a tática revolucionárias se interpenetram e se confundem sob vários aspectos, tornando difícil uma separação.

Faremos, no entanto, uma tentativa de apresentar os *princípios estratégicos gerais básicos* da guerra revolucionária. Alinhamos os seguintes:

- Sua finalidade é o domínio do poder político.
- Seu objetivo principal é a conquista das massas.
- Sua arma mais eficaz é a ideologia comunista.
- A unidade de comando estratégico é uma das suas principais características. Trata-se de uma estratégia global sob comando único (conceito leninista sobre a revolução marxista mundial). Diz Mao Tze Tung: o comando deve ser centralizado no campo estratégico, mas descentralizado no plano tático.
- As massas das regiões subdesenvolvidas oferecem objetivos psicológicos mais vulneráveis à pregação revolucionária.
- Cada área visada (teatro) exigirá uma complementação da estratégia global tendo em vista a exploração das contradições locais.

Em que pese a interação dos fatores políticos e militares no âmbito das operações de guerra revolucionária, procuramos destacar alguns princípios estratégicos nitidamente militares, entre os apresentados por Mao Tze Tung na obra já citada.

3. PRINCÍPIOS ESTRATÉGICOS MILITARES

“Se bem que sejamos atraídos pelo gosto das operações ofensivas e que mais nos convém, no quadro militar, é a defensiva estratégica alimentada por freqüentes e violentos golpes de uma tática agressiva”. Podemos resumir esse conceito, em nossa linguagem doutrinária, “como uma acentuada preferência pela permanente ofensiva tática no quadro de uma defensiva estratégica”; essa defensiva estratégica na área conflagrada e, de resto, a atitude que mais se ajusta aos objetivos da estratégia política a que nos referimos, “de deixar amadurecer o fruto (a opinião pública) para depois colhê-lo sem esforço maior”.

— “Preferimos a guerra de manobra e de aniquilamento, servida por uma tática de decisão rápida”.

Equivale a dizer da opção revolucionária, no quadro estratégico militar, pelo incentivo de uma variada combinação da guerrilha e do terrorismo. A primeira aparece de surpresa, destrói ao máximo e desaparece, enquanto o segundo seqüestra, assassina na calada da noite, destrói pontes, obras de arte, pontos críticos de comunicações e energia, incendeia colheitas, plantações e depósitos.

— “Preferimos as guerrilhas às organizações pesadas e lerdas”.

— “Somos contrários aos fronts definidos e à guerra de posição, porque preferimos os fronts flutuantes e a guerra de movimentos (manobras)”.

— “Somos contra a retirada do inimigo, porque somos partidários da guerra de aniquilamento”.

— “Somos contra as colunas errantes, porque consideramos as forças revolucionárias como um organismo de propaganda popular e um fator de organização de um poder popular local”.

— “A guerrilha não pode existir e se ampliar durante um longo período se não dispuser de bases de apoio, bases de operação”. O escritor chinês estuda três tipos geográficos de “bases”; na montanhas, na planície e nas florestas e opta pela base nas montanhas, em região de difícil acesso. A segurança da “base de operações” deve constituir preocupação permanente do comando de guerrilhas.

— “Somos contra as instalações logísticas importantes porque preferimos as retaguardas leves”.

— “A manobra em retirada, atraindo as forças inimigas ao interior da zona liberada, onde contamos com o apoio da população civil, favorece a sua rápida destruição”.

Passemos, agora, à aplicação, ao campo da tática.

4. TÁTICA DE GUERRILHAS

Apresentaremos, em seguida, alguns postulados principais da tática revolucionária. Combatendo sempre contra forças regulares muito mais poderosas, as guerrilhas não podem jamais enfrentá-las em campo aberto e em operações clássicas.

Os guerrilheiros têm que saber usar uma tática de astúcia e de fintas. Evitam engajar-se em combate. Golpeiam de surpresa, com violência, e desaparecem.

As características principais da tática de guerrilha são: surpresa, dispersão, infiltração, máximo de violência e rapidez nos ataques e preparação minuciosa das operações.

Um dos aspectos característicos do combate das guerrilhas é a fluidez, a capacidade de atacar sem se aferrar, e sumir. A conquista tática do terreno não interessa, o que interessa é manter a inquietação permanente na área, até a conquista da população (pela fadiga, pela intimidação, pelo terror). Conquistada a população para a causa revolucionária, estará dominada a região ou país.

Mao Tse-Tung, na sua obra já citada, oferece-nos inúmeros conceitos sobre a tática revolucionária.

Vejamos os principais:

- “Se o inimigo avança, nós nos retiramos;
- Se o inimigo se entrincheira, nós o inquietamos;
- Se o inimigo está esgotado, nós o atacamos;
- Se o inimigo se retira, nós o perseguimos”.

Buscando ensinamento em outra fonte de experiência, podemos reproduzir aqui alguns tópicos das instruções baixadas pelo Comando Militar das Forças Revolucionárias do Vietnã do Norte para as suas guerrilhas:

“Combater sempre com inteligência (tática de ardis, escaramuças e emboscadas).

Procurar infatigavelmente conservar a liberdade de movimentos. Estimular no guerrilheiro a vontade de atacar, (atacar sempre, no avanço, na retirada, nas linhas de combate ou nas retaguardas). Manter o espírito de resolução (não tardar, não hesitar, não vacilar).

Saber guardar o segredo.

Agir sempre com rapidez (fazer da rapidez o elemento essencial da surpresa)

Fazer a guerra de extermínio total (impor o terror nas fileiras inimigas e na população não colaboracionista)".

Recorrendo-se ao manancial da experiência francesa encontraremos, também, proveitosas lições. Os franceses, como se sabe, suportaram neste pós-guerra as seguintes operações revolucionárias ou insurrecionais: na Indochina durante 10 anos; na Tunísia e no Marrocos; e na Argélia durante 7 anos e meio. Podemos dizer que a experiência gaulesa foi intensamente aplicada no sentido de criar uma doutrina antiinsurrecional, daí extraindo os processos de combate contra os guerrilheiros.

Devemos à "verve" de um General francês esta extraordinária conceitualização da guerra insurrecional: "é uma guerra abstrata contra um inimigo invisível". Realmente esse inimigo invisível obrigou a França a manter na Argélia um efetivo de 500.000 homens de forças regulares, com pesados ônus financeiros e estratégicos, não só para a França, mas também para a OTAN, onde os efetivos franceses no sistema defensivo europeu ficaram reduzidos em face de seus problemas na África do Norte.

Analisando-se a tática da guerra insurrecional nos seus aspectos tão variados e desconcertantes chegamos nós às seguintes conclusões:

- é uma tática de fintas;
- todo seu êxito reside na surpresa;
- não se ajusta a um quadro operacional classicamente ofensivo ou defensivo, mas ataca e defende alternativamente por meio de ações rápidas e momentaneamente decisivas; no interior da área contaminada (daí a outra denominação em voga, de guerra de superfície).
- o êxito tático é obtido através da frequência das ações violentas (de vaivéns), conduzidas pelas guerrilhas, que deve corresponder sempre a um maior estímulo à desobediência e às adesões da população civil da área;
- seu objetivo é conquistado quando a adesão em massa da população civil da área conflagrada torna impossível o exercício da autoridade legal na mesma.

Nos seus últimos estágios, a guerra revolucionária possibilita a criação de um governo revolucionário local (e isto aconteceu na China e Indochina), e este procura obter seu reconhecimento legal de parte de governos exteriores. Nessa fase as guerrilhas tendem a se transformar em exércitos populares. Estes, à medida que se firma o governo revolucionário, começam a se aproximar das formações regulares, organizando-se em Btl, Regimentos, Brigadas, Divisões, etc.

5. PROCESSOS DE COMBATE DAS GUERRILHAS

Em síntese, nos processos de combate mais utilizados pelas guerrilhas, cumpre destacar as seguintes regras:

- preferir as ações noturnas;
- atuar, normalmente dispersos;
- só se concentrar para um golpe decisivo e de curta duração;
- inquietar permanentemente o inimigo;
- imobilizar ou retardar as colunas inimigas pela manobra ou cerco;
- dar grande importância aos golpes de mão e emboscadas;

Deve o Cmt. de uma guerrilha saber combinar essas regras visando conservar a sua iniciativa tática. Realmente a iniciativa tática é particularmente importante para o êxito das operações de guerrilhas. Mao Tsé-Tung diz que o Comandante de guerrilha deve conservar a iniciativa pela surpresa na utilização das forças. O sigilo, também, é um importante fator de surpresa.

Essa iniciativa, para ser mantida pelo Comandante de guerrilha, diante de sua inferioridade de efetivos e de material bélico, exige-lhe muita inteligência, astúcia e constante atividade. Deve saber tirar proveito de todas as fraquezas e erros do adversário. Deve ter bem presente que o seu objetivo fundamental não é conquistar o terreno nem destruir as forças físicas do inimigo, mas sim fatigá-lo e desmoralizá-lo espiritual e psicologicamente, destruindo-lhe a vontade de resistir.

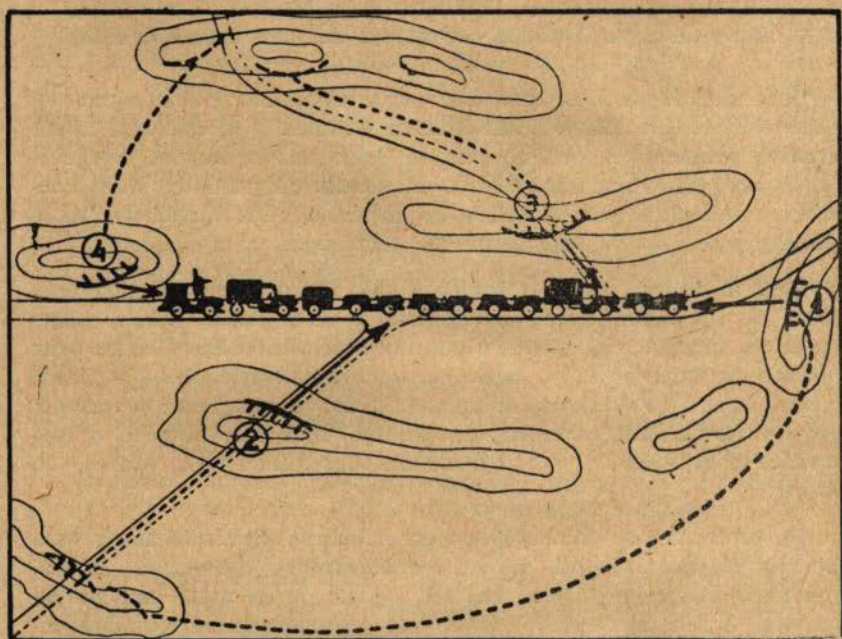
Os processos de combate dos guerrilheiros visam alcançar esse objetivo. Os guerrilheiros devem ser adestrados na técnica de dispersar-se e reagrupar-se com rapidez, de dia ou de noite, sem se desorientar e sem se perder. Devem ser superiormente treinados em processos de infiltração em qualquer terreno e sob quaisquer condições. Sua permanência na área de combate deve ser caracterizada pela constante inquietação causada ao inimigo e pela invisibilidade. É interessante se notar que os processos acima muito se aproximam dos exigidos da infantaria no combate sob condições atômicas.

A título de exemplo vamos esquematizar dois tipos de operações características da guerrilha:

- a) Imobilização de uma coluna numerosa por uma "manobra cerco". (Vide croqui n. 1).
- b) Bloqueio do acesso a uma base de operações de guerrilheiros, situada em terreno montanhoso. (Vide croqui n. 2).

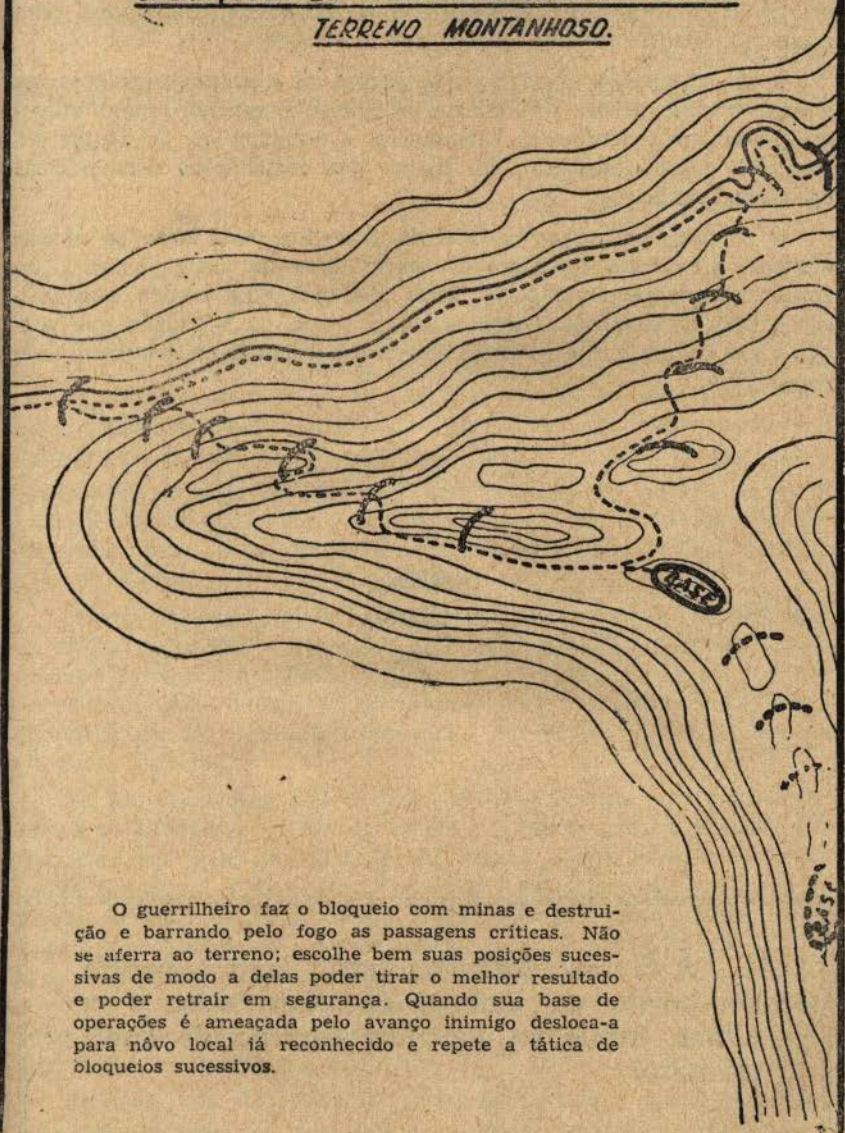
Queremos ressaltar que o período mais característico de emprego de uma tática típica da guerrilha é o que precede à "liberação" de grandes áreas e à instalação aí de governos revolucionários, apoiados num numeroso "exército popular". Nessa ocasião, na "zona liberada", a guerrilha passa a tender para a guerra e a sua tática também se

Croquis nº 1
IMOBILIZAÇÃO DE UMA COLUNA NUMEROSA
PELA "MANOBRAS DE CÊRCO."



O local da manobra é escolhido a priori. Os grupos guerrilheiros (de 10 homens cada) atiram inopinadamente sobre a coluna entrando em ação sucessivamente, na ordem correspondente à sua numeração. A coluna é imobilizada pela surpresa e tem a impressão que está cercada. Cada grupo não se deixa aferrar no combate aproximado, recuando para novas posições adrede preparadas, quando pressionado. Um efetivo de 40 guerrilheiros bem adestrados e em terreno favorável é capaz de imobilizar por meio desta manobra, durante meia jornada ou mais, causando pesadas baixas, uma coluna muito mais numerosa de tropa regular que se deixe surpreender.

aproxima da tática convencional. Entretanto, mesmo quando isto acontece, seguindo a técnica da guerra revolucionária, fora da "zona liberada" continuam atuando constantemente as guerrilhas, quer instaladas em "bases de operações" incrustadas no território inimigo, quer partido da "zona liberada" em audaciosas incursões de vaivém.

Croquis nº 2BLOQUEIO DO ACESSO A UMA BASE DE
OPERAÇÕES DE GUERRILHEIROS SITUADA EM
TERRENO MONTANHOSO.

O guerrilheiro faz o bloqueio com minas e destruição e barrando pelo fogo as passagens críticas. Não se aferra ao terreno; escolhe bem suas posições sucessivas de modo a delas poder tirar o melhor resultado e poder retrair em segurança. Quando sua base de operações é ameaçada pelo avanço inimigo desloca-a para novo local já reconhecido e repete a tática de bloqueios sucessivos.

6. CONCLUSÃO

Não resta dúvida que a Guerra Revolucionária é a grande realidade do mundo contemporâneo enquanto a Guerra Atômica ou Nuclear continua a ser uma interrogação.

A perspectiva do futuro obriga a nós, militares profissionais, filhos de um dos países mais extensos e potencialmente mais ricos do globo, a estarmos psicológica e tècnicamente preparados para atuar no quadro de uma guerra revolucionária.

A mais perigosa arma lançada contra os exércitos regulares, na guerra revolucionária, é a guerrilha. Sòmente sabendo como atuam os guerrilheiros estaremos capacitados a combatê-los, se algum dia isto vier a ser necessário, em defesa das instituições democráticas do povo brasileiro.

O conhecimento aprofundado da guerrilha deve levar os nossos quadros ao estudo intensivo de uma tática de antiguerrilha e ao conseqüente adestramento da trcpa nas operações contra êsse insidioso tipo de combate. Dessa tática, a tropa da FAIBRás que passou cêrca de um ano e meio na República Dominicana, trouxe grande experiência.



A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!



PEDRO TEIXEIRA — CONQUISTADOR DO AMAZONAS

Maj Eng (QEMA)

DARINO CASTRO REBELO

1. INTRODUÇÃO

Nasceu Pedro Teixeira na Vila de Cantanhede, situada a cerca de 20 km a nordeste de Coimbra, Portugal. Pouco se conhece sobre sua família e primeiros anos de vida. Sabe-se que desde criança foi muito forte, adquirindo na fase adulta uma compleição invejável que o tornou talhado para a vida agreste, quase insensível às maiores intempéries.

Ignora-se a data em que veio para o Brasil. As páginas da nossa História começaram a registrar-lhe a presença a partir de 1614, quando em Guaxenduba, no Maranhão, combatera os franceses ao lado de Jerônimo de Albuquerque.

Convém lembrar que durante 60 anos, no período de 1580 a 1640, as coroas portuguesa e espanhola estiveram reunidas. Este fato determinou a suspensão dos limites territoriais entre as duas nações ibéricas, preconizados pelo Tratado de Tordesilhas, que na América do Sul era, aproximadamente, o meridiano que passa por Belém do Pará e Laguna, em Santa Catarina.

No fim do Século XVI o sonho de uma França Antártica, com o centro de irradiação no Rio de Janeiro, se desfez com a expulsão dos franceses, por Mem de Sá. Luís XIII passou então a alimentar outro, menos ambicioso, o da França Equinocial com centro de irradiação na cidade de São Luís do Maranhão. Depois de os franceses serem combatidos pelos luso-brasileiros e sucessivamente expulsos de toda a costa leste e do Ceará, Alexandre de Moura, antigo Capitão-Mor de Pernambuco e investido com o título de Governador-Geral das Armas e Conquista, bateu os franceses, definitivamente, em fins de 1615, obrigando-os a capitular e a abandonar o Maranhão.

Portugal, bem informado do perigo que corria a região amazônica, já então cobiçada por filibusteiros de várias bandeiras, determinou a

Alexandre de Moura, através de uma ordenança, que “fizesse a jornada de Grão-Pará e Rio Amazonas, e se batesse dêles os estrangeiros que ali residem pôsto que parece cai na demarcação de Castela o Rio Amazonas”.

De São Luís partiu a expedição a 25 de dezembro de 1615, sob o comando do Capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, com o título de “Descobridor” e Primeiro Conquistador do Rio Amazonas.

A fôrça foi dividida em três Companhias. Como subalterno de uma delas seguiu o então Alferes Pedro Teixeira. A 12 de janeiro de 1616, entraram na Baía de Guajará. Numa ponta de terra firme desembarcaram, onde desde logo foram iniciadas as obras de instalação e de defesa. Em local bem selecionado foi erguido o Forte que tomou o nome de Presépio, mais tarde chamado de Castelo e hoje, após as necessárias adaptações funcionais, serve de Hotel de Trânsito do Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar.

Os luso-brasileiros atingiram assim, pelo litoral do Norte, um ponto do seu meridiano extremo, que correspondia, aproximadamente, “a trezentas e setenta léguas de las yslas del Cabo Verde”, como preconizava o famoso “Tratado de Tordesilhas”, sôbre o qual se disse que “teve um efeito antes moral do que prático”. Embora as coroas portuguesa e espanhola estivessem reunidas, os espanhóis continuavam a dar maiores atenções aos territórios do Pacífico e vale do Rio da Prata.

Consolidada a posição, apressou-se Castelo Branco a informar tôdas as ocorrências às autoridades do Maranhão. Para tal missão foi escolhido Pedro Teixeira. Este, a 7 de março do mesmo ano seguiu por terra, com um pequeno contingente de soldados e certo número de índios. Ao término de dois longos meses de viagem, Pedro Teixeira chegou a São Luís, depois de dar combate aos tupinambás — que tentaram impedir-lhe a marcha. Foi muito bem acolhido e alvo das maiores atenções pelas boas notícias que levou e por haver aberto uma primeira via de acesso terrestre entre os dois pontos iniciais de colonização (Forte Presépio — São Luís), fora das vistas dos flibusteiros. Logo depois regressou por via marítima, em viagem menos penosa e mais rápida, levando os recursos solicitados por Castelo Branco. A luta contra os franceses, ingleses e holandeses, para firmar o domínio português no baixo Amazonas, intensificou-se com a volta de Pedro Teixeira ao Forte Presépio.

2. LUTA CONTRA OS ESTRANGEIROS NO BAIXO AMAZONAS

Os desbravadores luso-brasileiros vão se firmando nas margens da Baía de Guajará (na época seu nome era Sapará), recebendo a região a denominação de “Feliz Lusitânia”, defendida pelo Forte do Presépio de Belém, em homenagem à data da partida da expedição de São Luís, 25 de dezembro de 1615, dia de Natal. Com 12 peças de artilharia, ficou o Forte em condições de realizar a defesa contra os ataques dos índios tupinambás e contra as incursões de estrangeiros que por ali comerciavam com os indígenas, dispondo muito dêles até de feitorias próximas.



Ao saber da localização dos pequenos núcleos de estrangeiros, o Capitão-Mor começou a combater aqueles de que tinha notícia mais precisa. Para êste fim, em 7 de agosto de 1616, determinou aos Alferes Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas que dessem combate a uma nau holandesa que bordejava nas proximidades da foz do rio Xingu, à espera de uma grande armada da mesma nacionalidade, para se estabelecer na região. Na noite de 9, utilizando o fator surpresa e da grande mobilidade de suas canoas, Pedro Teixeira desencadeou um ataque fluvial bastante curioso, em virtude da desigualdade de porte das embarcações dos contendores em presença. Com habilidade, usou o método tático, muito usado na Colônia, de realizar a abordagem colocando-se com rapidez no ângulo morto da artilharia inimiga. Foi assim que assaltou a nau holandesa. Após uma luta encarniçada de corpo-a-corpo, conseguiu dominá-la. Teve, entretanto, de abandoná-la em virtude do incêndio que nela se alastrou e que não pôde ser extinto. Pedro Teixeira foi ferido nessa ação, não podendo, por isso, ficar no local do combate. Tomou a iniciativa de assinalar o local onde os restos da nau afundaram. Isto permitiu-lhe retirar mais tarde as peças de artilharia, que foram reforçar o Forte do Presépio de Belém.

Para as bandas do Guanã, os tupinambás se agitavam com gritos de guerra. Para lá seguiu Pedro Teixeira. Na Baía das Bôcas ou Carabobocas combate-os impiedosamente. Durante as ações de recalque para o interior das florestas bragantinas dos remanescentes, estabeleceu entendimentos de paz com outras tribos selvagens.

Nos fins de 1618, ao meio das lutas fratricidas, foi assassinado o valoroso Cap Alvaro Neto. O criminoso, sobrinho do Capitão-Mor Castelo Branco, ficou impune pela parcialidade criminosa do seu tio. Tal fato motivou sua deposição. Jerônimo Fragoso de Albuquerque, sobrinho de Jerônimo de Albuquerque, de Pernambuco, foi então nomeado Capitão-Mor e mandado para Belém a fim de serenar os ânimos. Após tomar conhecimento da gravidade do fato determinou a prisão do Capitão-Mor e seu recolhimento a Lisboa, juntamente com outros elementos da conspiração que o depôs do governo.

Tais acontecimentos agitaram os tupinambás. Jerônimo Fragoso organizou uma expedição para combatê-los, sob seu comando. A Pedro Teixeira fez seu chefe fluvial, já então promovido, merecidamente, ao posto de Capitão. A 7 de julho de 1619 partiu de Belém a frota constituída de quatro barcos, conduzindo pequenos canhões, soldados e numerosos índios. Após vários encontros, a expedição terminou por destruir os lugares onde os indígenas se haviam fortificado. A atuação de Pedro Teixeira em todas as ações foi sempre muito destacada, porque naquela altura já era um veterano nas lutas contra os aborígenes e estrangeiros.

Mal regressa a Belém a expedição, chega também o Cap Bento Maciel Parente, que se tornaria outro vulto memorável na colonização

portuguêsa do baixo Amazonas e da região que constitui o atual Território Federal do Amapá. Trazia uma fôrça de 80 infantes e 400 índios flecheiros, especialmente destinada a dar combate aos tupinambás. A contragosto de Jerônimo Fragoso a luta contra os indígenas foi reiniciada, já agora com requintes de crueldade. O Capitão-Mor é morto. Acende-se entre os seus lugar-tenentes ambiciosos, uma rivalidade incontida. Pedro Teixeira assume interinamente o cargo de Capitão-Mor. Igual situação não logrou Bento Maciel que julgava haver adquirido maiores direitos. Ante a energia do denodado Pedro Teixeira, regressa Bento Maciel ao Maranhão, no segundo semestre de 1620. De lá voltou com a nomeação de Capitão-Mor, em julho de 1621, ao mesmo tempo que se reacende a luta contra os índios revoltados. Pedro Teixeira foi designado para dominá-los. A paz somente foi conseguida em 1623.

Em maio daquele ano chegou a Belém uma Caravela procedente de Lisboa, com escala em Pernambuco. Em seu bordo viajava Luís Aranha de Vasconcelos, nomeado especialmente pela côrte espanhola para expulsar os estrangeiros das margens do Rio Amazonas.

Gurupá, aproximadamente 400 km a oeste de Belém, era a região que possuía maiores feitorias estrangeiras. Para lá Luís de Vasconcelos norteou suas ações.

Ao tomar conhecimento de que Luís de Vasconcelos não fôra feliz e estava cercado, Bento Maciel organizou uma flotilha de uma caravela, 22 canoas, com soldados e índios para seguir em seu socorro. O comando de uma das Companhias foi entregue a Pedro Teixeira. A meio caminho de seu objetivo, Bento Maciel encontrou Luís de Vasconcelos, que pela inferioridade numérica de meios não lograra atacar o inimigo. Bento Maciel reuniu as suas fôrças às de Luís de Vasconcelos, incorporou os elementos do Alferes Amorim anteriormente enviadas em socorro de Luís de Vasconcelos e assumiu o comando de tóda a fôrça fluvial, para dar combate ao inimigo. Os holandeses foram fragorosamente derrotados em Gurupá. Seu forte Mariocai foi destruído e em seu lugar foi erigida a Fortaleza de Santo Antônio de Gurupá, "que passou a ser guarda avançada da civilização ibérica em chão do grande mundo amazônico".

Com aquela derrota os holandeses não modificaram seus propósitos. Reuniram novos meios para tentar a fixação em algumas ilhas da foz do Amazonas. Não lhes permitiu, todavia, Bento Maciel, que diante daquela situação deu a Pedro Teixeira a missão de impedir-lhe o que desejavam. Ele o fêz com a eficiência conhecida desbaratando os elementos estrangeiros que encontrou.

Em maio de 1625, Pedro Teixeira deixa Belém comandando uma expedição de 50 soldados e 700 índios, com destino à região de Gurupá, para dar combate aos estrangeiros localizados em Manduituba. Lá chegando, após os necessários reconhecimentos e avaliações sobre o inimigo, montou seu dispositivo de ataque. Este é desencadeado dia 22 do mesmo

mês, simultâneamente pelo rio e por terra. Ao término de 12 horas de luta o inimigo bateu em retirada, coberto pela escuridão da noite, deixando cerca de 40 mortos e inúmeros feridos. Ao amanhecer do dia seguinte, Pedro Teixeira soube que o inimigo se havia reunido aos que ainda se encontravam nas terras dos índios Tucujus. Foi-lhe ao encalço, encontrando-o instalado em dois fortins. Com um ataque combinado e eficiente destruiu os fortins com inexcedível bravura. Muitos mortos foram encontrados no campo da luta. Entre os prisioneiros feitos, um revelou que a cerca de 80 km adiante existia uma fortificação guarnecida por 20 soldados. Para lá seguiu Pedro Teixeira. Tão logo chegou, a guarnição do reduto se rendeu sem travar luta, apenas sob a garantia de vida dos seus ocupantes. As fortificações foram arrasadas para evitar sua nova ocupação.

Em junho de 1629 o inimigo voltou à região de Tucujus. O Cap Pedro da Costa Favela recebeu a missão de batê-lo. Como escasseassem seus recursos, retirou-se para Gurupá, onde aguardou reforços de Belém. Estes vieram com o incansável Pedro Teixeira. Ambos seguiram ao encontro do inimigo. Desembarcaram sob intenso fogo inimigo, próximo de seus entrencheramentos. Daí por diante, Pedro Teixeira realizou incursões que inquietaram os defensores da posição. Terminou por cercá-la, obrigando seus ocupantes a pedir armistício para discutirem as condições do "cessar fogo". Em face das imposições do mais fraco ante o mais forte, Pedro Teixeira recusou prolongar o armistício. Reiniciou o ataque à posição com tal violência que a guarnição se viu obrigada a render-se.

Em outubro daquele mesmo ano Pedro Teixeira destruiu o forte de Torrego ou Tauregue (construído por Bernardo O'Brien, irlandês a serviço da Holanda), malgrado a interferência de flibusteiros ingleses, que ao tomarem conhecimento dos acontecimentos acorreram de vários pontos do Pará para prestar auxílio aos defensores da posição. Depois de despojar o forte de toda sua artilharia e munição, mandou destruí-lo até as fundações.

Os invasores estrangeiros não contiveram a fúria pela perda de Torrego. Assim, ao recolher-se Pedro Teixeira a Gurupá para restaurar as forças perdidas após tanta luta, lutas e fadigas, o Cap britânico Roger North seguiu-lhe as pegadas em dois navios de médio porte. Chegou até a tentar um desembarque em Gurupá. Ante esta ameaça, Pedro Teixeira retomou a ofensiva. Combateu com tal violência os intrusos que estes não tiveram outra alternativa senão fugir desordenadamente em suas embarcações, deixando mortos e feridos na praia. Em dezembro de 1629 regressou Pedro Teixeira a Belém, para um justo descanso.

Em 1630 a Companhia das Índias Ocidentais, incluída entre os que financiavam as instalações de feitorias na Foz do Amazonas, patrocinou o desembarque dos holandeses em Pernambuco, iniciando a "Guerra do Açúcar" que somente terminou em 1654, aliviando assim, de certo modo, a pressão sobre o Baixo Amazonas.

Refreada a guerra contra os estrangeiros e acalmados os indígenas, reacende-se a competição pelos altos postos da Capitania. O tempo compreendido entre 1635 e 1637 gastam os colonizadores em intrigas políticas estéreis, temperadas por ódios incontidos.

Pedro Teixeira, di-lo Lúcio de Azevedo, citado pelo Gen Carlos Stuart Filho em "Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará", edição da Biblioteca do Exército de 1959, "achava-se então nessa quadra da existência que, para os homens de robustez física e moral, é a mais bela e fecunda. A prudência da idade madura juntava a indômita coragem dos anos juvenis, com o vigor próprio da razão, em que o organismo humano atinge o máximo de desenvolvimento. Estes dotes lhe permitiram levar a cabo, sem embaraços, uma empresa difícil, em que outros, menos fortes ou ditosos, teriam antes sucumbido".

3. VIAGEM DE IDA E VOLTA A QUITO

Em fins de 1637, dois religiosos castelhanos da ordem de São Francisco, Domingos de Briebe e André de Toledo chegam a Belém. Encaminhados a São Luís do Maranhão, lá são ouvidos pelo provedor da Fazenda, Jácomo Raimundo de Noronha, então no governo interino do Estado do Maranhão, em virtude da divisão da Colônia, em Estado do Maranhão (do Ceará para o Norte) e Estado do Brasil (do Rio Grande do Norte para o Sul), divisão esta que durou de 1624 a 1654. Os dois religiosos fizeram o relato de sua viagem, com todos os acontecimentos que a cercaram. Disseram que partiram de Quito, na dependência do Vice-Reinado do Peru, para a província dos índios Encabelados, assim chamados por "trazerem os cabelos compridos em demasia, que às vezes arrastavam pelo chão, tanto os homens como as mulheres, atados com corda de moritim". A região se estendia da foz do rio Aguarico, afluente da margem esquerda do rio Napo, em território da atual República do Equador, para o norte e noroeste. Lá chegando, o Cap. João Palácios, chefe da expedição, foi barbaramente trucidado pelos índios. Em face de tal ocorrência, abandonaram a região. Uma parte da expedição voltou para Quito; a outra, constituída pelos dois franciscanos e mais seis soldados, "em uma pequena embarcação, se deixaram levar pela corrente, rio abaixo, sem outra intenção, que se pode imaginar se não levado pelo divino impulso". A narrativa foi feita com toda riqueza de detalhes da viagem cheia de perigos e dificuldades. Terminada a mesma, disseram estar dispostos a percorrer de novo todo o itinerário feito se a tanto fossem ajudados com auxílio e homens armados. Após tão espantosa narrativa para a época, o governador interino vislumbrou a oportunidade propícia para se fazer benquisto aos olhos do governo metropolitano.



Todavia, foi com alguma hesitação que Jácome de Noronha mandou realizar os preparativos, ao mesmo tempo que despachou Frei André de Toledo para a Europa, com o fim de informar ao rei sua resolução de mandar explorar, águas acima, o rio das Amazonas.

Pedro Teixeira foi escolhido para comandar a expedição, com os poderes de General de Estado e a patente de Capitão-Mor. Como auxiliar imediato e com o posto de Coronel foi-lhe dado Bento Rodrigues de Oliveira, brasileiro nato, tendo passado toda sua vida entre os naturais, dos quais era conhecido, temido e respeitado. Seria um auxiliar altamente prestimoso e atuante durante toda a viagem. Em julho de 1637 Pedro Teixeira seguiu para Belém com seus companheiros de expedição. Lá não é bem recebido. Diziam que o estado de pobreza e de insegurança da Capitania a tornavam muito vulnerável aos ataques estrangeiros e que esta situação se agravaria com a retirada de forças para acompanhar a expedição. Ao tomar conhecimento deste estado de coisas, Jácome de Noronha intimou o Capitão-Mor do Grão-Pará a não dificultar o cumprimento de suas ordens.

Pedro Teixeira, prevendo a morosidade das providências do Capitão-Mor do Grão-Pará, lançou mão de seus próprios recursos para atender as maiores necessidades da expedição. Mesmo assim, três longos meses foram gastos nos preparativos, nos quais são ultimados em Cametá, no Tocantins, para onde se deslocaram os expedicionários. De lá seguiram para Gurupá, de onde levantaram ferro para a grande empresa, em outubro de 1637. Naquele mesmo ano, Bento Maciel Parente recebeu como doação de Felipe IV, rei da Espanha, pelos relevantes serviços prestados à Colônia, a Capitania do Cabo do Norte, região que hoje constitui o Território Federal do Amapá, definindo assim os limites da Colônia ao Norte do Rio das Amazonas.

Compunha-se a expedição de 47 canoas, transportando 70 soldados portugueses, 1.200 índios bons remadores e agregados, perfazendo ao todo, com mulheres e serviços cerca de 2.000 pessoas. Ia bem suprida com alimentos e munição.

No início, a viagem correu sem tropeços, proporcionando uma paisagem de certa forma conhecida. Porém, à medida que se distanciavam de Belém, os ardores de muitos começaram a arrefecer. Vários casos de doença apareceram e até casos de mortes. O trabalho era cansativo e estava a exigir de cada um a tenacidade indispensável, porque longínquo era o objetivo, que parecia cada vez mais distante. De todos, exigiam uma boa dose de coragem, resistência física e paciência para chegar ao termo da viagem. Após quatro meses de viagem as incertezas e privações passaram a gerar desânimo. Pedro Teixeira reagiu com admirável habilidade, bem à altura do grande chefe e líder que era. Mandou informar a todos os membros da expedição que o porto de destino estava bem próximo. Para causar melhor efeito esta notícia, determinou ao Coronel Bento

de Oliveira que seguisse na frente com os mais recalcitrantes e com o Frei Domingos de Briebá, que regressava com a expedição, com a missão de realizar os necessários reconhecimentos, rio acima. Os efeitos de tal providência foram benéficos. Os ânimos exaltados se acalmaram e as deserções de índios cessaram.

Frei Domingos e outros espanhóis que acompanhavam a expedição se revelaram guias mediocres. Orientavam o deslocamento, muitas vezes, por caminhos errados, retardando deste modo a viagem. Já o Coronel Bento de Oliveira revelou mais uma vez as admiráveis qualidades de sertanista e de chefe, tão logo assumiu o comando da vanguarda. Conhecedor do meio, hábil no trato com os índios, além de conhecer-lhes a língua, sempre deixava preparado, nos lugares que passava, boa acolhida ao grosso da expedição.

Pedro Teixeira no comando do grosso seguia sempre os sinais e avisos deixados pela vanguarda. Cada dia, com a ânsia de chegar, pensavam os expedicionários que o próximo seria o último da jornada. Com esta expectativa deixaram o Rio das Amazonas e passaram para o Rio Napo. Em julho de 1638 atingiram a província dos Encabelados, ao chegarem à foz do Rio Aguarido, também conhecido por Rio do Ouro, pela existência desse metal precioso em seu leito. Nessa região é que foi trucidado o Cap João Palácios. Aí foi deixado um destacamento de soldados e índios, sob o comando do Cap Pedro da Costa Favela, para manter amistosos os Encabelados e travar contato com a terra, visando fundar, futuramente, um povoado lusitano.

Em agosto do mesmo ano o grosso da expedição chegou ao lugar denominado de Paiamino, na margem do rio do mesmo nome, também afluente do Rio Napo. Nesse lugar foram encontradas as canoas do Cel Bento de Oliveira. Lá, Pedro Teixeira também abandonou suas embarcações, para prosseguir a viagem por terra. A marcha se revestiu das maiores asperezas. Em fins de setembro a coluna chegou à Vila de Baeza, que fica a 50 km a Este de Quito e a 700 metros de altitude, onde foi acolhida e hospedados seus integrantes durante oito dias por ordem da Real Audiência de Quito.

O restante do trajeto foi realizado em lombo de cavalo e mulas de sela. Em Quito, a cerca de 120 km do Pacífico e a 2.850 metros de altitude, a comitiva foi recebida com manifestações de agrado e alegria. O fidalgo acolhimento dos espanhóis prolongou-se com festas religiosas e profanas, nas quais Pedro Teixeira e seus companheiros foram tratados como heróis.

O Vice-Rei do Peru, D. Luís Jerônimo Fernandes de Cabrera, é informado da extraordinária viagem realizada em sentido contrário a que Francisco de Orellana fizera nos anos de 1541/42.

Passados os momentos de maior euforia, as autoridades de Quito e Lima começaram a visualizar as consequências da abertura da grande

via fluvial do Rio das Amazonas. Isto tornava possível sua utilização pelos corsários holandeses, franceses e ingleses, partindo do Atlântico equatorial. Igualmente os portugueses do Grão-Pará poderiam utilizar o mesmo caminho para aprisionar índios, como já vinham fazendo os paulistas no Sul, alargando mais as incursões escravagistas na América espanhola.

A resposta do Vice-Rei não se fez esperar ao desafio de tão incômoda viagem, como passou a ser considerada a de Pedro Teixeira, pelas autoridades castelhanas. Felicitou por carta a Pedro Teixeira pelo feito, para salvar as aparências, mas ao mesmo tempo determinou "que bem providos de munições e mantimentos, êle e seus companheiros regressassem com urgência para Belém, onde os seus serviços poderiam ser necessários na defesa da terra". Ordenou também que fôsem designadas duas pessoas idôneas e cultas para acompanhar a expedição e, tanto quanto possível, fiscalizá-la, devendo prosseguir viagem para a Europa a fim de informar ao monarca espanhol e ao Conselho das Índias todos os pormenores da viagem. Foram designados para tal missão os Padres Cristovão de Acuna, Reitor do Colégio de Cuencas e André de Artieda, lente em teologia em Quito.

A 10 de fevereiro de 1639, Pedro Teixeira iniciou a viagem de regresso a Belém, seguindo tanto quanto possível o mesmo itinerário da vinda.

Descendo o Rio Napo, ao atingir a foz do Rio Aguarico, Pedro Teixeira encontrou o Cap Pedro Favela, que deixara por ocasião da subida do rio. Por êle soube que a presença do pequeno destacamento não trouxera maiores complicações com os índios Encabelados. No início, pretenderam repetir a façanha realizada contra os espanhóis comandados pelo Cap Palácios. Face à reação vigorosa, amainaram os ânimos. Os dias que se seguiram passaram num clima de convivência regularmente pacífico.

Para dar cumprimento às recomendações recebidas de Jácome de Noronha, Pedro Teixeira reuniu em ato solene todos os componentes da expedição e fundou, no dia 16 de agosto de 1639, junto às barrancas do Rio Aguarico o povoado a que deu o nome de Franciscana, próximo da atual povoação peruana denominada de Rocafuerte, aproximadamente na linha do Equador, e distante em linha reta cerca de 750 km de Tabatinga. Dessa solenidade mandou lavrar uma ata, encontrada na obra citada do Gen Carlos Studart Filho, que pelo seu extraordinário sabor histórico, transcrevo, "ipsis litteris":

"Ano do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, aos 16 dias do mês de agosto de 1639, defronte das bocainas do Rio de Oro, estando aí Pedro Teixeira, Capitão-Mor por S. Majestade das entradas, e descobrimento de Quito, e do Rio das Amazonas; e vindo já na volta do dito descobrimento, mandou vir perante si, Capitão, Alferes e Soldados das suas Companhias, e presente todos lhes comunicou e declarou que êle

trazia ordem do Governador do Estado do Maranhão, conforme o regimento que tinha o dito Governador de sua Majestade para no dito descobrimento, escolher um sítio que melhor parecesse para nêle se fazer povoação; e por quanto aquêle em que de presente estavam lhe parecia conveniente, assim por razão o ouro de que havia notícia, como por serem ares e campinas para tôdas as plantas, pastos de gado e criação, lhe pedia seus pareceres, porquanto tinha visto tudo o mais no descobrimento e rio; e logo por todos e cada um foi dito que em todo o decurso do dito descobrimento não havia sítio melhor e mais acomodado e suficiente para a dita povoação, que aquêle em que estavam, pelas razões ditas e declaradas; o que visto pelo dito Capitão-Mor, em nome del Rei Felipe IV, nosso Senhor, tomou posse pela coroa de Portugal do dito sítio e mais terras, rios, navegação e comércio tomando terra nas mãos, e lançando-a ao ar dizendo em altas vozes que tomava posse das ditas terras e sítios, em nome de el Rei Felipe IV, nosso Senhor, pela coroa de Portugal, se havia quem a dita posse contradissem, ou tivesse embargos que lhe pôr, que ali estava o escrivão da dita jornada e descobrimento que lhos receberia; porquanto ali vinham religiosos da Companhia de Jesus por ordem da Real Audiência de Quito e porque é terra remota e povoada de muitos indios, não houve por êles nem por outrem que lhe contradissem a dita posse; pelo que eu escrivão tomei nas mãos, e a dei nas mãos do Capitão-Mor, e em nome de el Rei Felipe IV, nosso Senhor, o houve por investido e metido na dita posse pela coroa de Portugal do dito sítio e mais terras, rios, navegações e comércio; ao qual sítio e dito Capitão-Mor pôs por nome a Franciscana, de que tudo eu escrivão fiz êste auto de posse, em que assina o dito Capitão-Mor. Testemunhas que presente — firma o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira e o Sargento-Mor Felipe de Matos”.

Cumprindo a parte mais importante de sua missão, prosseguiu Pedro Teixeira a descida do Rio Napo e depois o Rio das Amazonas, com algumas paradas de curta duração, até Belém, onde chegou a 12 de dezembro de 1639, depois de haver percorrido cêrca de 10.000 km em mais de dois anos de viagem. Contrariamente à partida, foi recebido com entusiasmo patriótico, mesmo por aquêles que se haviam oposto à sua partida para Quito.

Passados alguns dias em Belém seguiu depois Pedro Teixeira acompanhado dos dois jesuítas com destino a São Luís, a fim de relatar sua viagem ao Governador do Estado do Maranhão, que na época era Bento Maciel Parente, donatário da Capitania do Cabo do Norte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como prêmio por tantas lutas e sacrifícios durante 25 anos de profícuos serviços prestados na região amazônica, Pedro Teixeira foi nomeado para o cargo de Capitão-Mor de Grão-Pará. Tomou posse em fevereiro de 1640. Infelizmente sua gestão foi curta. Em maio de 1641, estando

a Colônia já sob o domínio de Portugal desde dezembro do ano anterior, passou o governo a Francisco Cordovil Camacho, com o intuito de seguir para Lisboa, possivelmente para submeter-se a algum tratamento de saúde. Todavia não conseguiu seu objetivo. A 4 de julho de 1641 faleceu na cidade que auxiliou a fundar e consolidar a sua posse: Belém.

O jesuíta Cristóvão de Acuna, que acompanhou Pedro Teixeira a Quito, descreveu com grande minúcia o que foi essa viagem. Mais tarde essa descrição apareceu em livro, sob o título de "Nuevo Descubrimiento del Gran Río de las Amazonas". O referido padre fez, possivelmente, a melhor apologia do Rio Amazonas quando registrou: "O Rio das Amazonas para exceder em bem-aventurança o Ganges, o Eufrates e o Nilo, só lhe falta que a sua nascente se achasse no Paraíso".

Pedro Teixeira, com sua famosa expedição a Quito, viajando por assim dizer, ao encontro do desconhecido, bem confirma aquela idéia estereotipada por panegirista dos feitos lusitanos, "que chegaram os portugueses com a espada, onde não chegou Santo Agostinho com a pena".

O feito de Pedro Teixeira, logo que foi divulgado, despertou grande interesse, particularmente pelas possibilidades que abria para uma ligação por via interior com o Peru, na época tão cobiçado pelas suas famosas riquezas em ouro e prata. Ele propiciou aos portugueses melhores informações sobre a extensão considerável da Amazônia e dos seus importantes rios que cortam a região, uns encontrados ao longo da viagem, e outros apenas conhecidos por informações dos índios. Ficou também evidenciado que tão imensa extensão territorial reclamava uma ocupação efetiva, já que era um grande vazio demográfico e, na expressão magnífica do poeta, era uma "terra imatura", mas perfeitamente habitável e com grandes recursos a explorar. O marco de Franciscana constante da Ata em que Pedro Teixeira "em nome de el Rei Felipe IV, nosso Senhor, tomou posse pela coroa de Portugal do dito sítio e mais terras, rios navegáveis...", registrada depois no Senado da Câmara de Belém, serviu mais tarde de argumento a Alexandre de Gusmão, diplomata e estadista brasileiro, irmão de Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o Padre Voador, para alargar os domínios de Portugal na Amazônia, definidos pelo Tratado de Madri de 1750, que derogou o de Tordesilhas.

Durante os festejos do 350º aniversário de Belém, em outubro de 1966, como uma das homenagens comemorativas foi inaugurada pelo Governador do Pará, Ten-Cel Alacid da Silva Nunes, um monumento a Pedro Teixeira, construído à entrada da cidade que ele muito auxiliou a fundar, com esforço e inaudita dedicação. Na oportunidade foram lembrados seus inúmeros serviços prestados à Amazônia. No sermão da missa comemorativa rezada pelo Arcebispo do Pará, foram igualmente evocados os grandes méritos de Pedro Teixeira. Ao término do mesmo, o Arcebispo "lamentou que, com as sucessivas reformas da Catedral de Belém,

não tenham sido conservados os ossos de Pedro Teixeira, cujas cinzas permanecem no templo”.

Mais de três séculos depois da morte de Pedro Teixeira seus feitos ainda nos causam admiração. As lutas travadas contra os invasores estrangeiros no Baixo Amazonas fizeram-no um dos maiores heróis da Colônia no século XVII. A viagem que empreendeu até Quito tem sabor de epopéia. Por isso sua figura deve representar o símbolo da luta pela redenção da Amazônia. Felizmente, as homenagens que ora lhe prestamos coincidem com os atuais esforços dos poderes da República, voltados para a mobilização de recursos e elaboração de planos, consubstanciando tudo no que se convencionou chamar “Operação Amazônica”, visando integrar a imensa área à comunhão nacional, na maior tentativa conhecida para realizar o grande ideal de brasilidade: Amazônia para os brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

- Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará
Gen Carlos Studart Filho
- Expansão Para o Norte
Major Salm de Miranda
- História Militar do Pará
Cel Luiz Lôbo
- História do Rio Amazonas
Henrique A. Santa Rosa
- Descobrimento do Rio das Amazonas
Alonso de Rojas e Cristobal de Acuña
- História das Fronteiras do Brasil
Hélio Viana
- Fortificações do Brasil (Resumo Histórico)
Cel Anibal Barreto
- Atlas Histórico Escolar
Ministério da Educação e Cultura
- História da Civilização Brasileira
Pedro Calmon
- South America 1:5.000.000
Printed By Army Map Service Corps Of Engineers U.S.A.
- “O Jornal”, de 16 Out 66.
- Enciclopédia Barsa

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral : em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias : cópias em preto e branco ; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções : nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE !** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é : revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carmim, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas ; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES !**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferíamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

CARTA A UM RECRUTA

Ten-Cel Art (QEMA)

JONAS CORREIA NETO

Meu filho !

Você acaba de ser incorporado ao Exército Brasileiro.

Sei — e até compreendo — que isto não seja do seu agrado. Você preferiria não servir, se pudesse, como todos os rapazes da sua idade e condição prefeririam ...

No seu círculo de relações pessoais, por certo que ninguém admitia que o filho de um oficial superior fôsse convocado, como os filhos dos civis. Ora, neste raciocínio você já nota uma discriminação e também uma acusação velada.

A discriminação é inadmissível ! Neste País não pode haver tratamento diferente para militares e civis, para ricos e pobres, para claros e escuros, para letrados e analfabetos. Não pode haver, nem há — salvo naquilo que é inerente a essas próprias condições, isto é, às tarefas, aos bens, às capacidades e aptidões, ao tirocínio e à cultura. Jamais diferenças ofensivamente discriminatórias, mas apenas diferenças lógicas, morais, legais, aceitas como justas pela sociedade como um todo, e por todos os seus componentes. Diferenças, portanto, que são garantia do equilíbrio social e nunca fatores de rompimento dêsse equilíbrio.

A acusação é injusta ! Sempre tem havido uma quantidade de filhos de militares servindo às Forças Armadas — nos quartéis, estabelecimentos e repartições, como nas Escolas de Formação de Oficiais, da Ativa ou da Reserva. Naturalmente, também tem havido aqueles que são dispensados, seja por inclusão no excesso do contingente anual, seja por incapacidade física; no primeiro caso, é uma situação normal e possível, e seria — aí sim ! — injusto e parcial que aos filhos de militares fôsse *a priori* vedada essa possibilidade, da qual eventualmente pode valer-se qualquer outro jovem; no segundo caso, deve-se sentir pena e lamentar o môdo recusado.

Disseram-lhe que, se o seu pai quisesse, poderia deixá-lo fora do serviço militar. *Não é verdade !* Mas eu — como qualquer pessoa — poderia tentar conseguir isso, à custa de conchavos inconfessáveis e de atos criminosos, que se e quando descobertos resultariam em descrédito, em punição; então, seria feito ao preço do meu nome, que é tanto seu quanto meu. Argumentariam que muitos o conseguem, e ficam impunes. Talvez ... Mas é aí que reside a diferença entre nós e certos egoístas, inescrupulosos, desonestos, maus cidadãos, piores militares.

Felizmente, você revidou de cabeça erguida às insinuações e sugestões, e não permitiu que seu pai fôsse ofendido pela crença de que pudesse proceder mal. E agora, você está servindo ao Exército — a este Exército em cujo ambiente tem vivido todos os seus dezenove anos, e ao qual seu pai já deu prazerosamente quase trinta, de dedicado labor.

Você acha que nada lucrará no Exército. Engana-se!

Faz pouco tempo que você abriu os olhos para a vida, e ela ainda o está deslumbrando, de modo que você ainda não pôde abrir, com a mesma intensidade, a sua compreensão. (Sei que você vai se ressentir com esta observação, mas quem a faz tem consciência da sua exatidão, pelo simples fato de que já cruzou a fase maravilhosa que ora aprecia em você — discretamente, para não perturbar seus vãos).

No Exército, você sentirá a *disciplina*, de uma forma permanente e até certo ponto intransigente, muito diversa daquela doce disciplina familiar, em que o carinho dos pais pode e deve sobrepor-se a tôdas as outras imposições. Isso talvez o aborreça, mas o hábito da obediência fará com que você, subconscientemente, se prepare melhor para o futuro, para o dia em que tiver de chefiar. Porque, meu filho, ninguém é capaz de exigir aquilo que não conhece, de ensinar o que não sabe. *Quem vai mandar, tem de aprender a obedecer!*

Você se encontrará com rapazes das mais diversas origens, dos mais variados meios, dos mais extremos níveis de cultura, de educação, de posses. Conviverá e lidará com bons e maus, com decentes e imorais, com dignos e indignos, com atletas e franzinos, com tristes e alegres, com revoltados e conformados, com bajuladores e altivos, com intrigantes e leais, com egoístas e desprendidos, com diligentes e preguiçosos, com inteligentes e atrasados, com responsáveis e irresponsáveis — tanta gente... Você se surpreenderá, ao constatar quanto é boa a grande massa dos nossos moços, como você: quanto eles são corretos, interessados, camaradas.

Do seu contato, mais ou menos íntimo e constante, com essa parcela da nossa esperançosa juventude, que acorre ao chamamento das Armas, você há de aproveitar muitíssimo, embora hoje possa não lhe parecer assim. Você ampliará um dos mais importantes aprendizados, para a prática da vida em sociedade: *a do conhecimento dos seres humanos*.

Por outro lado, você estará sob o controle dos seus superiores: oficiais e sargentos, principalmente. Eles algumas vezes vão lhe parecer bruscos, pouco compreensivos, exagerados, injustos; alguns deles serão isso mesmo — pois no Exército temos homens, com suas qualidades, seus defeitos, suas fraquezas individuais. Mas o julgamento exato dêesses profissionais, como do seu quartel, creia que você só vai fazê-lo daqui a algum tempo, quando pequeninos desgostos tiverem sido esquecidos e aspectos realmente significativos puderem sobressair. E aí, você perceberá que freqüentemente não foi justo nas suas críticas, que muitas vezes valorizou fatos e pessoas pelo inverso do seu verdadeiro valor. É que, no mundo, nem sempre os aparentemente mais bonzinhos são os melhores, os mais sérios, os mais elogiáveis.

Você ficará imbuído de uma realidade social, da qual a caserna (nisto, mais do que em nenhum outro ponto) é um modelo: a de que *disciplina* e *hierarquia* são imprescindíveis.

Em qualquer tipo de sociedade, de organização, a base será sempre o respeito à ordem estabelecida — consentida por todos (no caso ideal) ou pela maioria, e imposta a alguns elementos negativos, a cuja mercê não deve ficar a porção ordeira. Para se obter a indispensável harmonia — eis a *disciplina*.

Além disso, é evidente que qualquer sistema, seja de que natureza for, conterá uma gama de pessoas, as quais forçosamente serão escalonadas de acordo com as suas habilitações, tendências, experiências, títulos. Assim, haverá sempre uma pirâmide — e eis a *hierarquia*.

Não julgo necessário ressaltar que falo de uma disciplina firmada nas leis, na justiça, na consideração pelo próximo; e de uma hierarquia que, apesar da falibilidade humana, em sua gradação corresponda a indiscutíveis méritos ou à satisfação de rígidos critérios, e nunca, jamais sirva de meio de diminuição pessoal, de espezinhamento de alguém.

A *disciplina hierárquica* — que é alicerce das Forças Armadas — para acima de contingências eventuais, de ambições, de apetites, e é constantemente abrandada pelo amor ao próximo, pelo respeito ao indivíduo como tal; não tolhe a liberdade deste, quando, em situações específicas e bem definidas, impõe-lhe que proceda de certa maneira, segundo determinadas regras, em benefício e a serviço de toda uma coletividade, que nele confia.

Quando você, meu filho, faz continência a um superior hierárquico, não se está rebaixando diante dele: está saudando aquilo que ele representa, como você próprio representa algo; e está se elevando, no acertado cumprimento das leis do seu País.

Agora vejamos: por que é que você está servindo?

Porque o nosso Exército é de fato um *Exército Democrático*! Logo, a Lei do Serviço Militar, que estabelece a obrigatoriedade da sua prestação, é coerente com a letra e o espírito constitucional do Brasil: *todos são iguais perante a Lei*!

Você, como cidadão, estudante e eleitor, tem e terá direitos e deveres. Para fazer jus aos direitos (e como os homens sabem exigi-los...) é óbvio que deverá atender aos deveres; até porque, uns e outros devem constituir os dois pólos de um conjunto harmonioso. Pois um dos deveres do brasileiro é prestar serviço à Pátria em um dos seus ramos armados. Dever belo e digno, é nesse serviço que o homem confirma a integridade da sua cidadania.

Como você — agora, antes e posteriormente — milhares de rapazes cumprem a sua obrigação, cada ano. E enquanto isso, vocês estão cooperando, em bloco, para a conservação da tranquilidade das famílias brasileiras (da nossa, da sua, inclusive!) e para a segurança nacional.

O Exército, meu filho, não existe apenas para fazer guerras. Nem sequer as desejam os seus profissionais. A existência dele — poderoso

e vigilante — pode ser, só por si, um fator dissuasório, capaz de impedir a deflagração de uma guerra. Mas o país que não possuir um Exército, como o nosso, estará sob permanente ameaça de desrespeito à sua soberania e à sua liberdade. Isto é o que a História nos tem mostrado, sem dúvida; e é comprovado na época atual, aliás com dolorosos exemplos.

Além de que, cabem ao Exército outras tarefas, mais ou menos importantes, no estrito setor interno; e delas, é prioritária a manutenção da ordem pública, que em tempo de paz é uma das missões primordiais das Forças Armadas.

O Exército precisa ser forte. *Sua fortaleza repousa num binômio: potência — moral.*

Se a potência é material, fria, a *força moral* depende do comportamento dos seus componentes — entre os quais você agora se encontra ... Essa a razão pela qual não é lícito ao militar tornar-se voluntariamente passível de críticas fundadas: o seu mau procedimento não afetará a ele somente, antes se refletirá em toda a Corporação, salpicando-a, manchando-a, reduzindo-lhe a reserva moral. Eis por que o Exército exige dos que lhe vestem a farda — do General ao Soldado — que a honrem e respeitem.

Há no Exército muita coisa errada, muita coisa que pode e precisa ser corrigida, melhorada, modificada, abolida. Nós, os militares de carreira, reconhecemos isso e procuramos atuar nesse sentido. Porém, mudanças demandam estudos, pesquisas, testes, tempo, meios; para se fazer bem feito e não piorar o que existe, pois mudar só por mudar nunca foi solução. E mais: essas providências hão de ser fruto do trabalho de quem tenha vivência real dos problemas, e não de leigos arvorados em entendidos. Se você tivesse privado, como eu, com o Exército de antes da segunda guerra mundial, verificaria que grande progresso já foi conseguido; e a evolução continuará e continuará — porque assim é evolução.

Note, entretanto, que o Exército é — e é mesmo, e felizmente é — um setor das nossas instituições e uma parcela do povo brasileiro. Portanto, ele tem de ter falhas, deficiências, próprias das condições brasileiras. Ele não é perfeito, nem ninguém diria isto; todavia, acredite (e você ainda vai comparar ...) que, no Brasil, *ainda é no Exército que existe mais ordem, mais organização, mais responsabilidade, mais sentimento de dever, mais respeito à condição humana, mais incentivo ao esforço, mais zelo pelos bens públicos, mais espírito de brasilidade.*

Só isso já seria bastante para elevar muito o Exército, se não houvesse muito mais. O Exército mantém as Instituições, garante a ordem, constrói estradas, civiliza sertões, dinamiza fronteiras, trata de enfermos, saneia áreas; estabelece comunicações dentro do nosso vasto território; integra mais todas as populações do País, afiançando a estupenda unidade do Brasil; em catástrofes, acorre com o seu pessoal dedicado e com os seus recursos disponíveis. Recebe jovens (muitos dos quais nunca usaram nem sabão para banho ...), e lhes dá noções de higiene, ensina-lhes a ler e a escrever, incute-lhes hábitos sociais, desperta-lhes valores

íntimos (que de outro modo permaneceriam sufocados por tôda a vida), e assim logra ajustá-los à grande família nacional. Será isso pouco?...

O Exército Brasileiro não é um pêso morto, uma aplicação não rentável de capital (capital, aliás, parco, apesar das mentirosas afirmações que correm por aí, e cuja origem e sentido pode-se facilmente estabelecer). Não se medem elementos desiguais por um padrão único... Logo, ao cogitar do Exército, deve-se olhar aquilo que êle de fato produz, em consonância com o que o País lhe atribui e com o que precisa ser feito, — e que sômente êle pode fazer. Por exemplo: *produzir Segurança!*

Erram aquêles que definem o Exército, exclusivamente, pelas lides rotineiras de instrução diária, serviços de escala, desfiles, burocracia. Seria como ajuizar do trabalho do médico, pensando apenas em algumas consultas simples, com receitas para gripe; do engenheiro, pelas visitas às obras, onde quem está fazendo força são os operários; do advogado, pelas suas andanças nas repartições e contatos com particulares; do comerciante, pelas ocasiões em que é visto sentado atrás do balcão ou conversando na porta da casa. Não! O grande e efetivo trabalho é mais amplo, mais intenso; requer estudos, meditação, preparação, tomada de decisões, providências, que geralmente escapam às pessoas que só conseguem enxergar as aparências.

Para que a máquina do Exército, extensa e complexa, funcione a contento, cada qual faz o seu papel. Há papéis modestos, mas fundamentais — como o seu, Soldado que é, embora você imagine que não está fazendo nada... A proporção que se sobe na hierarquia (e isto vale para tôdas as profissões), menos se trabalha em volume físico, porém mais, muito mais, em volume mental, ao mesmo passo que cresce a responsabilidade. Guardadas as diferenças de idade, um Comandante é capaz de fazer tudo quanto programa para seus subordinados, mas dêstes, raros (sômente os mais próximos dêle) estariam aptos a tomar o seu lugar.

Assim, meu filho, você agora é um Soldado do Brasil!

Seu pai sente-se orgulhoso, por você. Sinto-me comóvido, também, por vê-lo no pôsto em que tantos e tantos rapazes têm passado sob o meu comando — mais do que isso, sob a minha orientação. Neste momento, em que entreguei ao Meu Exército o Meu Filho mais velho, renovo as minhas esperanças e vivifico a minha confiança nos destinos de uma Nação cujo Exército democrático abriga, em suas fileiras, moços dignos e livres — como você. O seu pequeno sacrifício há de redundar em valiosa experiência, da qual no futuro você ainda vai se valer.

Escrevo-lhe estas linhas como sempre lhe falei: com todo o coração e com a maior sinceridade. Leia-as, medite nelas, e verá que algum dia você vai corroborar as minhas afirmativas — cheias do entusiasmo que, graças a Deus, permanece constante no seu maior amigo,

seu Pai.

REPRESENTANTE!

1. Prestígie sua Revista, divulgando-a ao máximo em sua Unidade e angariando novas assinaturas. O valor de A DEFESA NACIONAL é muito superior ao de sua assinatura. Ela contém matéria sempre de interesse para os Quadros do Exército. São 53 anos a serviço da cultura militar.

2. FAÇA A REVISTA CAMINHAR. Caso um assinante tenha sido transferido, encaminhe seu exemplar diretamente a êle e comunique-nos o novo endereço, para a devida alteração em nosso fichário. Evitará, assim, que o assinante transferido receba sua Revista com grande atraso, ou mesmo não a receba, e poupará trabalho à nossa reduzida Seção de Expedição.

3. Verifique na Tesouraria de sua Unidade:

- a) Se há assinante em débito com a Revista;
- b) Se o pagamento das assinaturas está sendo feito em dia;
- c) Se o desconto em folha foi atualizado (NCR\$ 2,50 de uma só vez ou NCR\$ 0,50 por mês).
- d) Se as quantias destinadas ao pagamento das assinaturas estão sendo remetidas pelo correio em vale postal ou valor declarado e pelo Banco do Brasil com a declaração de pagável na Agência Central do Banco do Brasil, Estado da Guanabara;
- e) Se as despesas de remessa do valor das assinaturas estão correndo, como devem, por conta do assinante e não por conta da Revista. Nosso preço já é muito baixo para que a Revista possa suportar mais êsse ônus.

4. Finalmente, estimule os jovens oficiais para que remetam seus trabalhos de natureza profissional. Poderão servir de valioso subsídio aos Quadros do Exército.

A DIRETORIA

FATORES PSICOSSOCIAIS

Cel Art (QEMA) JOSÉ JOEL MARCOS

SUMÁRIO

FATORES ÉTNICOS

Principais grupos étnicos sul-americanos, em particular brasileiros. Fatores e elementos que influíram na sua formação e localização. Principais características.

FATORES DEMOGRÁFICOS

Aspectos gerais da distribuição demográfica na América do Sul, em particular no Brasil. Fatores determinantes e principais reflexos nos demais fatores geográficos, principalmente nos fatores econômicos.

A — FATORES ÉTNICOS

1 — *Aparecimento do homem americano*

1.1 — Bases para as hipóteses:

Geológicas
Arqueológicas
Etnológicas
Culturais

a) *Geológicas*

No fim da 4ª idade glacial, no último quartel do período Plistoceno, os mares estavam 100 m abaixo do nível atual, tendo deixado enormes áreas desérticas, que se tornaram férteis, devido às grandes chuvas que então caíram. Surgiram pastagens nestas e noutras áreas libertas do gelo, ajudadas pela amenidade do clima. (Ver Anexo)

Grandes rebanhos migraram ao acaso, seguidos pelos homens caçadores primitivos e assim puderam ser transpostos:

- O Mediterrâneo;
- As Aleutas; e
- O estreito de Behring.

Outras passagens foram facilitadas, embora talvez exigindo transporte marítimo:

- Da Austrália para a Antártida e desta para a América do Sul;
- Da Malásia para as Filipinas e daí para a América do Sul através da Melanésia, ilhas Páscoa etc.

b) *Arqueológicas*

Vestígios de homens primitivos pré-históricos, existentes em toda a América:

- Mounds: montículos de forma arredondada, contendo ossadas humanas, machados e outros utensílios de pedra, encontrados em toda a América do Norte, desde o Alasca até o Sul dos Estados Unidos.
- Cliff Dwellings: Ossadas humanas, restos de cerâmicas, instrumentos de pedra encontrados em cavernas escavadas nas escarpas, às vezes em grande altura, no SW dos Estados Unidos.
- Paraderos: montículos semelhantes aos Mounds, encontrados na Patagônia.
- Esteárias: Estacas enterradas, que provavelmente são restos de habitações palafitas, encontradas nos rios do Maranhão.
- Pueblos: Habitações superpostas, de adôbes, sem escadas, encontradas no SW dos Estados Unidos, algumas em excelente conservação.
- Sambaquis: enormes depósitos de conchas, alguns de 20 m de altura, contendo restos humanos, cinzas, instrumentos de pedra e cerâmica, armas e utensílios de pedra, encontrados em toda a costa do Brasil, na África e na Suécia.
- Esqueletos antigos; provavelmente datando de mais de 10 mil anos, encontrados na Califórnia, na Flórida, nas grutas de Lagoa Santa, na Patagônia e em Buenos Aires.
- Armas, utensílios e túmulos encontrados em toda parte, apresentando semelhanças pronunciadas com os da Melanésia e da Ásia.

c) *Etnológicas*

Medidas de ossos humanos pré-históricos e recentes da América, semelhantes às dos achados na Ásia, na Austrália e na África. As medidas do homem de Lagoa Santa coincidem com as dos Botocudos e com as de povos melanésios.

d) *Culturais*

Raízes lingüísticas, tradições e mitos religiosos. Incrições rupestres e desenhos cujas formas, constituições e cores coincidem com

as de povos do Oriente Médio e da Ásia. Formas e técnicas das cerâmicas, armas e utensílios. Sinais hieroglíficos, calendários e astronomia.

Arquitetura monumental, suas formas e técnicas.

Tudo apresentando pronunciadas e impressionantes coincidências com vestígios encontrados noutros continentes.

1.2 — Hipóteses antigas:

Afirmavam que o homem americano era proveniente da Europa, do norte da África e do Oriente Médio (hebreus, fenícios, babilônios, egípcios, etc.) vindos talvez através da Atlântida.

1.3 — Hipóteses modernas:

a) Homem autóctone da América — Florentino Ameghino:

O homem surgiu na Patagônia e daí se espalhou pelo resto do mundo, em 4 grandes migrações.

b) Homem americano originário da Ásia — Humboldt:

Correntes migratórias do fim da 4ª idade glacial atingiram a América, vindas da Ásia através das Aleutas, do estreito de Behring e das ilhas do Pacífico.

c) Homem de origem múltipla — Paul Rivet:

O homem americano veio *também* da Austrália, através da Antártida, sendo aceitáveis outras origens, concomitantemente.

2 — Classificação dos povos americanos:

Há diversas. Eis a de Krickeberg.

Povos de cultura inferior — nômades e caçadores, pescadores e coletores de frutos, raízes e bagas silvestres:

- Índios do Brasil;
- Esquimós;
- Índios da América do Norte;
- Índios das Antilhas;
- Índios da América do Sul meridional.

Povos de cultura média — Agricultores, arquitetura rudimentar, sedentários:

- Chibchas;
- Pueblos;
- Diaguitas.

Povos de cultura superior — Arquitetura monumental, governo centralizado, escrita, calendário:

- Nauas;
- Maias;
- Incásicos.

3 — Principais povos da América:

3.1 — Na América do Norte:

- Povos dos Mounds;
- Povos dos Cliff Dwellings;
- Pueblos;
- Algonquinos;
- Iroqueses;
- Esquimós.

3.2 — Na América Central:

Povos de cultura superior, que possivelmente influenciaram as culturas sul-americanas.

Construíram pirâmides truncadas gigantescas, para abrigarem templos; adotavam sacrifícios humanos e antropofagia ritual.

Tinham organização social em estratificações rígidas, escritas hierográficas com representações humanas (Maias) ou de animais (Nauas).

Trabalhavam ouro e cobre, produziam tecidos e indústria de plumas.

Matemáticos e astrônomos:

a) Maias — Habitaram o Yucatan, Honduras e Guatemala. Vindos provavelmente do Norte.

Ao surgirem já possuíam sua civilização no apogeu. Abandonavam cidades sem razão conhecida até hoje. Chegaram no século VI A.C. e foram decaindo até a chegada dos espanhóis.

b) Nauas — Habitavam o México. Vindos do Norte e em sucessivas migrações, desde o século V A.C. Os principais povos que se estabeleceram sucessivamente, assimilando a cultura dos anteriores, vencidos, foram:

- Toltecas: cidades planejadas, pinturas de pronunciada semelhança com a dos egípcios; construtores de pirâmides, ruas pavimentadas.
- Huastecas
- Chichimecas
- Zapotecas
- Astecas, que estavam em expansão à chegada dos espanhóis.

A parte meridional da América Central foi habitada por Quimbais, povos de cultura inferior.

3.3 — Nas Antilhas

Povos pré-históricos de cultura inferior. Receberam posteriormente os Caribes, vindos do continente.

3.4 — Na América do Sul

Povos numerosos de origem desconhecida:

- Maia ou Naua, segundo Max Uhle.
- Preto Chibcha (amazônica), segundo Walter Lehman.

Falavam 169 línguas, das quais, somente 3 chegaram a ser de uso geral:

- Quichua
- Nauatl
- Tupi-guarani.

Geograficamente se localizavam:

3.4.1 — Nos Andes:

a) Chibchas

Habitavam a Venezuela ocidental, a Colômbia e o Norte do Equador, onde estavam em contato recente com os Incásicos.

Chegaram a ser 1.000.000, divididos em tribos, das quais a mais poderosa era governada pelo "zipa" de Bacatá (atual Bogotá), que tendia a se tornar o centralizador dos chibchas, à chegada dos conquistadores espanhóis.

Arquitetura pouco desenvolvida; não tinham escrita, mas eram bons artistas, trabalhando tecidos, ouro, cobre, cerâmicas. Praticavam embalsamamento dos chefes. Estradas balizadas por pedras e dotadas de pontes pênséis.

Bochica, o Deus civilizador, tinha barbas brancas, viera dos Llanos, tinha uma cruz tatuada na cabeça e regressara ao céu.

Faziam sacrifícios humanos com arrancamento de corações, como os Nauas e Maias.

b) Povos da cultura de Quito

Localizados no Equador. Prosperaram até o Século X D.C. quando foram dominados pelos Cara Sciri. Deixaram construções ciclópicas.

c) Cara Sciri

Origem oceânica, tendo chegado (em balsas) no século VII D.C., ao litoral peruano. Conquistaram Quito no século X D.C. e foram dominados pelos incásicos no ano de 1487.

Tinham governo feudal e eram guerreiros.

Bons artistas em tecidos e couros. Arquitetos primitivos. Não tinham escrita, mas sabiam calcular por meio de placas com furos de vários tamanhos onde punham grãos, representando as diversas unidades.

d) Povos da cultura de Tihuanaco. Deixaram vestígios nas proximidades do Lago Titicaca. Foram provavelmente os antepassados dos incásicos.

e) Quichuas

Povos cujo centro de irradiação foi Cuzco, no Peru. A língua perdurou e foi laço de união no império dos Incas. Tinham construções grandiosas.

f) Incásicos (cultura de tihuantinsuio)

Origem discutida: de Cuzco (Quichua), de Tihuanaco, maiode, ou Aimará.

Língua quichua (Runa Simi) e escrita por meio de quipus, ainda não traduzidos.

Habitavam os Andes e o litoral do Pacífico, desde o Equador, Peru, Bolívia, atingindo o Norte do Chile, influenciando o noroeste argentino e dominando todos os povos que ocupavam anteriormente esses territórios.

Chegaram a ser 12.000.000 de seres cuja subsistência teria que ser tirada das terras pobres do império. Para isso mantinham disciplina rígida sobre as culturas, um censo rigoroso que nada poupava e uma organização social coletivista mantida por disciplina implacável e castigos que iam até à destruição de cidades e transferência de populações inteiras.

Apenas os filhos dos nobres recebiam instrução e faziam estágio obrigatório na corte do Inca, cujos filhos eram esmeradamente educados.

O governo era planejado e a administração não tinha solução de continuidade.

O império não podia ser dividido e era administrado por um funcionalismo que chegava a 10% da população. Esta era dividida em grupos de 10 famílias, constituindo uma unidade; 5 destas constituíam unidade superior; 10 destas faziam outra organização que por sua

vez se grupava em 5 organizações de hierarquia superior e assim por diante, até chegar a uma unidade cujo chefe era um dos 4 curacas, que podiam chegar até ao Inca.

Cada camada social possuía rigorosas e minuciosas atribuições.

Os casamentos eram obrigatórios e a nova família recebia terra e animais domésticos do Estado.

O trabalho era obrigatório dos 25 aos 50 anos, quando o homem passava a executar serviços auxiliares.

Tôdas as terras eram cultivadas pelos homens válidos e estavam divididas em: Terras do Sol (clero), do Inca, dos Curacas (nobres), dos aptos e, finalmente, dos incapazes, de acôrdo com os destinos das suas produções que eram legumes, milho, feijão, tomates, aipim, etc.

Havia armazéns públicos, estalagens onde sômente pagavam os mercadores; correios, comunicações e espionagem sôbre todos os cidadãos.

Grandes festas assinalavam o início do trabalho nos campos, anualmente, com o próprio Inca à testa, abrindo as covas para as sementes.

Os povos vencidos eram imediatamente recenseados e incorporados à comunidade, submetidos aos trabalhos e obrigados à língua e à religião oficiais.

Construíram estradas pavimentadas através dos Andes e pelo litoral, sendo duas longitudinais com numerosas roçadas que permitiam as rigorosas inspeções trienais, a circulação das riquezas e o contrôle militar e econômico do império.

Trabalhavam o ouro, o cobre, as plumas, os tecidos de lã, cerâmicas, armas e adornos, além de serem grandes arquitetos, com obras monumentais, até hoje admiradas.

Eram astrônomos e matemáticos, adotando o sistema decimal.

Tinham calendário solar de 12 m x 30 d mais 5 dias suplementares, mas para uso do povo adotavam o calendário lunar. Também na religião o povo adorava o sol, as estrélas, o trovão, a lua, etc., enquanto os nobres iam além, com um deus invisível.

3.4.2 — No litoral do Pacífico

a) — Chimus — Mazcas

Viveram no litoral setentrional do Peru e falavam a língua machica.

Construíram grandes obras arquitetônicas, inclusive uma grande muralha, com mais de 60 km de extensão, nos contrafortes dos Andes, entremeadas de poderosas fortalezas.

Produziram belas esculturas e cerâmicas, adornos e utensílios de cobre e ouro.

Tinham agricultura irrigada artificialmente.

b) Chinchas

Ocupavam os vales peruanos centrais da costa do Pacífico, separados por espaços desérticos. Constituíam uma confederação.

c) Mitimae

Povos pescadores do litoral meridional do Peru.

d) Cochalqui

Constituíam um arquipélago étnico cujo foco de irradiação foi Antofagasta, no Chile, abrangendo o norte do Chile e o Chaco.

Subdivididos em numerosas tribos, cujas principais foram:

Atacamas	Diaguitas
Comechigones	Omáguas

Trabalhavam ouro e cobre, tinham boa cerâmica e tecelagem e construíam em pedra.

e) Araucanos

Povos belicosos que habitavam o Chile central e a Argentina (Mendoza), constituindo unidade étnica perfeitamente definida. Usavam boleadeiras de pedra, lanças e arcos. Agricultura rudimentar. Vestimentas de lã de vicunha e guanaco. Discursadores inveterados.

3.4.3 — No litoral do Atlântico

a) Caribes

A época do descobrimento já viviam muito dispersos nas Antilhas e no Norte do Continente sul-americano, ligados mais por laços lingüísticos que etnológicos.

Tiveram como foco provável de irradiação as cabeceiras do Tapajós-Xingu e se expandiram até o Piauí, Pernambuco e Peru. Atualmente o grupo mais denso ocupa as Guianas, a Venezuela e a margem Norte do Amazonas. Tribos principais:

Apiacás (Tocantins)	Maopitans
Araras	Nauques
Bacaeris (Cuiabá)	Palmelas
Crixanás	Pauxis
Cumanagotos	Pianagotos
Hianacotos	Uachimiris
Lauperis	Surinam
Macuxis (Pará)	Uainumas
Maniquitari	Vanas
	Voiavais

b) Povo da cultura de Marajó

Origem provável Aruaque. Habitava a Ilha de Marajó, onde foram encontradas peças de cerâmica com desenhos geométricos e figuras estilizadas.

c) Povos da cultura dos sambaquis

Povos pré-históricos de cultura mesolítica, que deixaram montões de conchas em todo o litoral e nos grandes rios do Brasil, idênticas às concheiras encontradas na Suécia e na África.

Sob as conchas há esqueletos de homens e animais, pontas de lanças de pederneira e osso, machados, utensílios diversos e cinzas,

Os Sambaquis têm idades muito distanciadas entre si.

d) Povos da cultura das Esteárias

Povo desaparecido, que habitava casas sôbre estacas, encontradas nos rios do Maranhão.

e) Tupis-guaranis

Povos de cultura primitiva (mesolítica), que habitava a Guiana Francesa, o litoral do Brasil, os vales do Paraguai e do Paraná, a Bolívia subandina e o Peru amazônico.

Origem desconhecida. Foco de irradiação provável: os vales do Paraná-Paraguai.

Cultivavam rudimentarmente milho, aipim e feijão, à base de queimadas e cavouco, por meio de estaca pontiaguda de madeira.

Alimentavam-se, também, de caça, peixes e frutas silvestres. Não conheciam: metais, escrita, nem animais domésticos.

Andavam despidos. Habitavam malocas de 4 a 7 barracões de palha protegidas por uma cerca de troncos. Abrigavam de 500 a 600 pessoas.

A unidade social era a família monogâmica, cabendo à mulher os trabalhos pesados e a agricultura.

Tabas com 50 a 100 famílias tinham vida, governo e economia independentes, sob a chefia de caciques hereditários.

Formavam confederações em caso de guerras ou perigos comuns.

Fumavam tabaco, usavam tangas ou andavam despidos, faziam tecidos rudimentares, adornos, armas com ponta de osso ou de madeira.

Algumas tribos praticavam o "chôco", a antropofagia ritual e o pranto nas saudações.

A religião constava do culto ao sol, relâmpago, lua, estrelas, amor e divindade secundárias como caapora, boitatá, saci-pererê, mboia, uiara, uiapuru, etc. Acreditavam num ser civilizador de barbas brancas e vindo do mar, o Sumé.

Praticavam o culto dos mortos e em certos casos construíam câmaras funerárias.

Eram nômades a pretexto da busca das terras onde não se morre, de guerras, ameaças inimigas, etc.

Principais tribos:

Amanajás (Amazonas)
Arés (Paraíba)
Auetos
Caetés (Pernambuco-Alagoas)
Cainguás (Mato Grosso)
Camaiurás
Carijós (Santa Catarina-Paraná)
Goianazes (Rio de Janeiro-São Paulo)
Guaiaguís
Guajajaras
Guaranás (Amazonas)
Guarajus
Jurunas
Manducurus (Amazonas)
Maués (Amazonas)
Omáguas
Potiguaras (Rio Grande do Norte e Paraíba)
Tabajaras (São Francisco)
Tamoios (Rio de Janeiro)
Tapes (Rio Grande do Sul)
Tapirapés (Amazonas)
Tembés (Maranhão)
Temiminós (São Paulo)
Tupinaens (Sergipe)
Tupinambás (Bahia)
Tupinambaranas (Tapajós-Xingu)
Tupiniquins
Urubus (Maranhão)

f) Pampas

Povos de cultura primitiva que habitavam a planície argentina até o Rio Negro, onde se associavam aos Patagões para incursões guerreiras. Construíam cabanas cônicas ou toldos quadrados de couro. Após o descobrimento, rapidamente se adaptaram ao uso do cavalo.

g) Patagões

Nômades de cultura primitiva que habitavam a Patagônia e se alimentavam de peixes, caças e frutos silvestres.

h) Huarpês, Onas, Iagãs e Alacaluís

Pouco numerosos e atrasados, habitando a Terra do Fogo e a extremidade meridional da Patagônia. Alimentavam-se de peixes, aves marinhas, frutas e raízes silvestres. Algumas tribos eram pigmóides.

3.4.4 — No interior do Continente

a) Preto-chibchas

Povos amazônicos pré-históricos, que se deslocaram para os Andes, originando os Chibchas, Aruaques, etc.

b) Panos

Tribos de cultura primitiva, habitando o Acre e o Rio Madeira. Algumas destas são: Caripunás, Iamiacás e Tanarés.

c) Gês ou Tapuias

Povos muito atrasados que provavelmente se irradiaram do Xingu, antes da chegada dos Aruaques e dos tupis-guaranis, indo estabelecer-se no Planalto Central brasileiro.

Polígamos, que praticavam o canibalismo dos parentes mortos, andavam nus e pintavam o corpo.

Comiam alimentos crus, ou apenas assados.

Adoravam divindades simples e acreditavam num gigante de barbas vermelhas, Maret, que morava no céu.

Os mortos iam para um território rico de caça, a sapucaia.

Tribos principais:

Aimorés (Sul da Bahia)
Apinagés (MA)
Botocudos (MG e E. Santo)
Bugres (S. Catarina)
Caiaipós (Araguaia)
Camés (Guarapuava)
Canelas (Guarapuava)

Chavantes (Xingu)
Cherentes (Araguaia)
Coroados (Araguaia)
Craós (Tocantins)
Machacalis
Tremembés (S. Paulo)
Timbiras (Maranhão)

d) Aruaques ou Maipurés

Povos que se irradiaram da Bolívia subandina, ou dos rios Negro-Orenoco.

O apogeu de sua cultura teria sido em Marajó. Conheciam agricultura rudimentar e eram grandes viajantes, que penetravam territórios ocupados por outras etnias, tendo chegado a atingir a Flórida, algumas Antilhas, o litoral do Pacífico (transpondo os Andes Bolivianos) a bacia do Orenoco, o baixo e o médio Amazonas. Os Llanos bolivianos, o Purus, o Xingu, o Rio Paraguai (até o Salado), o Beni, o Mamoré, o Madre de Dios e o Abunã.

Suas características etnológicas se confundem com os Caribes. O laço de união mais importante é a linguagem.

Tribos principais:

Arebatos	Barés
Atchaques	Chanés
Cabixis	Iamamadis
Guagueros (Venezuela e Guianas)	Terenos (MT)
Guanás	Ipurinas
Machinacus	Pupurupus (Amazonas)
Manaus (Amazonas)	Siussis
Parecis (Guaporé e Tapajós)	Ticunas (Amazonas)
Paumaris	Uaupés
Puris-coroados (Paraná)	Vapixanas

e) Grupos menos importantes — sem ligações comprovadas com os já mencionados; há diversos como:

— Carajás (Xingu e Araguaia)

— Cararis (Entre o S. Francisco e o Parnaíba) e com diversas tribos, entre as quais:

Canius	Jucás
Icós	Pimenteiras
Jaicós	Sucuriús

Charruas (RS e Uruguai)
 Minuanos (Argentina)
 Tucanos (Limites da Colômbia)
 Betóias (idem)
 Nhambiquaras (Guaporé)
 Bororos (Mato Grosso)

f) Cultura do Grão Chaco

Tribos que praticavam agricultura primitiva de cavouco, estabelecidas em torno de território ocupado por outras tribos mais atrasadas, de caçadores. Tomavam contato a Leste com os guaranis da bacia do rio Paraguai e ao Norte com os Quichuas.

Moravam em cabanas simples de palha, ignoravam o uso de metais, mas tinham cerâmica, se bem que rudimentar.

Eram monógamos, com tolerância apenas para os caciques.

Tinham tecidos com características andinas. Acreditavam em deuses que se escondiam nas estrélas e se encarregavam das estações do ano e do amadurecimento dos frutos silvestres.

Tinham cultura amazônica e praticavam antropofagia ritual.

Suas tribos principais eram:

Cachalquis	Lenguas
Caudieus	Matacos
Chamacocos	Paiaguás
Guatós	Pebas
Guaicurus	Tobas

4. Grupos étnicos europeus

4.1 — Preliminares

Por ocasião dos descobrimentos, nos fins do século XV, a Europa Ocidental ainda não se tinha libertado inteiramente do feudalismo, mas mergulhava na intensa vida que caracterizou o Renascimento. O europeu ocidental era então um homem de sentimentos exaltados, que só respeitava a violência e a coação material.

Aventureiros sem escrúpulos, fidalgos ambiciosos, um clero ávido de domínio temporal e que não penetrava a verdadeira doutrina, criminosos e degredados, eis a massa dos contingentes brancos que aportaram à América do Sul no primeiro quartel do século XVI.

4.2 — Na América Espanhola

Ao Ocidente do meridiano de Tordesilhas, as expedições aportaram inicialmente nas Antilhas, donde logo passaram à América Central e daí à Venezuela e ao Peru; em seguida, prosseguindo pelos Andes e pelo litoral ocuparam a Bolívia e o Chile e estabeleceram ligações com as expedições que se introduziam pelos formadores do Prata.

Encontrando nos Andes povos organizados, os espanhóis logo os dominaram e se estabeleceram nas cidades já então existentes no Império Inca, interligadas por boas estradas.

No Prata, o clima temperado, os rios penetrantes navegáveis, a ausência da floresta atlântica e de outros obstáculos facilitaram também a entrada e a fixação dos brancos.

Durante todo o período colonial, as ligações com a Europa praticamente se restringiam à metrópole.

No fim do século XVIII, a expansão comercial inglesa atinge a América do Sul onde aportam navios e se fixam agentes e representantes, particularmente na Argentina e Chile.

Em menor escala agem, igualmente, os concorrentes franceses.

Após a independência, inicia-se, para não mais cessar, uma corrente imigratória, que alcançou os mais altos índices no fim do século XIX e até a 1ª Guerra Mundial.

São, principalmente, italianos, alemães, portugueses e espanhóis, a que se juntaram alguns contingentes eslavos e orientados particularmente para a Venezuela, Argentina e Uruguai. Paraguai e Bolívia estiveram praticamente à margem deste surto. Na Argentina e Chile se fixaram também muitos anglo-saxões.

4.3 — No Brasil

a) Os portugueses, a partir de 1530, iniciaram a ocupação do litoral, facilitados pelas ligações marítimas com a Europa no que foram acompanhados pela efêmera tentativa dos franceses no Norte e no Rio de Janeiro. Havia os seguintes fatores adversos quanto à penetração portuguesa:

- Pobreza e pouca população da metrópole;
- Clima tropical;
- Escarpas do planalto perto da costa;
- Densa floresta litorânea;
- Ausência de conhecimento e de vias fáceis de penetração (os rios só foram utilizados a partir do século XVIII);
- Índios belicosos no interior.

Dificultando o estabelecimento de outros europeus, havia, além desses fatores, a presença vigilante da esquadra e das feitorias lusas, bem como a atuação ofensiva das tribos aliadas a estes e dos mestiços brasileiros que, já no século XVII, se encontravam imbuídos de sentimentos nativistas.

O povo português foi o principal povoador branco do Brasil, é um produto de louros visigodos, alanos e suevos e de morenos celtas, fenícios, gregos e romanos.

Oliveira Viana diz que os primeiros povoadores eram dólicolouros e que somente nos séculos XVII e XVIII vieram os morenos de baixa estatura.

b) As explorações iniciais do interior não tinham por escopo a fixação de núcleos populacionais brancos, como no litoral, mas apenas

o conhecimento das terras e a confirmação das notícias da existência de minerais preciosos.

Entretanto, aquele resultado foi logo obtido na região do São Francisco, devido à paulatina instalação de fazendas de criação de gado, que, pouco a pouco se interiorizavam, facilitadas pela topografia, pastagens, barreiras salgadas, via de acesso navegável, mercado certo e próximo (nos engenhos de açúcar) e rápida adaptação do índio ao pastoreio.

c) No século XVII, o litoral do Nordeste foi ocupado pelos holandeses, por 24 anos, tendo ficado fortes traços de sangue entre os habitantes da região, particularmente em Pernambuco.

A dominação espanhola também trouxe uma mescla racial apreciável, mormente para o Sul e para a Bahia.

Os brancos integrando as Bandeiras penetraram até Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, seja na preia de índios, seja na exploração das minas, onde se estabeleceram em caráter definitivo.

Outras expedições percorreram o interior, acudindo em socorro de colonos ameaçados pelos quilombos negros e pelos índios rebelados.

Sob pressão dos bandeirantes, aborígenes migraram para o Brasil Central e tribos inteiras desapareceram nas matanças e na escravidão.

Acentua-se aqui o papel do Rio S. Francisco como condensador e caldeador de raças e intensifica-se a mestiçagem em toda a parte, ocorrendo o surgimento de tipos peculiares como os curibocas, cafuzos, mulatos, mamelucos, etc. Os currais de gado atingiam o rio Parnaíba e o Maranhão.

d) No século XVIII, o ciclo do açúcar entra em decadência. enquanto o do ouro atinge seu auge, trazendo para Minas Gerais o foco do povoamento da hinterlândia brasileira, atraindo numerosos brancos e intensificando o bandeirismo para todas as direções, já agora utilizando os cursos d'água favoráveis. Segundo Alfredo Ellis, para os arraiais mineiros se transplantaram às dezenas, grandes e poderosas famílias piratinínganas, impelidas depois para Goiás e Mato Grosso, pelos Emboabas.

Coloniza-se, também, por segurança contra Castella, o litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com portugueses e ilhéus da Madeira e Açores.

e) Nos séculos seguintes, são fatores de fixação e movimentação de populações brancas:

- O declínio e a extinção do ciclo do ouro;
- As guerras do Sul, contra espanhóis e depois contra caudilhos platinos;

— O surgimento do ciclo do café, no Rio de Janeiro e em São Paulo;

— A libertação dos escravos;

— O estímulo para a imigração branca, iniciado por D. Pedro II.

Assim é que o povoamento do país é acelerado por correntes migratórias:

— Alemães — aproximadamente 214.000, entre 1850/1871:

— Estado do Rio (Friburgo e Petrópolis)

— Santa Catarina (Vale da Cachoeira de Itajaí)

— Rio Grande do Sul (Centro e Oeste)

— Espírito Santo

— Minas Gerais (Juiz de Fora)

— Goiás (Capital)

— Poloneses e Ucranianos — aproximadamente 350.000 — 1872/1876:

— Paraná (Santa Catarina)

— Portugueses — aproximadamente 630.000 — 1820/1883:

— Para as capitais, particularmente Rio de Janeiro, São Paulo e Belém.

f) Recentemente prossegue a imigração de europeus, cujos maiores índices ocorreram até a 1ª Guerra Mundial.

São apresentados pelo IBGE os seguintes números que incluem também norte-americanos, amarelos e semitas:

<i>País</i>	1884/1903	1904/1963
Itália	1.000.000	360.000
Portugal	300.000	950.000
Espanha	200.000	450.000
Japão	—	200.000
Outros	200.000	1.280.000
Total	1.700.000	3.240.000

Média anual — 1958/1963

Portugal	15.500
Espanha	5.500
Itália	3.000
U.S.A.	1.300
Alemanha	760
Grécia	480
Outros	3.460
<hr/>	
Soma de brancos	30.000
Amarelos	5.800
Árabes	1.200
<hr/>	
Total anual	37.000

g) Deslocamentos populacionais de brancos e mestiços ocorrem freqüentemente no Brasil.

Os mais importantes foram os motivados pelo ciclo da borracha, na Amazônia, em 1869/1912 e repetido durante a última Guerra, devido às carências deste material para a indústria aliada; o causado pelo algodão e pelo surto industrial paulista, a partir de 1920; o da descoberta das terras roxas do Norte do Paraná e o da construção de Brasília.

Todos carreando nordestinos e os últimos, atingindo também mineiros.

5. Negros

5.1 — Na América Espanhola

As necessidades de mão-de-obra nas minas dos Andes não poderiam ser supridas por africanos, não adaptados à altitude e ao clima. Para isso havia o índio, em grande número, já afeito às condições do "habitat" e ao trabalho.

As grandes reduções jesuíticas das Missões obtiveram nos guaranis os homens necessários aos trabalhos da agricultura e pecuária que executaram.

Os países platinos desenvolveram, desde logo, lucrativa pecuária, à qual se adaptaram perfeitamente os índios dos pampas.

Assim, não houve condição para a entrada de numerosos africanos, como aconteceu no Brasil, exceção feita à Venezuela e às Guianas, cujo clima e atividades dos engenhos de açúcar, aliadas à presença de índios semelhantes aos do Brasil, tornaram imperativa a larga importação de negros.

5.2 — Negros no Brasil

a) A presença do negro no Brasil deve-se a dois principais fatores:

Necessidade de mão-de-obra;

Inadaptação do índio aos trabalhos pesados.

Desde logo, demonstraram eles ser exatamente o material humano que se necessitava para os rudes trabalhos na Colônia, pela imediata aclimação, resistência às doenças, capacidade de trabalho, doçura de temperamento e conformidade com a situação de cativos.

Portugal já importava escravos da África antes da descoberta do Brasil. Assim é que, de 1450 a 1455, entravam em Lisboa 800 negros anualmente e em 1530, chegaram à Capital lusa 12.000.

Duarte Coelho os introduziu em sua Capitania, que foi a primeira a recebê-los, em 1538.

Os dados referentes à chegada dos negros são muito discutíveis e divergem largamente, pois além do comércio legal havia intenso contrabando.

b) No século XVI entraram no Brasil 30.000 escravos, sendo Pernambuco e Bahia os principais centros de recebimento.

No século seguinte, surgem também os mercados escravistas de Belém e de São Luís, devido à presença da Companhia do Grão-Pará, tendo entrado no Brasil 800.000 negros, dos quais 60.000 no território sob o domínio holandes.

No século XVIII aparece também o centro negreiro do Rio de Janeiro, por onde entrava a maior parte dos que se destinavam ao Estado do Rio, S. Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Chegaram então ao Brasil:

Em Belém — 60.000;

Em Recife — 500.000;

Na Bahia — 800.000;

No Rio de Janeiro — 1.200.000.

Durante o ciclo de ouro, Minas se constituiu um grande centro de atração da mão-de-obra escrava e para lá se dirigiram as disponibilidades do Nordeste, de S. Paulo e da Bahia, além de mais 800.000 chegados da África.

Foi neste período que ocorreu a maior interiorização negra, levada pelas exigências dos trabalhos nas catas de ouro, inicialmente, e

depois, pela criação de fazendas no coração do País, possibilitadas pelo recalçamento dos índios.

No decorrer do século XIX, desembarcaram no Rio de Janeiro 600.000 e em todo o País, 1.500.000.

O ciclo do café acarretou o deslocamento de numerosos negros de Minas, do Nordeste e da Bahia para o vale do Rio Paraíba (1819/1860).

c) Segundo Spix e Martius, corroborados por João Ribeiro, os negros vindos para cá se originaram das seguintes regiões africanas:

Sudaneses: Jalofos, Mandingas, Fulos, Haussás, Achantis, Gegês, Iorubas, Nagôs, etc.

Bantos:

De Angolas: Angolas, Congos, ou Cabindas, Benguelas, Caçanjes, Bangalas, Dembos, etc.

De Moçambique: Macuas, Angicos, etc.

Os sudaneses de Guiné predominaram para os mercados de Salvador e eram culturalmente mais adiantados, graças ao contato com os árabes, nas suas terras nativas.

Os Bantos de Moçambique foram orientados, preferentemente, para o Rio de Janeiro, e os de Angola para S. Luís, Recife e Rio de Janeiro.

Algumas vezes eram os negros erradamente denominados segundo os portos de embarque na África, havendo então os Minas, os Galinhas, etc., que eram os nomes dos entrepostos lusos da costa da África.

d) Entraram no Brasil, no total, segundo os cálculos mais modestos, cerca de 7.000.000 de escravos (Pandiá Calógeras dá o número de 15.000.000).

Em 1930 o censo acusou a presença de apenas 4.400.000, ou seja 10% da população total da época. (Roquete Pinto)

Intensa mestiçagem tem clareado a pele dos descendentes dos antigos escravos, que entretanto ainda mantêm fortes características étnicos, particularmente nas regiões dos grandes entrepostos como em S. Luís, Bahia, Rio de Janeiro e onde eram maiores as atrações das jazidas de ouro, em Minas ou das fazendas de café, no vale do Paraíba.

As leves saídas do Nordeste, durante os ciclos econômicos seguintes ao da cana-de-açúcar, enfraqueceram a mescla racial negra nesta região.

6. *Mestiçagem*

Em todo o continente ocorreu intensa mestiçagem entre brancos e índios; no Brasil, além desta, ocorreram também, em forte escala, os cruzamentos entre brancos e pretos.

A época da independência a América do Sul contava com uma população de aproximadamente:

Branco europeus — 30.000;
Branco americanos — 3.000.000;
Mestiços — 6.000.000;
Negros e índios — 6.000.000.

B — FATORES DEMOGRÁFICOS

1. *Distribuição Demográfica na América do Sul*

1.1 — Quadro Demográfico Geral

a) O quadro demográfico colonial sul-americano foi alterado, após a independência:

- Pelo crescimento da população mestiça;
- Pelo reforçamento de sangue branco proporcionado pelos incentivos e facilidades em quase todos os países, para imigração de europeus;
- Pela introdução de amarelos, particularmente no Peru (Chineses) e no Brasil (Japoneses);
- Pela imigração de libaneses e árabes, para todos os países;
- Pela chegada de numerosos indianos para as Guianas (Inglêsa);
- Pela lenta diminuição da percentagem de negros;
- Pelo aceleramento do processo de extinção dos índios no Brasil, Uruguai, Chile e Argentina;
- Pela manutenção dos índices percentuais da população índia nos países andinos.

b) Negros e Mulatos

Os negros e mulatos, mercê da alta natalidade e da persistência das suas características raciais, ainda mantêm altos índices de 50% na Guiana Inglesa e 10% na Venezuela.

No Brasil, após a cessação do tráfico, em 1890, havia:

negros	2.100.000
brancos	6.300.000
pardos	5.900.000

o que dava em percentagem de 14,6% para os negros. O seu número diminuiu vagarosamente, na base de 34.000 por ano, até 1950, quando o censo apontou:

pretos	10,96 %
pardos	26,54 %
brancos	61,66 %
amarelos	0,63 %
diversos	0,21 %

Em 1965, calcula-se haver:

brancos	34,6 %
pretos	3,3 %
pardos	62,1 %

Não tendo podido superar o "handicap" da ignorância e do estado de pobreza deixado pela escravidão e que o conformismo da raça contribuiu para manter, ficaram estacionários nas mais baixas camadas sociais, sendo muito poucos os que se alçaram às elites, mas a cultura africana deixou traços marcantes na língua, no folclore, nos cultos e na cozinha dos países do Caribe e no Brasil, onde foram mais fortes as correntes de escravidão negra.

No Paraguai e nos países andinos, os mulatos e negros são em quantidade diminuta. Foram poucos os negros entrados no Uruguai e na Argentina cujo clima não lhes era propício e cujas atividades predominantemente pecuárias encontraram nos índios a mão-de-obra necessária e suficiente. Também no Paraguai quase não existem, substituídos pelos guaranis, pacificados e adaptados à agricultura e outros labores sedentários, graças à dedicação dos Jesuítas.

Em todo o continente eles se mantêm nas proximidades dos grandes centros escravistas coloniais, onde os encontraram as leis emancipadas. Falhos de iniciativas e muito pobres, migram raramente. Assim, no nosso País, apesar de cobrirem todo o território e da intensa miscigenação, se encontram eles em melhor grau de pureza racial, em torno de Belém, S. Luís, Recôncavo Baiano, Vale do Paraíba e das velhas cidades de ouro, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

c) Índios

Os índios e seus descendentes puros e mestiços constituem forte percentagem que atinge a 60% no Chile, 66% na Venezuela e 90% no Equador, Peru, Bolívia e Paraguai.

Sua presença em grande número nos altiplanos andinos à época do descobrimento, sua rusticidade e adaptação aos rudes mistérios

a que foram relegados pelos espanhóis, nas duras condições do seu *habitat* natural, explica a predominância demográfica atual acima apontada.

O caso do Paraguai resulta de fatores diferentes: numerosas tribos tangidas pelos bandeirantes e pelas guerras guaraníticas encontraram naquele território a proteção eficaz dos padres jesuitas, a que as sucedeu a política segregacionista dos primeiros governantes paraguaios independentes.

Entretanto o seu número vem diminuindo em todos os países. As duras condições impostas pelas autoridades coloniais espanholas ainda perduram sob disfarces: a miséria em que vivem, a alta taxa de mortalidade infantil, o enfraquecimento geral da raça prosseguem a obra da sua destruição, como no passado o fizeram as sangrentas repressões metropolitanas.

As guerras como a da Tríplice Aliança, as expedições punitivas como as levadas a efeito por Rosas na Argentina foram fatores que apenas agravaram a condenação imposta pelas condições trazidas pelos brancos, inclusive endemias e vícios que facilmente aviltam e destroem os povos primitivos. A coca, a apatia, a desambição, o alcoolismo, a exploração cruel que sofrem por parte dos mais civilizados, brancos e mestiços, os impele a essa diminuição progressiva que é surpreendentemente rápida na Argentina e no Brasil, onde os índios são dos mais atrasados e estão sendo recalçados, profundamente, para onde a natureza é menos dadivosa.

Nos outros países, mormente nos da Cordilheira Andina, suas atuais condições os tornaram ainda as principais vítimas de explorações ideológicas, devido à marginalidade em que vivem. Constituem a mais baixa camada social, com poucas possibilidades de ascensão.

No Brasil eram muito numerosos ainda ao tempo do Império. O censo de 1950, entretanto, os calculou em apenas 1.050.000 (2% da população) que vivem às margens do rio Amazonas e seus afluentes, bem como dos formadores do Paraná e Paraguai, nos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina, R. G. do Sul e Maranhão. À exceção dos existentes no âmago da bacia Amazônica, que conservam a pureza da raça e dos costumes primitivos, os demais se adaptaram à civilização e se apresentam com alto grau de mestiçagem.

d) Brancos

A presença dos brancos no período colonial se fazia sentir particularmente no ponto de atrito com o imperialismo português. Montevideu e Buenos Aires — e nos centros de governo metropolitano, onde se concentravam as tropas, o funcionalismo e o clero (em Quito, 1,5% da população pertencia ao clero).

Eram os senhores de tôdas as fontes de riquezas, terras de agricultura, matas, minas e indústrias.

Concentravam-se nas capitais e somente a eles eram abertas as oportunidades, empregos bem remunerados e cargos de Chefia.

Os brancos puros ou ligeiramente mesclados vêm apresentando crescimento em todos os países, principalmente no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e até na Venezuela, onde não chegavam a 1,5%, ao fim do período colonial. Nos outros países apresentam as seguintes percentagens: Peru 8%, Bolívia 8% e Equador 5%.

No Chile a população é de 10% de brancos, 30% de "criollos" e 60% de mestiços. Continuam sendo os brancos os principais fornecedores de dirigentes em todos os setores políticos, industriais, agrários e funcionalismo, tentando manter, ainda, ranços aristocráticos, que vão sendo paulatinamente erradicados.

e) Mestiços

Os mestiços representam a camada social logo acima dos índios, a mais difícil de dominar no período colonial e a mais agitada nos dias atuais. Aspiram oportunidades e cargos para os quais raramente estão habilitados. Belicosos e inteligentes, participam da classe média, composta de pequenos proprietários, profissionais liberais, militares, clérigos e operários categorizados e também das atuais massas proletárias. Foram os soldados do Exército da independência, sob o comando dos "Criollos" que eram e ainda são a nata dessa classe média sul-americana, com penetrações profundas na alta sociedade.

A estratificação social não é a mesma em todos os países. Nas populações platinas, a preponderância das atividades pastoris, que nivela os homens, os acostuma à independência e faz constantes apelos aos sentimentos de confraternização nos galpões das estâncias e aos rasgos de valentia, e, no Brasil, o índio, o negro e o mestiço pobre constituem uma única camada social.

Os mestiços são os que apresentam os melhores índices de crescimento demográfico e de progresso econômico-social, mas ainda permanecem, via de regra, nas baixas camadas sociais, como os peões platinos, os inquilinos chilenos e os jornalheiros, meeiros, etc., do Brasil.

Os que migram para as cidades constituem a mais grossa parcela das classes proletárias, mas, paulatinamente vão invadindo áreas econômicas que eram privilégio dos brancos puros.

Os mestiços originaram tipos característicos como os gaúchos dos pampas, os "llaneros" da Venezuela, os vaqueiros do Nordeste do Brasil, os barranqueiros do S. Francisco, os matutos de Minas Gerais, os colonos dos Estados sulinos, os malandros cariocas, etc.

2. Distribuição demográfica

2.1 — Em toda a América do Sul, a população não se distribui uniformemente. Assim, no Brasil, mais da metade vive ao Sul do paralelo de 20°, em 17% da área do País. No Chile as três províncias centrais representando 6% da área total possuem 45% da população.

73% de argentinos habitam 25% do território pátrio. A bacia do Orenoco, ou seja, a maior parte da Venezuela, conta apenas com 7% da população.

Os grandes vazios que ainda permanecem são a Amazônia, o deserto de Atacama, as terras áridas da Patagônia, os gelos eternos e as elevações rochosas e abruptas dos Andes.

São resultantes de causas naturais como desertos, florestas, gelos, altitudes, rochas e declives do solo. Outras causas há, como a malária, as grandes distâncias agravadas pela falta de transporte para os centros urbanos; os latifúndios, que preponderam em alguns países, onde as terras ficam improdutivas por imposição dos proprietários, ou são dedicadas à exploração intensiva da pecuária. São assim os Llanos da Venezuela; as grandes estâncias argentinas, onde há propriedades que equivalem à Bélgica e à Suíça juntas, em poder de apenas 10 companhias; os latifúndios paraguaios de 100.000 hectares constituindo 43% do território do país.

Segundo Maurice Crouzet (História Geral das Civilizações), 50% das terras de agricultura da América do Sul estão abrangidas por domínios de mais de 6.000 hectares, que pertencem a 1,5% dos proprietários territoriais; menos de 1% da população possui 56% das terras aráveis da Venezuela, Peru, Equador e Bolívia; 10 pessoas são proprietárias de 84% do Distrito Federal Venezuelano.

2.2 — Por outro lado, as atrações urbanas predominam no continente.

Os antigos núcleos coloniais prosseguem sendo pólos de atração demográfica, juntamente com as cidades mais recentes.

Causas sociais, econômicas e geográficas ocasionam estas ilhas de densa população urbana.

Assim, a população urbana atinge a:

70% na Argentina

67% no Chile

60% na Venezuela

Não obstante os esforços oficiais e as facilidades concedidas por todos os países sul-americanos, após a independência, no sentido de atraírem imigrantes e os orientarem para o interior, no intuito de preencherem vazios demográficos, os resultados foram relativamente pequenos.

No século XX, particularmente a partir da 2ª década, foi a América do Sul o continente que, no mundo, assistiu ao maior crescimento de população, com médias superiores às da Índia, Egito e Canadá.

Mas a densidade ainda é fraca (1958):

7	no conjunto do Continente
8,38	no Brasil
8	no Chile
12	no Uruguai
2,8	na Bolívia

2.3 — Brasil

a) Crescimento demográfico

A partir do primeiro censo, tem evoluído como segue a população do Brasil: (1.000 habitantes):

1872	9.930	1930	33.570
1900	17.438	1940	41.236
1910	22.220	1950	51.944
1920	30.635	1960	70.967

A taxa média anual de incremento por 1.000 habitantes (TMAI/1.000) tem sido:

1941/1950	24	1951/1960	30
-----------	----	-----------	----

O que demonstra a evolução rápida do nosso crescimento nos últimos anos, em que se destaca como de maior taxa na década de 1951/60, a região Centro Oeste, com 54.

Comparando-se os números percentuais das populações das diversas regiões, obtêm-se os seguintes dados, que ilustram claramente os movimentos migratórios internos mais importantes, entre 1872 e 1960:

— a região Norte apresentou ligeiro crescimento percentual, passando de 3,35% a 3,37%, mas tendo tido um “pico” de 4,70% correspondendo ao apogeu do ciclo da borracha.

— As regiões Nordeste e Leste caem vagarosa e constantemente de 31,04% para 22,09% a primeira e de 47,69% para 34,99% a segunda.

— A região Sul cresce vigorosamente de 15,70% para 35,01%.

— A região Centro-Oeste inicia com 2,22% e cresce vagarosamente até 1950, para daí em diante acelerar, atingindo, em 1960, a 4,24% e devendo estar em dôbro nos dias atuais, devido ao surgimento do poderoso pólo de atração representado por Brasília.

b) Densidade demográfica

A ocupação do território brasileiro, se bem que ainda precária, vem apresentando melhoras, tendo dobrado a densidade demográfica nos últimos vinte anos, como demonstra o quadro abaixo, onde figuram apenas os 16 Estados que apresentam índices superiores a 10:

	1940	/	1960
Guanabara	1.631		2.824
Rio de Janeiro	47		80
São Paulo	31		52
Alagoas	36		46
Pernambuco	29		42
Paraíba	27		36
Sergipe	27		35
Espírito Santo	18		30
Distrito Federal	—		24
Ceará	15		23
Santa Catarina	15		23
Paraná	9		22
Rio Grande do Norte	16		22
Rio Grande do Sul	13		20
Minas Gerais	12		17
Bahia	8		11
BRASIL	4,84		8,38

c) Distribuição Demográfica

Existem grandes desproporções na distribuição das populações do território nacional.

Assim, as regiões Leste e Sul reunidas, com 24% da área do país, passaram de 60,3%, em 1940, para 70,0%, em 1960, da população total; enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte reunidas, com 64,33% da área nacional, tinham apenas 6,61% da população, em 1940, passando a 7,91%, em 1960.

Esta situação tende a se modificar desde que foram construídas as rodovias de penetração, que buscam os desertos demográficos do Oeste e do Norte, partindo do litoral e de Brasília.

d) Êxodo rural

Cresce, de ano a ano, o número de cidadãos, em relação aos habitantes do campo, observando-se nos últimos vinte anos o seguinte

movimento que evidencia estarmos às vésperas do equilíbrio, a que se deverá seguir a predominância indesejada do vetor urbano sobre o rural.

	<u>1940</u>	<u>1960</u>
População Rural	28.000.000	38.000.000
População Urbana	13.000.000	32.000.000

De acordo com os dados do IBGE, a taxa média anual de incremento por 1.000 habitantes se manteve em 16 para a população rural, enquanto que a urbana passou de 39, em 1940, para 54, em 1960.

e) Imigração

A imigração se processa quase com exclusividade pelos portos de Santos e do Rio de Janeiro, sendo os brancos dirigidos para a região Sul, preferencialmente, enquanto os demais se disseminam:

Amarelos, para S. Paulo, Mato Grosso e Pará;
Libaneses e árabes, para todas as Capitais.
Chegaram ao Brasil:

Entre 1884 e 1903 — Brancos	1.700.000
Entre 1904 e 1963 — Brancos	3.000.000
— Amarelos	200.000

Estes números são entretanto muito baixos, se comparados com os de outros países de boa política imigratória, como os seguintes números máximos anuais ocorridos no início do século atual podem ilustrar:

Estados Unidos	1.000.000
Canadá	400.000
Argentina	300.000
Brasil	100.000

Nos últimos 10 anos, têm chegado no país as seguintes médias anuais de imigrantes:

Portuguêses	15.500	Alemães	700
Espanhóis	5.500	Libaneses	700
Japoneses	5.400	Gregos	600
Italianos	3.000	Norte-americanos	1.300

e outros em quantidade inferior.

MILÊNIO	ERA	PERÍODO	OBSERVAÇÕES
75.000		Paleoceno	Mamíferos
60.000			
40.000		Eoceno	
30.000		Oligoceno	Os continentes tomam as formas atuais
10.000		Mioceno	Frio - Pastagem Primatas (macacos com 5 dedos) Macacos arbóreos - gibões Procônsul - AUSTRALOPITECOS chimpanzés gorilas hominídeos
1.000		Plioceno	
			Numerosos primatas
500			
400		Pleisto-	Homem paleolítico
170		ceno	uso do fogo vestuários completos mares baixam 100 m chuvas - fertilidade - degelo migrações de caça
17	Moderno		
10			Homem neolítico
6			agricultura aldeias
5			Civilizações: Suméria, China, Creta, Grécia, Egito, América Central e Sul.
2			Nascimento de Cristo
0			Atual.

LEGENDA:

1º, 2º e 3º eras glaciais

4ª era glacial

migração para a América.

f) Reflexos econômicos

Em toda a América do Sul importantes diversificações se protegem nas atividades econômicas de quase todos os países, particularmente do Brasil, que se industrializa mais rapidamente.

Entretanto, ainda preponderam, por larga margem, os produtos primários e permanece a baixa produtividade de mão-de-obra na lavoura.

O produto por habitante cresce ano a ano, mas não no ritmo que seria de desejar, pois cada vez mais se atrasa das médias mundiais.

Também cai constantemente a participação percentual do continente no mercado mundial.

Enquanto isso, a população aumentou com rapidez explosiva nos últimos anos, conforme os seguintes dados de crescimento demográfico percentual acentuam:

Europa Ocidental 0,8%; Estados Unidos 1,67%; China Continental 2,1% e América do Sul 2,9%, devendo atingir 300 milhões de almas em 1975 e 600 milhões no ano de 2000, cuja grande maioria se agrupará em torno das cidades, a continuar prevalecendo as atuais tendências.

A taxa média do crescimento econômico é de 1% no continente e de 2% no Brasil; Peru e Venezuela intensificaram consideravelmente os seus ritmos de crescimento econômico; Uruguai e Argentina tendem a recuperar os antigos níveis; Colômbia, Chile e Equador melhoram lentamente e Bolívia e Paraguai permanecem estagnados.

BIBLIOGRAFIA

- BANDEIRISMO PAULISTA — Alfredo Ellis
ETNOLOGIA SUL AMERICANA — Wilhelm Schmidt
HISTÓRIA DA AMÉRICA — Vicente Tapajós
HISTÓRIA DAS AMÉRICAS — Roberto Levene
HISTÓRIA DA AMÉRICA — Gastão Ruch
HISTÓRIA DO BRASIL — Rocha Pombo
BANDEIRAS E SERTANISTAS BAIANOS — Urbino Viana
HISTÓRIA DA CIVILIZAÇÃO — M. Crouzet

O PREÇO DESTA REVISTA...

"A DEFESA NACIONAL" vem-se impondo, cada vez mais, à consideração, ao interesse, à simpatia dos nossos leitores — já dos militares (oficiais e sargentos), já agora de destacadas personalidades dos meios oficiais e culturais civis. Até no exterior, ao que sabemos, vem tendo bastante aceitação entre as Forças Armadas amigas.

Entretanto, o preço do exemplar (NCr\$ 0,20) há muito que está inalterado, em flagrante descompasso com a realidade. E isto porque a Diretoria, apesar das alterações, tem-se empenhado em agüentar enquanto possível. Agora, não é mais possível: a Revista tem de aumentar o seu preço, para torná-lo mais apropriado com o custo da edição (embora ainda inferior...).

Estamos certos de que tal necessidade, aliás imperiosa, será bem compreendida e apoiada por todos os nossos assinantes, leitores, amigos — que continuarão a honrar-nos com a sua preferência e a prestigiar-nos, como sempre.

A DIRETORIA

BRASIL – NAÇÃO MILITARISTA OU ANTIMILITARISTA ?



Capitão
LUIZ PAULO
MACEDO CARVALHO

QUESTÃO CONTROVERTIDA (VEXATA QUAESTIO)

No calor das polêmicas travadas em torno do incremento da atuação das Classes Armadas no cenário político-nacional geralmente acoimam o Brasil de trazer latente em seu bôjo o germe do Estado Militarista.

Não se pretende aqui negar a participação dos militares na vida política da Nação, mesmo porque tal fato “constitui um fenômeno cujas raízes históricas se confundem com as próprias raízes da nacionalidade”. Além disso, nunca como agora, no quadro da conjuntura mundial, os arquitetos da política nacional estiveram tão dependentes da assessoria do soldado profissional, nem os generais se sentiram tão necessitados da orientação das autoridades civis na formulação da estratégia militar. Entretanto, daí se inferir, à primeira vista, a existência implícita de um Estado Militarista dentro da verdadeira acepção da palavra — domínio do governo pelos militares — afigura-se inverossímil e carece de significado.

Chegar-se a uma afirmação categórica e a generalização neste sentido, com base em acontecimentos esparsos ou atitudes sócio-políticas de grupos e indivíduos em determinados períodos, sem se deter em uma fria e criteriosa análise da formação da nacionalidade brasileira e dos conseqüentes reflexos no espírito das Forças Armadas, é temerário, pois os caracteres de um povo exercem significativa influência

nas suas tendências, por intermédio dos quadros e contingentes incorporados. No caso brasileiro, esta proposição evidente, cuja aceitação como verdadeira é incontestável, ganha transcendência pelas fiéis provas apresentadas através da história de que as Forças Armadas representam efetivamente a Nação em armas.

O caráter de que se revestiu a colonização do Brasil, exigindo a miscigenação do branco, índio e negro, plasmou um tipo "sui generis", cuja personalidade, através do comportamento social revelado no curso dos tempos, se caracterizou por traços de profundo senso de respeito ao próximo e antagonicamente individualista, amante da liberdade e da natureza, pacifista de vocação mas desassossombrada, sem grandes preconceitos raciais, de acentuada índole humanitária e arraigados princípios cristãos, e desenvolvida capacidade de improvisação, em que o talento se sobrepõe à cultura. Este povo assim moldado, despido de tradições guerreiras, mas que atesta bravura nos monumentos públicos a seus heróis, jamais ofereceu condições para florescimento de uma sociedade militarista, mesmo em épocas propícias de convulsões político-sociais, intestinas e internacionais.

Ademais, a autenticidade das Forças Armadas, como elemento coercitivo da lei e intrínseco da soberania do Estado, lhes é conferida pela identidade de sentimentos e aspirações com a nacionalidade, manifestadas no apoio popular a seus atos nos momentos de crise. E, nesse particular, se pode afirmar, sem medo de erro, que as forçadas intervenções militares na esfera política quase sempre se efetuaram com o explícito assentimento do povo, embora este delas participasse mais na qualidade de espectador, como sói acontecer na maioria dos movimentos de transformação social em todo o mundo. Nas oportunidades em que pareciam em choque com o povo, na realidade, encontravam em conflito com homens que se divorciavam de compromissos assumidos perante a Nação ou enxergavam mais à frente, como se comprovou no passar dos tempos.

Desta forma, integrados pelos caracteres marcantes da nacionalidade — amor à liberdade, sentimento pacifista e tendência improvisadora — os civis e militares lograram alcançar com sacrifícios minorizados os diversos estágios que assinalam a evolução dos povos, normalmente, à custa de muito suor, lágrima e sangue. Assim, passou o Brasil de Colônia a Império, rompeu os grilhões que o atavam a Portugal, consolidou e nacionalizou a emancipação política; assegurou a unidade territorial, aboliu a escravatura, proclamou a República, abateu uma ditadura traiçoeiramente implantada, infligiu séria derrota ao comunismo internacional e luta ainda corajosamente pelo completo desenvolvimento econômico-cultural.

Nestes 144 anos de independência e 77 de república apenas um general integrou o triunvirato das regências durante a minoridade de D. Pedro II; somente por três vezes dentre vinte e oito gabinetes, nos 43 anos e 4 meses de regime parlamentarista, o Conselho de Mi-

nistros estêve nas mãos de um militar, sôbre quem pairam dúvidas se foi mais soldado ou estadista; no sistema presidencialista em cêrca de uma vintena de chefes de govêrno, contam-se seis que vestiam uniforme. Dos militares que ocuparam a presidência do Brasil, o primeiro a exerceu, num curto espaço de tempo, à testa do govêrno republicano provisório; o segundo assumiu o cargo face à renúncia do titular efetivo, como seu legítimo sucessor (vice-presidente eleito); dois ascenderam a esta elevada função por sufrágio universal direto; outro, investiu-se na suprema magistratura, interinamente, chefiando uma Junta Militar; e, finalmente, o atual foi levado ao poder por escolha do Congresso, de acôrdo com as normas constitucionais vigentes, no cumprimento de suas atribuições legais.

No campo externo, as armas brasileiras contiveram as idéias expansionistas dos caudilhos do Prata; tornaram-se fiadoras da soberania de uma república irmã; puseram fim a uma tirania que ameaçou o continente sul-americano; combateram o totalitarismo de direito, em diferentes épocas, no Velho Mundo; contribuíram para a manutenção da paz no longínquo Oriente Médio e no tumultuado Congo; e atenderam prontamente aos chamados da OEA e da ONU, para restabelecer a concórdia e o sossego, no agitado Caribe e no disputada Cachemira.

Esta nação, desprovida de ambições extraterritoriais, cuja base de sua estrutura político-social se alicerça na família, ab-roga orgulhosa e claramente em sua carta magna as guerras de conquista desde 1891. Um dos maiores e mais ricos países do globo, com uma taxa de crescimento demográfico extraordinário, fazendo limites com tôdas as demais repúblicas da América do Sul, exceto o Equador e o Chile, o Brasil jamais apelou às armas para solucionar os reduzidos litígios fronteiriços com os vizinhos. Preferiu a pena ao fuzil, valendo-se da ponderação e sabedoria de uma diplomacia mundialmente reconhecida ao invés da voz de guerra de sua majestida o canhão. Honrando sempre so compromissos internacionais firmados, muitas vêzes em detrimento de seus interesses privados, e conduzindo uma política exterior que reproduz os anseios da comunidade democrática-cristã já deu sobrejas demonstrações de espírito de renúncia e desprendimento, tanto em plagas americanas como de além-mar, na preservação dos ideais de paz que constituem a pedra angular de sua formação histórica. Altivo na luta e magnânimo na vitória, tem revelado possuir, em síntese, como objetivo nacional permante o bem-estar comum.

Decididamente, tal comportamento manifesto de uma nação não condiz com a forma impura de um Estado Militarista, o que por si só bastaria para desacreditar quaisquer insinuações dêste teor com referência ao Brasil.

Contudo, sendo as Fôrças Armadas a expressão máxima do Poder Militar de uma nação, para se aquilatar com precisão e justiça a influência dêste na conjuntura brasileira, se faz mister pesquisar as origens, a missão e a atuação dessas instituições nacionais permanentes à luz da verdade histórica, da ordem jurídica e da razão.

DAS ORIGENS (AB ORIGINE)

As origens de nossas Forças Armadas se perdem na intenção lusa de guarnecer a Colônia sem grandes ônus, agravada pela sua vasta extensão territorial. A tais fatores acrescem ainda a inexistência de uma força militar permanente na metrópole, a agressividade de alguns grupos indígenas e as sucessivas investidas alienígenas, tanto à costa como ao interior do Brasil. Conclui-se, pois, que por uma imposição nitidamente defensiva, para não dizer de sobrevivência, a Coroa não pôde dispensar o concurso de mestiços, índios e colonos, sem distinção de níveis sociais, côr ou credo, a fim de garantir a posse das terras descobertas. Assim, dêste caldeamento étnico-cultural brotou espontânea e inconscientemente o embrião democrático da infra-estrutura militar brasileira, com as características que lhe são peculiares.

Data desta época a aparição da "célula mater" das Forças Armadas — as "companhias de ordenança" — força eminentemente popular que expressou os primeiros sentimentos de uma consciência nacional e deu contextura às armas brasileiras.

Dai para cá o quartel no Brasil vem desempenhando o papel de autêntico cadinho dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

Ultrapassada a fase crítica de fixação ao solo conquistado, em uma primeira manifestação contrária à implantação de uma sociedade militarista e de acendrado amor à vida livre — legado precioso do nativo — o recrutamento militar no Brasil Colonial se processou quase sob compulsão.

Somente por ocasião dos movimentos nativistas pré-emancipadores, é que se veria o cidadão-soldado, movido pelos ditames da razão, procurar a caserna e pegar em armas deliberadamente.

Consolidada a independência política e mantida a unidade territorial, novamente os quartéis se esvaziaram, tendo mesmo de se valer de mercenários estrangeiros e das classes menos favorecidas pela sorte para completar os efetivos, só voltando a se lotarem nas horas difíceis da campanha paraguaia, quando se notabilizaram as tradicionais unidades de "voluntários". Assim sucedeu até instituir-se na República o serviço militar obrigatório. Era o cidadão transfigurando-se em soldado para cumprir seu dever cívico, e o soldado voltando à simples condição de cidadão, ao realizar a sua nobre obra.

Com a incorporação compulsória nas fileiras, de representantes de todas as camadas populares, deixou a caserna de ser reformatório para marginais e abrigo de mercenários como no Império.

O desmoronamento progressivo da ordem tradicional nos idos de 1930, consequência das súbitas transformações sociais e do enfraquecimento da economia nacional, colocou de novo as instituições armadas em evidência, dando a falsa impressão do aparecimento de um fantasma militarista.

Acontecia que em uma sociedade onde havia pouca mobilidade social na vida civil, as Forças Armadas, oferecendo ilimitadas oportunidades de progresso devido a suas bases democráticas, converteram-se em um foco de atração. Destarte, o brasileiro, apesar de, por natureza, abominar a guerra e buscar facilidades imediatistas para vencer na vida, o que o torna avesso às agruras da carreira das armas, viu na experiência do serviço militar um meio de se realizar pessoalmente. Verifica-se, pois, que os jovens de então preferiram trocar a relativa liberdade do meio civil pela rígida disciplina e estratificação hierárquica imposta na caserna, mais por segurança psicológica, posição social e uma profissão que os ajudassem a progredir após a desincorporação do que por inclinações guerreiras. A iniciação nas Forças Armadas era sem dúvida, em especial, para os oriundos das classes mais humildes, uma escola valiosa. Essas circunstâncias vêm reafirmar quanto o nosso homem valoriza a paz e relega o espírito marcial, que tanto empolga os militaristas.

O término da II Guerra Mundial trouxe o descrédito de todas as modalidades de totalitarismo, a conscientização generalizada na Nação e a ampliação dos mercados de trabalho, face às modificações fundamentais da estrutura social, do sistema político e das técnicas de produção, que marcam a entrada do País na transição para o arranco econômico. Com isso, o soldado, embora figura absolutamente decisiva na transição (no dizer de Rostow), vem cedendo lugar ao civil e provocando até mesmo uma certa aversão injusta a tudo que traz o rótulo de militar. Isto explica, em parte, o sensível declínio no afluxo aos centros de recrutamento militar.

Dentre as características de subdesenvolvimento avultam um baixo nível cultural e grande apatia política. Portanto, recrutada a tropa desta massa, como não poderia deixar de ser, o elevado índice de analfabetismo e a acentuada indiferença política tendem a fazê-lo um instrumento leal a seus chefes e facilmente liderado. Esta distância entre oficiais e praças, se por um lado diminuiu pela crescente democratização que o serviço militar obrigatório promoveu, por outro lado ampliou-se pelas diferenças no grau de aculturação à vida moderna. Por esta razão, para melhor compreensão da essência sociológica dos fatos, é indisponível uma análise mais detalhada do que representam os líderes militares, uma vez que os quadros como elementos permanentes definem com maior nitidez as Forças Armadas.

Procedente de todos os degraus que corporificam a pirâmide social, desde o Brasil Colônia até hoje, a oficialidade, em uma amostra representativa do todo nacional, vivendo em uma simbiose perfeita com o restante do povo em toda sua evolução político-social, mantém os vínculos hereditários do conjunto de convicções e convenções filosóficas, religiosas, jurídicas, sociológicas e políticas relacionadas com a nacionalidade, quer apoiando reivindicações ou se antecipando na exteriorização de seus ardentes desejos. A maior prova desta afirmação já era encontrada na carta régia de 1727, que proibia aos bra-

sileiros de ascenderem acima do pôsto de alferes dadas as idéias republicanas defendidas por êles claramente.

Nos quadros das Fôrças Armadas brasileiras não predomina o sistema de castas tão comum nas civilizações militaristas, o que atesta serem a verdadeira expressão do povo. Nossos oficiais-generais, com exceção de uns poucos, emergiram das massas. Chefes militares brancos, pretos, mulatos e pardos, homogeneizados pelos valores morais e profissionais, repletam as galerias de comandantes em nossos quartéis. No passado, o exemplo do filho de um singelo ferreiro cearense que se immortalizou como patrono da infantaria brasileira, reforçado, nos dias atuais, na pessoa do menino obscuro de Messejana, que se elevou à suprema magistratura da Nação, comprovam a veracidade das afirmativas precedentes.

O corpo de oficiais e graduados das Fôrças Armadas, em geral, e do Exército, em particular, é de uma coincidência estrutural grandiosa com a classe média, prevalecendo no conjunto indivíduos de condições modestas. Os novos grupos que se dirigem às academias militares, talvez por provirem em maior percentagem da classe média urbana, ao contrário do oficial tradicionalmente de origem nobre e rural, do início do Império ao fim da 1.^a República, não guardam laços fortes com a oligarquia latifundiária altamente influenciada pela igreja de outrora.

A identificação social da oficialidade com a massa de onde saiu constitui, provavelmente, a causa primeira de as Fôrças Armadas encarnarem um espírito democrático e antidespótico.

Quanto aos graduados, ainda que não defrontassem obstáculos intransponíveis para galgar o oficialato (haja vista o sem número de sargentos que chegaram a generais), somente agora começam a perder o cunho de "casca grossa" com a disseminação pela tropa das levas de diplomados pelas hodiernas escolas de formação e especialização.

Em suma, parece o Exército, quicá por ser das três fôrças a de maior efetivo, estar mais ligado aos interesses, aspirações e tensões que dão a imagem do povo; a Marinha, embora bastante democratizada pela II Guerra Mundial, por suas propensões conservadoras, parece simbolizar a aristocracia; a Aeronáutica, nascida sob o signo do progresso e das idéias avançadas do século XX, parece exprimir a chama viva do liberalismo franco que domina a sociedade moderna.

DE DIREITO E DE FATO (JURE ET FACTO)

Para se falar do papel que cabe às Fôrças Armadas, no Brasil, primeiramente, se necessita saber como estão institucionalizadas. Isto implica em conhecer suas legítimas missões dentro da zona-de-ação delimitada por lei, em outros termos, sua destinação constitucional e suas finalidades.

No que tange à destinação nada melhor do que se valer do conceito formulado pelo então Chefe do Estado-Maior do Exército, General HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, ao proferir a aula inaugural da ESCEME em 1964:

"A conduta das Forças Armadas decorre, antes de tudo, da destinação que a Constituição Brasileira lhe atribui. É ela a própria definição das Forças Armadas. Envolve a existência das instituições militares e também dos seus servidores. Atualmente, é a base democrática da ideologia dos militares. Está vinculada à evolução política do País. Enquanto em algumas nações o Poder Militar é institucionalmente adaptado a um partido único ou ao poder pessoal de um governante discricionário, a nossa Constituição manda que as Forças Armadas garantam um regime cuja autodeterminação, externa e interna, se legitime na representação popular... A destinação é, por isso, durável e se remodela quando o povo ou quando grupos minoritários se apoderam dos seus destinos. Exemplos destacados encontramos na passagem das forças do Czar para as do Estado Soviético na mudança democrática das instituições militares do poder nazista para as da Alemanha Ocidental, na grandeza da destinação militar existente nos Estados Unidos e na Inglaterra, na conturbada história de muitos governos sul-americanos e nas lições brasileiras que nos deu o período ditatorial do Estado Novo e que aprendemos nos períodos governamentais de autoridade legal."...

Citando a própria Constituição, prossegue o General CASTELO BRANCO:

"Consta... de seu Artigo 177 a destinação das instituições militares — defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem. O destino assim traçado é bem consentâneo com o estágio de nossa evolução, levando-o ao plano da manutenção da lei e da ordem, o que, no entanto, em alguns países, não cabe às Forças Armadas.

"Defender a Pátria" significa proteger o território nacional e as instituições democráticas enunciadas no Artigo 1.º da Constituição — o regime representativo, a Federação e a República — contra quaisquer agressões, claras ou sub-reptícias, de origem externa ou interna.

"Garantir os poderes constitucionais" especifica dar segurança ao Executivo, Legislativo e Judiciário, para que se desincumbam de suas atribuições legais, independente e harmonicamente, livres de quaisquer pressões. Cumpre destacar, entretanto, que esta garantia se faz exclusivamente dentro dos limites da lei aos poderes e não a pessoas.

"Garantir a lei e a ordem" resume-se em fazer respeitadas as normas legais estabelecidas ou que delas advenham, o que concede às Forças Armadas brasileiras uma feição toda especial.

Enquanto a destinação constitucional fixa a missão principal das Forças Armadas as finalidades particularizam e materializam as ações implícitas.

Estas finalidades, concorde a doutrina preconizada pela Escola Superior de Guerra, se dividem consoante a natureza da atividade a ser empreendida em: essenciais, complementares e secundárias.

As essenciais, fundamentalmente políticas, são aquelas que definem a própria essência das Forças Armadas (combater o inimigo externo, reprimir movimentos revolucionários e insurrecionais, participar de operações combinadas e conjuntas, integrar forças aliadas no estrangeiro e guardar fronteiras); as complementares, como o nome indica, completam as primeiras, acompanhando os progressos da arte da guerra e ampliando o Potencial Nacional (formar, especializar e aperfeiçoar os quadros das três forças, preparar reservas, colaborar na defesa civil, atuar preventiva e repressivamente na garantia da aplicação da lei e manutenção da ordem, depois de considerado o emprego das polícias); afinal as secundárias enfeixam atividades diversas, sem uma nítida característica militar, mas que, em um país em desenvolvimento e em situações de emergência, recaem sobre a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, dada a disponibilidade de pessoal e material especializado (hidrografia, oceanografia, meteorologia, balizamento e sinalização náutica, auxílio à pesca, patrulhas costeiras, repressão ao contrabando, assistência médico-social, construção de ferrovias e rodovias, cartografia, ensino técnico-profissional médio e superior, combate ao analfabetismo, luta pela higidez pública, apoio a regiões inóspitas e fronteiriças, pesquisas tecnológicas, serviço de proteção ao voo, abertura e administração de aeroportos, seleção de aeronavegantes, aerofotogrametria, correio aéreo, incentivo às indústrias básicas, transporte, socorro, busca e salvamento em casos de notória calamidade ou humanitários, etc.)

FATOS, NÃO PALAVRAS (RES, NON VERBA)

Analisadas as origens e a destinação das Forças Armadas, resta verificar o papel desempenhado por elas ao longo da história.

A expressiva vitória obtida sobre os holandeses na Campina do Taborda, a Guerra dos Mascates e os Emboabas, a Inconfidência Mineira, a Conspiração Baiana de 1798, a Revolta de Pernambuco em 1817, a defesa do Forte de Coimbra, as lutas ao Sul do País apreçoam o espírito nativista, integrador, ideológico, republicano e democrático que norteou as inorgânicas armas brasileiras ainda na sua infância.

Foram as tropas nacionais que deram cobertura a D. Pedro contra a Divisão Avilez, no célebre episódio do "Fico", que culminou com o brado de independência em 1822.

Graças a unidades tais como o "Batalhão do Imperador", constituído da nata da mocidade carioca, o "Batalhão dos Henriques", à base de

negros forros, os corpos de "Jagunços" e "Couraças", integrados por sertanejos nordestinos, eliminaram-se os últimos redutos portugueses na Bahia, Maranhão e Pará.

Os infaustos acontecimentos de 1823, fruto de manobras inescrupulosas, submeteram as embrionárias forças brasileiras à sua primeira e rude experiência no campo da política interna, de onde saíram com o prestígio de seu nome arranhado.

Na "Confederação do Equador", como na similar "Guerra dos Farapos", dez anos mais tarde, entrariam em choque os sentimentos liberais e preservadores da unidade nacional que dominavam a mentalidade dos oficiais da época.

A famosa retirada de "Passo do Rosário", na malfadada e impopular Campanha Cisplatina, entre outras coisas, mostra o ânimo contrário à guerra de conquistas do combatente brasileiro.

Pondo fim ao I Império, em 1831, as Forças Armadas penitenciavam-se da impensada dissolução da Assembléia Constituinte, consolidavam e nacionalizavam a independência e, sobretudo, revelavam-se perfeitamente entrosadas com o povo no campo de Santana.

"Tudo, tudo se deve à coragem invencível do Exército Brasileiro, que desmentiu os sonhos insensatos de tirania" — proclamou o conhecido político liberal do Império, EVARISTO DA VEIGA, ao se instituir o sistema de Regência no Brasil.

No agitado período das Regências, em que várias correntes políticas se definem na luta pelo poder, as Forças Armadas, ainda desorganizadas e falhas em sua estrutura, se aglutinam, violando mesmo inatas tendências republicanas, para coesas tornarem-se fortes, de modo a restabelecer a ordem interna, aplacar paixões, manter a integridade territorial, repudiar o despotismo e afirmarem-se como autoridade moderadora. Eis aí a explicação para o aparecimento, na primeira regência trina, do nome do General FRANCISCO DE LIMA E SILVA — sua atuação serena e equilibrada na deposição do imperador converteu-se em penhor para sustentação do Poder Civil.

Possuíssem os militares intentos absolutistas, teriam empalmado as rédeas do governo, frente ao ambiente de incertezas e desassossegos vividos da abdicação à maioridade. Mas, opostamente, o Exército enctou uma ação pacificadora, consubstanciada na figura de seu patrono, que perduraria até o primeiro terço do II Império.

Impondo-se por sua nobreza de caráter e habilidade política, sobressai o vulto de Caxias na "Abrilada" (à testa do "Batalhão Sagrado" de oficiais-soldados), na "Balaçada", nos movimentos liberais de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde, ao mesmo tempo enérgico e humano, restabeleceu a ordem e não permitiu que ressentimentos políticos dividissem irmãos.

Eram os políticos irrefletidamente ignorando a realidade nacional e, conseqüentemente, se afastando do povo, e os militares estreitando

os laços que os uniam à nacionalidade. As inclinações democráticas entre os oficiais de então atingiam os extremos, mas havia um valor maior a ser preservado — a unidade pátria.

No Senado, na direção do Ministério da Guerra ou na Presidência do Conselho, vê-se no político Caxias um conservador disciplinado, ponderado e decente, a quem a mesquinha politicagem — nefasta herança de dias antepassados — não poupou.

Segue-se a luta contra o caudilhismo platino. Organiza-se o "Exército Libertador", Oribe capitula, dá-se a vitória de Monte Caseros e os argentinos ovacionam as forças brasileiras.

Esquecendo que o Brasil agira como genuíno fiador da independência paraguaia, a tirania de Solano Lopes leva as armas brasileiras a operações sem precedentes na história sul-americana. Arrostando sérios reveses de natureza humana e econômica, sem auferir qualquer vantagem material em benefício da Nação (visto que até a reconhecida dívida de guerra foi considerada extinta, em 1943, pelo governo Vargas), o soldado brasileiro cobre-se de louros nos campos de batalha.

O problema escravagista tendo subido à consciência dos militares durante a guerra contra o Paraguai, ao término do conflito incita o Exército a não encampar a degradante tarefa de "capitão-de-mato".

Mais uma vez, em meio às agitações político-sociais que perturbavam o final do II Império até 1888, os militares não se aproveitaram para tomar o governo da Nação.

Apesar da chamada "Questão Militar" ter servido de estopim à Proclamação da República e de alguns historiadores insistirem em afirmar que o "povo a tenha assistido bestificado", a verdade é que a anacrônica forma de governo monárquica, sujeita aos azares de uma sucessão hereditária, não se coadunava com a dinâmica social da América em desenvolvimento. O manifesto de 1870, a Convenção de Itu e a propaganda alimentada até a eclosão do movimento republicano testemunham o duelo travado nos bastidores entre um federalismo identificado com a República e o unitarismo clássico do Império. As Forças Armadas ao substituírem a monarquia pelo republicanismo nada mais fizeram do que externar a incontida ânsia generalizada de progresso e democratização, acalentada pelos nativistas desde o Brasil Colônia e que somente então com o abrasileiramento da cultura, a experiência de uma contenda externa e os ensinamentos colhidos através os anos, em períodos de transição, se estruturaram e adquiriram uma fisionomia definida. Em resumo, o militar participa deste capítulo da história pátria mais como agente do que causa.

Com a institucionalização da República a história se repete. Novamente, uma brusca transformação social colocava o Poder Militar em evidência. Pela segunda vez, as Forças Armadas arcaram com os ônus de atitudes precipitadas de um chefe ferido em seu orgulho pessoal. Mas agora já um tanto amadurecida, a própria instituição não tardou a manifestar desagrado ao seu emprêgo indevido (Revolta da

Armada e das Fortalezas). O impulsivo e valente DEODORO era um homem talhado para liderar uma revolução, mas nunca para chefe de Estado. No entanto, seus desregramentos políticos ficam minorizados ante o patriótico gesto de renunciar para evitar derramamento de sangue.

A consolidação da nova ordem política e jurídica dependia muito de uma personalidade calma e impávida, fria e calculista, inteligente e inflexível. Esta personagem controvertida foi encontrada no sucessor do primeiro mandatário republicano — FLORIANO. Enfrentando uma tenaz oposição (inclusive de camaradas d'arma), que não lhe poupou dificuldades e no auge acusou-o de ocultar intenções continuistas, o "Marechal de Ferro", agindo imparcialmente, entregou o governo ao candidato civil eleito (adversário de DEODORO na primeira eleição presidencial). Não se discute se FLORIANO andou por vezes fora da Constituição, a República corria perigo, impunha-se um braço forte.

Passar-se-iam alguns quadriênios, entremeados pela rebelião de Canudos e por ligeiras sedições, mais de caráter disciplinar, na Escola Militar, até o reaparecimento inesperado e inexplicável dos militares na política com o lançamento da candidatura HERMES DA FONSECA. Serenados os ânimos, normalizada a situação financeira, promovida a recuperação econômica da Nação, não havia motivo que justificasse o registro de uma candidatura militar. Conforme as palavras de um comentarista de então, o levantamento do nome de HERMES contra o de RUI BARBOSA "não foi fruto da consideração nacional que realmente merecia mas o resultado de combinações políticas que o escravizaram ao Partido Republicano Conservador e a seu chefe, o Senador PINHEIRO MACHADO". Foi mais um soldado ilustre que, envolvido pelos maquiavélicos políticos e movido pela vaidade pessoal, arrastaria as Forças Armadas ao desprestígio público. De início, os próprios oficiais, anteendo as nuvens escuras no horizonte político-militar, se opuseram à indicação do Marechal. Entrementes, com o desfecho da acirrada campanha civilista, já movida com propósitos deliberados, os militares morderam a isca, polarizaram-se e a história aponta a revivescência de inquietações.

Em que pese as deficiências de HERMES como homem público, se deve a ele a elaboração da lei do serviço militar obrigatório e a extensão de benefícios concretos ao operariado, cujos resultados dariam realismo à democracia e consistência aos alicerces de uma política trabalhista nascitura.

Sob a égide do Poder Civil atravessou a Nação a I Grande Guerra. Fiéis à tradição ininterrupta de uma política externa pacifista, mas digna, os brasileiros repudiaram as idéias expansionistas e totalitárias que o KAISER tentou impor ao mundo. Neste período governamental também ocorre o levante do "Contestado" que sofreu uma violenta repressão por parte das tropas federais.

Em 1922, os pescadores de águas turvas, lançando mão de uma trama bem urdida e artimanhas inqualificáveis, infiltraram-se nos

quartéis e utilizaram-se da boa fé de uma minoria para buscar ocultos fins políticos. Mas desses tumultuados acontecimentos se colheria uma grande lição, as Fôrças Armadas não mais eram material para os politiquinhos profissionais manipularem como bonecos na tragédia da disputa do poder.

O movimento de 24 resultou do de 22. Mas fôssem quais fôssem suas origens, é indiscutível que preponderaram a ordem e a lei, graças à fidelidade e a disciplina da maioria esmagadora das Fôrças Armadas. Por outro lado, a discutida "Coluna Prestes", em uma demonstração clara de heroísmo e idealismo de jovens oficiais, que pesconhecendo a realidade brasileira "sentiam os males, mas não sabiam avaliar as causas", configura as primeiras exigências, formuladas vagamente, de modificações estruturais na Nação. O "tenentismo" acendeu o farol que nortearia gerações futuras e marcaria o fecho da "República Velha".

Em 1930, embora não lhes faltassem os instrumentos para fazer valer seus pendores legalistas, ante a iminência de hostilidades fratricidas provocadas por pressões sócio-políticas, as Fôrças Armadas optaram por aceitar a responsabilidade de formar uma Junta Militar. Convém entretanto, que se diga ter a revolução vitoriosa introduzido no Brasil o voto secreto, a justiça eleitoral e a legislação trabalhista.

No insurreição paulista de 1932, as Fôrças Armadas deram crédito ao governo federal sob a promessa de convocação de eleições e de reimplantação da ordem constitucional no País.

Três anos depois, a Nação despertou sob o impacto de uma intenção comunista. As primeiras vítimas são militares que morrem dormindo por não compactuarem com a traição à Pátria. As Fôrças Armadas não hesitaram em rechaçar, pronta e enérgicamente, a afronta vermelha, restaurando a tranqüilidade em todo o território brasileiro.

No entanto, o destino é cruel. Estavam as Classes Armadas fadadas, mais uma vez, a incorrer em um lamentável desacerto que enodoaria as páginas de seus anais. Um golpe surdo e branco instaura sorrrateiramente uma ditadura no Brasil, com a benevolência dos militares. Contudo, abstraídos os males e as distorções tributadas pelo regime, foram os mesmos militares que, indiretamente, deitaram as sementes as quais germinariam a destruição do Estado Novo, como operadores da modernização e da valorização, respectivamente, do País e seus filhos.

Mas, as Fôrças Armadas, ciosas de um passado liberal e convictamente democráticas, não tardariam a se redimir da mácula de 1937. Ao ensejo da derrocada do nazi-fascismo na Europa, os militares em perfeita comunhão com o povo, em 1945, apearam o ditador e recolocaram a Nação no rumo da democracia, confiando o leme ao Poder Civil.

Minimizando as rivalidades das facções políticas extremistas, sobre a governança DUTRA. Malgrado fôsse militar e tivesse ligações com

o homem deposto, em um quinquênio de conciliação nacional, surge como um dos presidentes mais civilistas, imprimindo respeito à lei suprema e uma orientação segura à Nação. Eis mais uma resposta àqueles que insistem em não reconhecer ação equilibrada do soldado quando na chefia do governo.

Poderiam as Forças Armadas ter barrado o retorno dos aventureiros inescrupulosos à cúpula do Estado, mas, em conformidade à índole de respeito à legalidade, acataram a decisão das urnas, que redundaria no trágico desenlace do suicídio de Vargas.

Daí em diante, não só o regime periclitou como também a ordem social vigente cada vez mais se viu ameaçada. Não se deixando emocionalizar pelos eventos, tocaria às Forças Armadas impedir a subversão. Apesar de sabedoras que o futuro governante não possuía credenciais que o habilitassem ao cargo, preferiram garantir a diplomação e investidura do eleito, em uma mostra inequívoca de sua formação e tradição liberal.

Desgastadas as energias da Nação, após um governo pontilhado de efervescências políticas, uma aura de confiança e esperança invadiu os corações brasileiros, quando, repentinamente, surpreendem-se pelo desatino de um homem. Na antevisão do que estava por advir, os militares alertam os habitantes do País do inconveniente acatamento da legislação em vigor e se dispõem mesmo a evitar a consumação do mal. Mas, premidos pela opinião pública ludibriada e insuflada, retrocedem em suas atitudes para assistir, posteriormente, à confirmação das previsões.

Finalmente, quando o risco calculado se corroborava e o povo, desesperado e perplexo, rogava a Deus que livrasse o Brasil do jugo vermelho, as Forças Armadas compenetradas de sua missão, aceitaram o desafio e, a 31 de março de 1964, em uma tomada de posição inigualável, cortaram incisivamente as raízes do comunismo que já se espalhavam por todos os lados.

O QUE SE QUERIA DEMONSTRAR (QUOD EXAT DEMONSTRANDUM)

As coisas nem sempre são realmente o que aparentam ou dizem ser.

Desta breve visão retrospectiva dos principais capítulos que elucidam a ação das Forças Armadas na transição política do Brasil, constata-se que os militares, entre um comportamento progressista e predatório, têm estado mais ligado ao povo do que parece.

Todavia, o perfeito entendimento da atuação do militar no panorama brasileiro se condiciona, preliminarmente, na aceitação de certos preceitos básicos que regem os fenômenos sociológicos:

- Todos os acontecimentos humanos são naturais.
- A toda rápida e brusca transformação social corresponde instabilidade e desintegração de padrões tidos como normais.

— As metamorfoses sociais derivam de movimentos de fundo ecológico, econômico, político, ideológico, cujos vínculos amiúde ultrapassam fronteiras, e, às vezes, levam séculos para tomar forma e viveza.

- O painel nacional retrata normalmente a conjuntura mundial.
- Os homens são mais instrumentos do que causa dos fatos.
- O Estado é dinâmico no tempo e no espaço.

A arte de determinar os objetivos de uma nação e traçar as diretrizes para alcançá-los e mantê-los é o que se denomina de Política Nacional. Esta Política de "P" maiúsculo, cujo desiderato contínuo e superior deve ser a busca do Bem-Estar do povo, emana da interação de duas outras: a de desenvolvimento e a de segurança. Para executá-la o Estado manuseia várias ferramentas que isoladas não têm aplicação. Portanto, a consecução do alvo colimado, em uma sociedade politicamente organizada, exige a correta integração deste instrumental complexo. Considerados os recursos disponíveis de uma nação — econômicos, políticos, militares e psicossociais — mede-se o Poder Nacional pela integral destes meios.

Desta maneira, é natural que as questões militares sofram influências de fatores políticos, sociais, ideológicos, econômicos e vice-versa. O equilíbrio instável ou estável dessas forças em presença depende da cadência com que se operem as transformações sociais no tempo.

Decorre ainda que a vida das sociedades humanas têm sido entremeadas de períodos tranqüilos e de disputas. As fases calmas paten-teiam homogeneidade de crença e sentimento que exprime a estática social — a ordem. Os momentos arriscados de embate transparentam o rompimento dessa homogeneidade que induz à dinâmica social — o progresso.

Tomados os vocábulos "guerra" e "política" no sentido lato, que os dias de hoje reclamam, consagra-se o pensamento de Clausewitz — "A guerra é a continuação da política por outros meios".

Lembrado que à violência dos conflitos armados, internos ou externos, precede a contenção ou dissuasão, também encargo do Poder Militar, agora, depois de vários anos de guerra fria, sabe-se com certeza que a qualquer esforço bélico não se pode separar as metas políticas que o inspiraram.

"Atualmente, as questões militares são tão entrelaçadas com as políticas e as sociais, e com os fenômenos tecnológicos, que é duvidoso se falar em uma estratégia puramente militar", assevera o autor de "U. S. Foreign Policy: Shield of the Republic" — Walter Lipmann.

Por conseguinte, (salvaguardada a evolução das civilizações) é impossível, aos sinais de crise ou no caos político-social, impedir que o Poder Militar assuma naturalmente predomínio sobre os demais.

Isto pôsto, se faz compreendível, em determinadas idades das nações, que as Forças Armadas sejam alçadas a uma posição de destaque. Com muito maior frequência e mais forte razão, tal ocorre nas sociedades em processo de desenvolvimento que não adquiriram ainda um razoável grau de amadurecimento e estabilidade político-social, como muito bem acentuou o moderno sociólogo inglês Toynbee, quando de recente visita ao Brasil.

Assim, pois, percebem-se arrebatadas e generalizadas convulsões econômico-sociais gerarem perturbações de conteúdo político na década de 1930, cujos resultados foram a manifestação súbita da figura do soldado, e, inversamente, a assinatura do armistício, pondo termo à II Conflagração Mundial, promover o degelo de todos os moldes do governo forte. Similarmente, hoje, notam-se duas doutrinas econômicas ou ideologias em confronto, incitando tensões sócio-políticas, enfatizarem uma corrida armamentista e ações bélicas.

É comum também se incriminarem as Forças Armadas de atuarem tardiamente em determinados casos. A esta acusação se contrapõe o argumento que os fenômenos sociológicos, provindo de fundos diversos, que se interpenetram e se perdem nos anos, prescrevem a configuração de um quadro bem límpido para que se os interprete com segurança.

Como última palavra, compete mostrar que o Estado, vivendo sob a ação de duas forças paradoxais e constantes — o conservadorismo e a renovação — não é imutável. Enganam-se aqueles que julgam serem tais componentes de um binário nocivas à existência do Estado. A resultante desse sistema personifica a dinâmica social — aquela fome de sociabilidade — que alimenta e compõe a nação politicamente estruturada.

Destarte, a ruptura da ordem jurídica vigente tem em mira produzir uma outra nova, indicando que as regras até então aceitas não mais satisfazem à vida política da nação. E o fato originário dessa ordem jurídica nova, segundo o jurista alemão Kelsen, vale como se fora uma norma fundamental, da qual deflui a validade do sistema pôsto em execução, tanto como se originasse de uma assembléia constituinte democrática e eleitoralmente instalada. Assim sendo, não há como contestar a legitimidade e o reconhecimento da institucionalização de uma ordem revolucionária vitoriosa.

Enfim, toda mudança de regime é dificultada por elementos diversos que geram compatibilidades e pressões dos mais variados matizes. Via de regra, os homens não se adaptam de imediato à nova ordem jurídica.

Focalizando, agora, o militar em si, ver-se-á que não passa de um simples ente humano e cidadão como outro qualquer. Diferencia-se do restante dos indivíduos, no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, com base nos dispositivos legais e regulamen-

tares, apenas quando no exercício de suas atividades deve sobrepor-se às paixões e interesses de grupos, agindo como juiz imparcial nas questões públicas. Mas privá-los do uso dos direitos civis equivale a marginalizá-los do processo democrático e tal não faz sentido. Pois na ordenação das instituições públicas a dignidade humana se solidifica na norma de que todos são iguais perante a lei para o direito e para o dever.

O militar é como o engenheiro, o advogado, o médico, o comerciante, o operário, o sacerdote, o professor, é brasileiro como outro qualquer. Por que não pode ocupar cargos públicos? Em todos os países do mundo, encontram-se militares em postos civis, por que não aqui? Em um país de baixo nível educacional, carente de mão-de-obra especializada e experiente, o conhecimento técnico dos militares, que fez deles agentes do modernismo representado pela industrialização, não pode nem deve ser abandonado.

A instrução científica ministrada nas escolas militares e a experiência pessoal de um trabalho racionalizado, ao longo de alguns anos de serviços múltiplos, deram aos oficiais das Forças Armadas, em tese, habilitações mais ou menos raras, que combinadas abriram caminho para a implantação da indústria de base, a construção de rodovias e ferrovias, as obras de saneamento, açudagem e irrigação, o mapeamento do território nacional, a metodização e difusão de técnicas de ensino e educação física, a criação de colônias agrícolas, e ao aprimoramento dos valores éticos, morais, cívicos e intelectuais do cidadão brasileiro. Por isso, não deve causar espanto se defrontar com militares reforçando os quadros civis das mais diversas organizações, no trabalho profícuo de engrandecimento da Nação.

É preciso lembrar que as Forças Armadas desfraldaram a bandeira do nacionalismo puro. São incalculáveis os frutos ofertados, em cada geração de brasileiros, pelos estabelecimentos de ensino militares, de onde, graças ao alto padrão de instrução por eles mantido, despontaram grandes expressões da cultura nacional. Desde o Império até nossos dias, vários setores da indústria civil vêm sendo supridos por renomados engenheiros e técnicos graduados pelas Forças Armadas.

Não se pode esquecer a obra magnânima de um RONDON, desbravando o interior virgem, levantando postes telegráficos, instalando estações de rádio, estabelecendo núcleos de povoamento e levando a civilização aos índios. Isto para não citar o trabalho anônimo desenvolvido no interior dos quartéis, em cada incorporação, de devolver à sociedade homens mais aptos a viver em sociedade e para a sociedade.

Não se quer dizer com isso que o militar seja o único elemento capacitado de que dispõe a Nação na senda do progresso. Muito pelo contrário. A carreira militar, à medida que a tecnologia faz a arte

da guerra mais complicada e as novas responsabilidades econômico-sociais acarretam efeitos semelhantes nas tarefas da vida civil, pouco tempo propicia ao oficial para se equipar com as ferramentas necessárias à administração de um Estado Moderno (talvez escassez de conhecimentos humanísticos).

Mas o fato é que as culturas que encaravam com desprezo os militares, em etapas mais primitivas da ciência e da tecnologia, agora lhes atribuem grande prestígio pela sua ascensão educacional. Tanto nas áreas capitalistas como socialistas, dentro dos atuais padrões científicos e tecnológicos, o soldado compete em igualdade de condições com os civis na escada do saber.

Representando um agregado mais consciente do cumprimento do dever (por força de uma formação austera e disciplinada) e entrando em contato amiudadamente com civilizações mais adiantadas, o militar é solicitado a importar e a comparar padrões internacionais de cultura aos de sua pátria, o que dá maior sensibilidade às fraquezas de sua própria coletividade.

Além do mais, as Forças Armadas, preocupadas em racionalizar o trabalho para manterem a sua necessária eficiência, dedicam-se à modernização com vantagem sobre o civil. Assim, nos países em fase de transição, constituem as mais modernas agências do governo.

Convocados a desempenhar funções chaves nas sociedades em desenvolvimento, os oficiais, dotados de horizontes mais impessoais e de uma sólida consciência cívica, dificilmente podem ignorar os apelos tácitos e genéricos de modificações profundas em seus países resultando daí o choque entre a massa inculta e esta minoria esclarecida. Casos há, em que cegos pela vontade de acertar e melhorar, subtraem-se mesmo à realidade das possibilidades e limitações de seus Exércitos e compatriotas.

Os profissionais dedicados e idealistas, em grande parte simbolizados pelas novas gerações, vêem na intervenção militar no Poder Político a exação de suas legítimas obrigações a fim de preservar a ordem interna, fomentar a justiça social e o desenvolvimento da nação. Outras há, como em tôdas as partes, que, nas condições embaralhadas, são motivados por insaciáveis apetites pessoais (geralmente os mediócrs e carreiristas que em situações normais não apresentam qualidades e qualificações para competir honestamente com os companheiros).

Querer olhar o militar como um ser infalível e imune a enganos foge à lógica do raciocínio. Onde há homens, há orgulho e cobiça, brigas e prejuízos. Entre gerais, como entre os demais homens, a capacidade não pode sempre ofuscar a fraqueza, nem pode o talento encobrir faltas. Falham também em prognósticos e opiniões. Infelizmente, já vem de longe o costume de estender ao conjunto os atos e pensamentos de um militar isolado, principalmente quando suscetíveis de críticas. Lamentavelmente, triste é a sina das Forças

Armadas em episódios desta natureza, pois vencida a tormenta nunca logram ser compreendidas de imediato.

Sempre quando as Forças Armadas interpuseram a sua autoridade nas rixas políticas, o fizeram por omissão ou esfacelamento do Poder Civil, na qualidade de única fonte de energia disciplinada e respeitada para resolver o problema em jogo.

Se os militares tivessem permanecido neutros, ausentes ou se mostrado incapazes de exercer um controle efetivo da situação, os grupos civis radicalizados e rivais teriam colocado o Brasil em uma posição muito mais instável do que se encontra.

Isto torna quase impossível, pelo menos neste ciclo evolutivo, conservar as Forças Armadas afastadas da política. Mesmo assim, as Forças Armadas devolvem ao Poder Civil a direção dos negócios públicos tão logo cessam as razões que justificam a sua intromissão nas questões políticas.

Até surgir o "tenentismo", no primeiro quartel do século XX, com idéias reformistas, pouca atenção tinham dado os governos às massas. Os militares que conduziram as revoluções de 1930 e 1945 apoiaram regimes civis, orientados para as reformas. Os postulados liberais e legalistas abraçados pelos oficiais participantes do movimento de 1930, atraídos pelo golpe de 1937, puseram abaixo a ditadura em 1945.

Sem dúvida, quando a Nação, no processo de aperfeiçoamento democrático, vencer um estágio superior, as Forças Armadas terão a sua missão aliviada.

Em favor das Classes Armadas se pode alegar que, ao aplicarem corretivos aos excessos da politicagem, nunca assumiram a tutela da Nação, nem permitiram que medrasse no Brasil a sombra do caudilho de farda tão comum na América Latina. Ao contrário, mereceram o epíteto de "fator de integração nacional". Os chefes militares brasileiros habitualmente não se desonram com ganhos ilícitos e jamais se valeram dos meios de violência para coagir o povo a admitir suas idéias ou advogaram em causa própria, o que torna as nossas Forças Armadas um caso raro no mundo.

Em uma análise final, infere-se que devido ao crescimento do profissionalismo sadio e ao fato de o militarismo solapar o que há de mais sagrado na carreira das armas — a disciplina consciente — os oficiais condenam os regimes autocráticos.

Para melhor descrever o papel moderador exercido pelos militares brasileiros se transcrevem as observações emitidas por um comentarista estrangeiro — ALAN MANCHESTER:

"O fato de que a nação tenha sido capaz de suportar uma transição incrivelmente rápida para a industrialização sem eliminar sua

estrutura política básica deve-se, em proporções acentuadas, ao Exército. Sob a liderança do Estado-Maior, o Exército tem sido o fator estabilizador que impedia o pêndulo político de se afastar demasiadamente do centro. Deu fim à ditadura, quando cessou a necessidade desse regime, e afastou-se quando os líderes civis lançaram as bases de uma democracia. Voltou a agir quando a liderança política aproximou-se demais do extremo oposto. Teve um papel conservador, estabilizador, desde que adquiriu influência decisiva em 1930."

Finalmente, supor um militarismo caboclo, retrógrado e despótico, como tenta fazer crer uma minoria inexpressiva, é desconhecer as origens, a missão e a atuação das nossas Forças Armadas, é não folhear um livro de História do Brasil.

Se desejarem chamar de militarismo a não omissão dos militares nas horas graves, para esconder um "falso civilismo e caviloso antimilitarismo", quando se troca a irresponsabilidade e a falta de autoridade pela obrigação de responder por seus próprios atos e pelo direito de se fazer obedecer, as Forças Armadas podem ufanar-se de seus integrantes.

O velho aforismo franco-maçônico de que as Forças Armadas devam ser o "Grande Mudo" só encontra guarida entre os mal-intencionados. A mudez é uma deficiência orgânica e, portanto, incompatível de se constituir em um predicado militar. Aos militares não cabe fazer política, contudo, mais do que nunca, nas circunstâncias atuais, têm o dever impostergável de acompanhar a política, vendo e ouvindo com cuidado para que, quando se virem instados a se pronunciar, o façam acertadamente sem se deixar envolver por interesses outros senão os concernentes à sua estrita destinação.

"Ninguém é mais civil do que o militar brasileiro investido na função civil. Nenhuma força se antepõe, no Brasil, mais intransigentemente, à ditadura militar, como a ditadura de qualquer classe, do que a consciência, cívica do soldado", já disseram com muita propriedade e oportunidade.

As Forças Armadas nunca foram, nem serão totalitárias, porque sempre se ativeram a um plano superior, ao regionalismo e ao partidismo político, constituindo a espinha-dorsal de um Estado eminentemente civil, mesmo quando o Presidente veste uniforme.

"O poder é para elas uma servidão transitória, que não pode ser recusado nos momentos de crise, nem prolongado além dele," testemunha um de seus generais em pronunciamento há pouco verificado no Nordeste.

Estranhamente, nos governos de militares é que o Poder Civil se fortalece. "Preservar o Poder Civil e limitar, ao mínimo indisponível, a participação de militares em cargos públicos e, assim mesmo,

utilizando-se quase exclusivamente de oficiais que já deixaram o serviço ativo", tem sido uma das máximas preocupações do Presidente-Marechal.

Uma das provas mais convincentes dêste pensamento encontra-se na aplaudida emenda constitucional que exclui da ativa, transfere para a reserva ou reforma, respectivamente, os militares que se candidatarem a cargos eletivos ou forem eleitos.

Embora não se possa refutar que o Executivo se ache fortificado em decorrência da promulgação da nova Carta, **não se deve confundir um militar no governo, com um governo militar.**

Atentando que as nossas Forças Armadas, de formas diferentes, têm contribuído para a ordem e não para a desordem, e que, no cômputo geral, andam mais de passo certo do que errado, são dignas de todo o respeito e o orgulho de cada cidadão brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- A REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO — Biblioteca do Exército
AS FASES DO MILITARISMO NA AMÉRICA LATINA — Victor Alba
DESTINAÇÃO CONSTITUCIONAL E FINALIDADES DO EXÉRCITO —
Gen. H. de A. Castello Branco
ELEMENTOS MILITARES DO PODER NACIONAL — ESG
ELEMENTOS POLÍTICOS DO PODER NACIONAL — ESG
ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO — W. W. Rostow
FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS — ESG
FORMAÇÃO DEMOCRÁTICA DO EXÉRCITO BRASILEIRO — Samuel Guimarães da Costa
FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL — Pandiá Calógeras
HISTÓRIA DO BRASIL — Haddock Lobo
HISTÓRIA DO BRASIL — João Ribeiro
HISTÓRIA DO BRASIL — Rocha Pombo
MISSÕES SECUNDÁRIAS DAS FORÇAS ARMADAS — ESG
O EXÉRCITO BRASILEIRO — Gen. Aurélio de Lyra Tavares
OS EXÉRCITOS E O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO POLÍTICA —
Lucien W. Pie
TEORIA E PESQUISA EM SOCIOLOGIA — Donald Pearson
ARMS AND POLITICS IN LATIN AMERICA — Edwin Lieuwen
THE MILITARY AND SOCIETY IN LATIN AMERICA — John J. Johnson
THE ROLE OF THE MILITARY IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES —
Princeton University Press

CURRÍCULO E CIDADANIA

Professôra NILDA BETHLEM BASTOS

Mãe, professôra desde os quinze anos de idade, inspetora federal de ensino e diretora de Escola Normal, adquiri, com a maior convicção, a certeza de que a educação é o ponto de partida para todo e qualquer empreendimento.

Embora, como sabemos, não seja a escola a instituição que mais educa, foi criada com o fim precípua de educar. E eu creio na escola.

Creio na força de um currículo bem planejado e num professor bem formado, capaz de manejar o currículo como um poderoso instrumento de educação, estendendo-o à comunidade e envolvendo a família.

CURRÍCULO E CIDADANIA

O título implica na pergunta:

Como pode o currículo fazer alguma coisa para melhorar a formação do cidadão brasileiro?

Precisamos começar, então, conceituando *currículo* e *cidadania*.

CURRÍCULO

"A própria vida escolar em sua programação incluindo tôdas as experiências da criança sob a responsabilidade da escola"

"O conjunto de tôdas as experiências abrangendo habilidade e assuntos utilizados e interpretados pela escola, a fim de atingir os objetivos da educação"

"Conjunto de experiências que a criança realiza na escola para conseguir aprendizagem ampla, experiências essas contidas em certos campos de conhecimento e *que vividas pelo aluno sob a orientação do professor, que seleciona processos, técnicas, atividades e material adequados, são capazes de fazer desabrochar as capacidades existentes na criança*".

N. R. — A autora, graduada pelo George Peabody College, é professôra catedrática do Instituto de Educação e membro da Diretoria do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Currículo, do latim curriculum, jornada, caminhada . . . "Jornada que o jovem faz, colhendo aprendizagem; caminho que trilha, vivendo uma série de experiências que o ajudarão na vida" . . . "Instrumento educacional planejado e usado pela escola e manejado pelo professor".

Acredito que, por meio de currículos bem planejados as escolas possam alcançar seus objetivos, dependendo da organização e interpretação daqueles a consecução dos próprios fins da escola.

OS FINS DA ESCOLA

Se é primária tem fins formativos: formar o cidadão, formar o ser humano socializado, formar um indivíduo bem informado.

Se é Normal: formar o professor que vai moldar a infância brasileira devendo visar: a) atender as necessidades do adolescente; b) desenvolver suas responsabilidades de cidadão; c) cuidar de sua formação cultural e profissional, oferecendo a cada momento oportunidades e situações que contribuam para capacitá-lo a orientador da infância: *a formar cidadãos.*

Esses objetivos podem ser atingidos pela prática de atividades curriculares e extracurriculares e *pelo exemplo de mestres pontuais, preparados, assíduos, bem como de administradores capazes*, que os orientem na arte de desenvolver e adaptar os currículos e *assim formar cidadãos.*

A Escola Secundária forma e seleciona preparando para a Universidade, sendo já, em si, dispersiva pelo número de professores. Torna-se mais leiga ainda, do ponto de vista da formação do cidadão, pela variedade e constante mudança de professores com a conseqüente falta de aproximação entre esses e seus alunos e pela carência de atividades extracurriculares permitindo o panorama mais ou menos geral de uma juventude, nas Escolas Superiores, letárgica civicamente ou revoltada, pois falta-lhe tranquilidade e a segurança necessárias.

Os estudantes já não gostam de suas escolas ?

Currículos pesados, pobres, inadaptados, inflexíveis, confusos ?

Falta de atividades extracurriculares ?

Esfôrço intenso demais nos exames de admissão ?

Professores mal preparados, faltosos, cansados, mal pagos, trabalhando em condições desfavoráveis ?

Falta de fixação do professor à escola ?

Falta de entendimento entre professores, administradores e alunos ?

Objetivos não determinados ?

E COMO DEVE SER A NOSSA ESCOLA

Creio, deve ser, obviamente, uma escola onde se forme o cidadão brasileiro, cidadão de uma nação cujos ideais e cuja herança têm sido os de um viver democrático.

Creio, deve ser, portanto, uma escola que:

- valorize a personalidade humana;
- ofereça oportunidades iguais a todos;
- cumpra sua função social de fornecer equipamento cultural *de acôrdo com as possibilidades de cada estudante*;
- troque a passividade pela atividade;
- estabeleça relações de confiança e amizade entre professores e alunos;
- adapte o currículo ao aluno;
- amplie os currículos tanto quanto possível pela inclusão de artes, artesanato, jogos, atividades cívicas, assembléias, recreações;
- estude, interprete, use e ajude a comunidade;
- saiba que "cada um aprende aquilo que vive";
- procure prestigiar seus professores, lutando por um tempo integral, melhores salários, melhores condições de trabalho e formação em nível superior;
- cuide da alimentação e da saúde de seus alunos.

Os anos da Segunda Guerra Mundial passei-os nos Estados Unidos como bolsista e embora fazendo um curso longo e difícil, trabalhei no esforço de guerra como aliada que era. Fiz o curso de Primeiros Socorros, trabalhei como consultora do Departamento de Guerra num livro para ensino de inglês e fiz dezenas de palestras para soldados e oficiais sobre o nosso país, sua gente, seus costumes.

Pude observar, então, aspectos interessantes ligados a esse nosso trabalho.

Os convocados, por exemplo, antes do treinamento propriamente militar, tinham um treinamento intelectual, informativo, formativo, cívico e político nas diferentes Universidades do país (inclusive naquela onde eu estava estudando).

Como poderiam lutar, diziam seus dirigentes, defender seus ideais, sua herança, seus princípios se não soubessem exatamente quais eram esses princípios, essa herança, esses ideais e porque defendê-los?

Assisti a debates intensos e acalorados sobre democracia, comunismo, totalitarismo e sobre os próprios objetivos da guerra.

E nestes tristes anos e nos subseqüentes, educadores e governantes, líderes comunitários e organizações as mais diversas empenharam-se na obra de estruturação dos currículos nos quais o pro-

blema de educação para a cidadania foi seriamente focalizado. Os programas passaram a ter como um de seus principais objetivos *formar compreensão do valor daquilo que possuíam e que não podiam perder*, interessando os professores os pais e a comunidade, *permanentemente* para que o cansaço, o ódio, os desajustamentos do pós-guerra não corroessem seus cidadãos, contaminando a juventude e destruindo a nação.

ASPECTOS DO CURRÍCULO

Cada aspecto do currículo deve ser olhado como um campo de **FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA**.

Não só nos limites da História e da Geografia do Brasil ou das ciências políticas repousa a educação cívica e muito menos ainda nas aulas de Educação Moral e Cívica.

As vezes passa-se até o contrário. Possivelmente na ginástica e na música onde pode ser desenvolvido o sentimento de equipe, coragem, lealdade, ordem e disciplina, mais facilmente se desenvolva o cidadão do que ouvindo monótonas, cansativas, longas, inadequadas e insossas descrições de um passado longínquo sem a necessária ligação com o presente, com excesso de datas e nomes, tratados e princípios quase impossíveis de serem compreendidos.

O campo da escola para desenvolver a cidadania é o campo total:

- a matemática, a linguagem, as ciências, os estudos sociais, as artes, a educação cívica, o professor e os administradores;
- o emprêgo de métodos, processos, atividades e material bem selecionados;
- as atitudes do professor em relação ao aluno;
- os exemplos apresentados;
- as relações pais-escola, escola-comunidade, tudo em função da criança e do adolescente, *olhado, atendido e cuidado em todos os seus aspectos*.

ASPECTOS DO JOVEM

Oito dias antes das eleições para escolha dos membros do Congresso e a maioria dos jovens com quem conversamos não sabe ainda em quem votar. Não sabe que homens e mulheres escolher para elaborar as leis que vão dirigir suas vidas, defender aquilo em que crêem, defender aquilo que têm, preparar um país melhor para si e para os que ainda não podem escolher.

Mas a culpa é nossa: pais, professores, líderes políticos, sociais e religiosos.

Nossa atitude em relação ao adolescente e às crianças é mais de crítica do que de ajuda.

E que crítica podemos fazer a uma juventude nascida num mundo conturbado, confuso, ameaçado pela bomba atômica, em permanentes guerras, e que não tem bem certeza, sequer, de que o que aprende hoje será válido amanhã?

Que críticas podemos fazer a moços que querem aprender e não têm escolas em número suficiente?

A moços que vão às escolas e lá, vèzes demais, não encontram seus professores?

A moços cujos pais já não têm tempo para ouvir as "bobagens da infância" e os "absurdos da mocidade"?

A moços que saem da escola sem ter aprendido, pela prática, a colaborar, em nada, com sua comunidade seja ela o bairro, a vizinhança, o estado, o município ou o país?

A moços que saem da escola sem saber cantar o Hino Nacional, sem terem respeito pela sua bandeira e carinho pela sua terra?

A moços que não são chamados a partilhar, a opinar, a decidir?

A moços que não são preparados para a função de chefes de família e a moças que não sabem porque não aprenderam que a mão que embala o berço também dirige os destinos de uma nação?

A moços que são chamados a exercer o sagrado direito do voto mas vêem seus escolhidos traindo e faltando aos seus sagrados deveres de cidadãos eleitos?

A moços que não aprederam a obedecer não sabendo, assim, comandar?

A moços que não sabem bem que a um direito corresponde um dever?

A moços que não viveram nas escolas situações que os ensinam que à liberdade corresponde responsabilidade?

No entanto, há mais moços que velhos. Há mais crianças e jovens adolescentes que pessoas em idade adulta.

E olhe bem que os adultos já foram crianças e adolescentes, mas estes ainda não viveram a experiência da maturidade e da velhice.

Quando deixei a direção do Curso Normal do Instituto de Educação do Estado da Guanabara tive que me recolher ao leito por quinze dias seguindo drásticas prescrições médicas. Mas guardo no meu acervo de cidadã a lembrança do dever cumprido: nunca deixei de ouvir cada aluno que me procurasse para debater seus problemas, fôssem escolares, fôssem pessoais. Prestigiei os representantes de turma, fixei as turmas às salas de aula, dando responsabilidades aos alunos em relação ao local onde passavam a maior parte do seu dia e proporcionando oportunidades para desenvolvimento de melhores relações humanas (e quanta coisa criaram!); instituí as assembléias de alunos, que se realizavam quinzenalmente, e que, tenho certeza,

muito fizeram pelo professorando, na sua condição de estudante, de adolescente e de cidadão. Criei e estimulei as atividades extraclasse (teatro, jornais, revistas, campanhas) e os movimentos escola-pais e escola-comunidade, prestigiando o serviço de orientação educacional e alertando o corpo docente para a sua tremenda responsabilidade na formação dos formadores da infância brasileira.

E quando minhas filhas se sentam numa cadeirinha de balanço que tenho em meu quarto, para conversar "suas coisas" sinto-me feliz e realizada, pois só se é mãe e cidadã quando se sabe ouvir a mocidade.

A cidadania também se forma pelo coração tendo profundas raízes no lar.

CIDADANIA

Neste momento, se perguntarmos ao público presente (e temos um auditório de cerca de quatrocentas e cinquenta pessoas) que entendem por cidadania, obteremos as respostas mais variadas.

- Para uns, é um programa de educação do caráter;
- Para outros é o conhecimento da organização do sistema de governo, funções políticas, direitos e deveres de cidadão;
- Para outros é o amor à Pátria, e a tudo que a ela é ligado;
- Para outros, ainda, é um certo número de qualidade, capacidades, habilidades e atitudes.

Para mim é a participação consciente nas atividades da sociedade em geral: no lar, na escola, na igreja, na rua, dentro de qualquer grupo ou na família das nações.

É a soma de todos os conceitos antes citados.

Cidadania requer, sim, formações do caráter;

Cidadania requer conhecimento das coisas do país.

Cidadania é o "status" do cidadão dentro do país (atividades relacionadas às funções políticas de votar, organização governamental, exercício de cargos públicos, direitos e deveres de seus componentes).

Cidadania implica relações do indivíduo com seu governo.

Cidadania tem como base a associação humana: associação do indivíduo com grupos que formam a sociedade.

Cidadania requer formação e desenvolvimento de certas atitudes, habilidades, capacidades.

Cidadania é amor à Pátria. Mas só se ama o que se conhece e o que se entende. E só se pode lutar por um amor quando temos habilidades, capacidades e atitudes para a luta. O cidadão é a própria Pátria. É a sobrevivência da Pátria. É o instrumento de sua defesa.

Cidadania é atitude positiva em face dos outros povos.

Cidadania é respeito à vida humana.

Por isso do mesmo modo que os currículos mudam quando a sociedade se transforma porque sua escola é instrumento desta sociedade, qualquer programa de educação para a cidadania tem que estar relacionado com a natureza da sociedade para a qual é construído.

QUAL É A NOSSA SOCIEDADE? DEMOCRÁTICA?

Então nossos currículos têm que ser organizados em padrões democráticos, em moldes democráticos, baseados numa filosofia democrática, empregando métodos, processos, atividades que levem os alunos a viverem experiências que os conduzam à aprendizagem e à *formação de um verdadeiro e sólido espírito de cidadania* — a fim de formarmos cidadãos de uma democracia.

Os objetivos de uma escola devem estar de acordo com os objetivos da educação e esses com os objetivos nacionais. Princípios, ideais, herança de uma nação, devem constituir a base dos objetivos de sua escola e da formação do mestre.

Que ensinamos?

Ensinamos aquilo que acreditamos guiando nossa infância e nossa mocidade naquela direção.

Sendo os objetivos da sociedade brasileira, objetivos democráticos, nossos currículos devem ajudar a educar na direção de um viver democrático.

O PROGRAMA

Portanto, o *currículo* é parte de um PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

É a parte da Escola, que, como vimos, envolve o aluno, o professor, o diretor, os funcionários da escola e a comunidade.

A melhor maneira de construí-lo e de realizá-lo em âmbito nacional, será, parece-me, a criação de um plano-piloto num grupo de escolas de diferentes níveis (primário, secundário, normal) em diferentes zonas para depois estendê-lo ao resto do país.

DESENVOLVIMENTO DE UM CURRÍCULO PARA A CIDADANIA

A) Se desejamos formar melhores cidadãos temos que dar atenção ao ajustamento emocional dos jovens

Quando um homem quer organizar uma simples horta e deseja que as sementes germinem e se desenvolvam em condições, consulta técnicos ou faz cursos.

Quando uma mulher quer fazer flôres, vestidos, ser decoradora ou se dedicar a qualquer outra atividade, embora simples, faz cursos também.

Mas homens e mulheres são surdos a qualquer sugestão de cursos, palestras ou conselhos, quando se trata da educação familiar dos seus filhos. Acham que o instinto de procriar habilita-os a educar.

Dai, também, os desajustamentos emocionais.

Vejamos algumas causas:

1. Os jovens são solicitados a aprender coisas inadequadas às suas idades ou às suas capacidades.

2. Os jovens são solicitados a se comportar de maneira também inadequada às suas idades, ao seu desenvolvimento, ao seu meio familiar, ou às suas condições físicas.

3. O problema da não aceitação de algumas crianças ou adolescentes, por grupos, dentro da própria classe.

4. Prêmios e repreensões em função dos objetivos ou da política da escola sem dar atenção ao código de conduta infantil ou juvenil.

5. Repreensões em público, humilhando e despertando sentimentos de represália.

6. Falta de reconhecimento ao tremendo esforço que muitos jovens fazem para levar a cabo certas tarefas.

7. Falta de encaminhamento aos serviços médicos competentes daqueles que sofrem de qualquer tipo de deficiência, mesmo temporária.

8. Falta de reconhecimento de habilidades e talentos falhando com a missão de orientar e ajudar, também o bem dotado, o excepcionalmente bem dotado, os futuros líderes nacionais e internacionais.

9. Esquecimento de que crianças e adolescentes têm sempre algumas necessidades constantes como as de:

— amor — sucesso — segurança — respeito próprio — participação — integração — não se sentirem sempre culpadas — (liberdade de culpa).

B) Se desejamos formar melhores cidadãos temos que dar muita atenção aos currículos nas escolas com crianças provenientes de classes menos favorecidas. A classe social de onde a criança provém determina em grande escala o seu comportamento

Nem sempre o que parece um desafôro, uma crueldade, teimosia, desobediência, mau modo, indelicadeza, o é.

É simplesmente fruto do hábito, da cultura, do meio, de um comportamento aprendido.

"Bater portas, falar alto, cuspir, mexer constantemente no nariz, arrastar os pés, jogar papéis no chão, não cumprimentar ou agradecer, não colaborar nos trabalhos, etc. são reflexos do comportamento aprendido no meio de onde provém o jovem."

"Uma criança mal alimentada, com dor de dente, sapato apertado, mal agasalhada, cansada, não está em condições nem de atender nem de aceitar determinados padrões de comportamento."

E eles precisam ser atendidos de maneira adequada. O nível da cidadania do nosso país subirá certamente e de maneira imensurável se dermos mais atenção às atividades dos currículos nas escolas com estes grupos de jovens.

C) A qualidade das experiências que as escolas oferecem, sejam curriculares ou extracurriculares, contribuem, de maneira definitiva, para a formação de um legítimo espírito de cidadania

1. *Volto ainda às minhas próprias experiências:*

Quando Diretora do Curso Normal do Instituto de Educação, levei um grupo de alunas para assistir a uma festividade na Escola Primária Augusto Paulino, no Leme. Um dos números era a bandinha da escola, formada por crianças consideradas excepcionais, isto é, crianças com dificuldades para aprender ou com problemas de comportamento.

Algumas das professorandas que estavam encarregadas de organizar a Assembléia de que vos falei e que deveria se realizar na semana seguinte, convidou a Bandinha para fazer parte da Assembléia que se intitularia "A professora e a criança".

Não vou vos falar do espetáculo de nossa Assembléia que foi maravilhoso dêle não podendo nunca me esquecer. Foi em 1964, a turma tinha o número 1.219 e, entre nós, hoje, no auditório está uma das ex-componentes desta turma.

O que vos quero ressaltar é que cerca de mil professorandas aplaudiram de pé a bandinha constituída de vinte e poucas crianças e que mais tarde recebemos da professora Nilza Tartucci que hoje dirige o Instituto de Educação dos Excepcionais e da Orientadora da Escola, professora Eunice Alves, relatórios com as seguintes informações:

- a) Os alunos que *absolutamente* não aprendiam a ler começaram a fazê-lo com grande facilidade.
- b) Os alunos turbulentos adquiriram um desejável grau de atenção e interesse nas lições.
- c) Os alunos esquivos passaram a dar alguma colaboração aos trabalhos de caráter coletivo graças a uma nova afirmação surgida com o reconhecimento ao seu esforço por mais de mil professorandas.

Trabalho em grupo, pesquisas, debates, competições esportivas, trabalhos manuais, participação nas atividades coletivas da escola, oportunidades iguais para todos, programas de acordo com os jovens, excursões, dramatização, teatro, cinema, avaliação bem feita, professores dando mais tempo aos alunos, música, pintura, modelagem, jornal mural, jornal volante, patrulhas de trânsito, assembléias e tantas outras atividades, processos ou recursos de que a escola pode lançar mão, *contribuem definitivamente para a FORMAÇÃO DO BOM CIDADÃO.*

Leituras, histórias, a conquista da terra, os exemplos de lealdade e bravura, de trabalho e honestidade, de luta, de amor, de tolerância, a matemática habituando ao raciocínio e ao pensamento lógico, como a linguagem como seu grande meio de comunicação, a ciência que conduz a entender e interpretar o mundo, podem contribuir, quando bem ensinados, para a **FORMAÇÃO DO BOM CIDADÃO.**

2. *Relações Humanas — Base da Boa Cidadania:*

Uma escola democrática tem que oferecer no seu currículo seja sob que aspecto for oportunidades constantes para que os jovens formem ou desenvolvam atitudes, hábitos de colaborar, cooperar, viver bem com os colegas, professores, administradores, pessoas da vizinhança, membros da coletividade, formando o hábito da convivência, da tolerância, da aceitação, da cordialidade.

3. *Resolver Problemas é uma Característica do Bom Cidadão:*

Um Currículo para a Cidadania tem que repousar sobre métodos, processos e atividades que conduzam o aluno a resolver problemas. "Precisamos de homens e mulheres capazes de solucionar seus problemas diários com eficiência; só assim poderão depois solucionar os problemas de seu país".

Precisam estudar, pensando, refletindo com espírito crítico a fim de saber *onde* e *como* buscar soluções para os problemas surgidos.

4. *Num currículo para a Cidadania o Debate deve ser uma Constante:*

Oportunidades para debater com seus professores ou entre si, seja participando de decisões, seja opinando na escolha dos trabalhos, na forma de trabalhar ou na busca da solução para os problemas — e isto desde o Jardim de Infância.

Os grupos de debates sobre temas sociais, cívicos, morais, deveriam ser constituídos com frequência, nas Escolas de nível médio, especialmente nas Escolas Normais.

O debate (civismo, casamento, força atômica, voto, impôsto, música, televisão, papel da ciência no mundo moderno, problemas gerais da mocidade, delinquência juvenil, fumo, álcool, etc.) leva o jovem a tomar decisões, apresentar opiniões, perder sem reclamar, falar pela vez, ouvir com atenção, acatar opiniões, criar espírito público, e tudo isso caracteriza um bom cidadão.

5. *Num Currículo para a Cidadania as qualidades morais devem ser formadas:*

Pela História, pelo exemplo, pela leitura, pelos debates nos temas de Moral e Civismo, o currículo deve oferecer oportunidades que conduzam o jovem a apreciação e formação do hábito de dizer a verdade, de respeitar a propriedade alheia, de ser leal, honesto, respeitador da lei pois o bom cidadão é um homem de caráter. A Igreja, a Família e as várias organizações de caráter educativo devem ser chamadas a participar.

6. *Num Currículo para a Cidadania precisamos incluir atividades que permitam ao jovem ser bem informado, que ofereçam conhecimentos variados e precisos, que desenvolvam habilidades e atitudes desejáveis, que conduzam a ter que tomar decisões, que o habilitem a poder se comunicar com facilidade:*

Pois o cidadão vai influenciar os destinos de seu país:

- a) Votando;
- b) Sendo votado;
- c) Escrevendo;
- d) Dirigindo-se aos deputados e senadores;
- e) Fazendo petições e manifestos;
- f) Participando de atividades de grupos organizados: políticos, apolíticos, sociais, profissionais ou de classe.

Precisa, então, estar informado do que se passa em todos os setores, (b) ter uma compreensão bem sólida da estrutura e do funcionamento do governo; (c) saber da significação dos assuntos contemporâneos; (d) saber localizar informações, selecioná-las, ouvir, discutir; (e) tornar-se ativo civicamente; (f) escrever e falar com clareza; (g) ter um raciocínio esclarecido; (h) possuir conhecimento da vida do país, passada e atual; (i) estar atualizado com os acontecimentos mundiais.

7. *Num Currículo para a Cidadania, precisamos oferecer atividades que ensinem o respeito pela vida humana desenvolvendo a vontade de estender a um número cada vez maior de pessoas os benefícios de uma vida digna.*
8. *Num Currículo para a Cidadania precisamos prover atividades que ensinem que ninguém vive só.*
9. *Num Currículo para a Cidadania precisamos prover atividades que levem o jovem a saber o significado de Democracia:*

Vivendo-a em situações programadas pelo currículo nas formas dadas já anteriormente mencionadas (conhecimentos, exemplos, habilidades, atividades extraclases).

Atendendo o jovem nas maneiras também já apresentadas, isto é, ajudando-o física, moral, social e intelectualmente.

Trazendo a comunidade para dentro de seu campo.

Orientando alunos e pais na compreensão de liberdade, responsabilidade, direitos e deveres, com palestras, debates, exemplos, leituras.

Democracia é aprendida *também* pela participação nas atividades familiares e escolares, resultante que é do crescimento numa determinada cultura.

D) Um Currículo para a Cidadania tem que estudar, interpretar, ajudar e apelar para a comunidade:

No entrosamento com a comunidade não só estamos estudando-a para podermos atender a crianças como devemos ajudá-la e usá-la, ligando-nos à família, à igreja e aos demais grupos da comunidade como clubes, fortes militares, organizações sociais (Lions, Rotary), escoteiros, organizações internacionais (Cruz Vermelha, Nações Unidas), etc.).

Desta forma estabelemos uma forma de vida em cooperação e ajuda, compreensão e tolerância.

As forças sociais externas têm influências educativas poderosas que podem constituir dificuldades muitas vezes insuperáveis no desenvolvimento de um CURRÍCULO PARA A CIDADANIA.

Num CURRÍCULO PARA A CIDADANIA precisamos apelar para as instituições formadoras da comunidade e que *também educam*, como a família, a igreja, os clubes, etc.

Num CURRÍCULO PARA A CIDADANIA precisamos interpretar a comunidade, o meio social de onde provém o jovem, para entender o seu comportamento. Precisamos usá-la em tudo que possui e que ofereça, para que o jovem, conhecendo-a, venha a respeitá-la, a desejar melhorá-la, a trabalhar por ela, formando espírito público. É o ponto de partida para a formação de um são e forte espírito democrático.

E) No desenvolvimento de um Currículo para a Cidadania precisamos encorajar a participação eficiente de todo o corpo docente e administrativo:

Precisamos orientar o professor na compreensão das práticas educativas adequadas, na seleção dos processos e métodos, na técnica do emprego dos mesmos, na interpretação das reações infantis

e juvenis e na compreensão de que só a formação de um são espírito de cidadania poderá levar o Brasil ao seu grande papel no consenso das nações.

O programa é vasto.

É um programa nacional. É um programa que envolve jovens, professores, administradores, a família, a igreja, líderes na comunidade, envolve governos.

É um programa de todos os brasileiros.

Mas não é difícil.

Que não pode um povo cujos professores primários caminham quilômetros, viajam de pé em trens e em ônibus superlotados, sem condições de segurança para chegar às suas escolas, percebendo mensalmente pouco mais que o salário-mínimo recebido por trabalhadores não especializados?

Que não pode um povo nos rincões mais afastados de seu território, tem seus oficiais do Exército construindo estradas, alfabetizando e despertando na massa inculta uma consciência nacional?

Que não pode um povo que criou e manteve até hoje o Correio Aéreo Nacional, mandando notícias, amparo, saúde e esperança aos recantos mais afastados deste nosso imenso país?

Que não pode um povo que manteve a Unidade Nacional numa extensão de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados?

Que não pode um povo cuja Marinha desfalçada manteve durante dois séculos as costas do país livres de ataques a qualquer aspecto de sua soberania territorial?

Que não pode um povo de um país onde uma atriz comediante, faz na televisão uma obra notável de alcance social levando assim pessoas e entidades a despertarem e estenderem a mão aos mais necessitados?

Que não pode um país que cresceu cercado pela língua espanhola, dominado, alguns anos, por franceses e holandeses, com corrente imigratória estável (e em algumas regiões formadora de núcleos) e que manteve a unidade de sua língua-pátria?

Que não pode um país que deu berço a Caxias, a Osvaldo Cruz, a Chagas, a Osório, a Tamandaré, a Mauá, a Floriano, a Ana Nery, a Rui, a Anita Garibaldi, a Pedro II, a Pandiá Calógeras, a Cairu, a Castro Alves, a Henrique Dias, a Intendente Câmara, a Luiz Tarquínio, a Delmiro Gouveia, a Benjamin Constant, a Machado de Assis, a Corinto da Fonseca e a tantos outros?

Que não pode um país que deu berço a Olavo Bilac?

QUE NÃO PODE ?

NÃO IMPORTA
QUE ALGUÉM
ESTEJA SÓ.



DE
CERTA MANEIRA,
SHELL TAMBÉM
ESTÁ PRESENTE.

Num detalhe Ou em algo de extrema importância Em parte ou no todo Tanto faz O fato é que Shell esta presente Porque, cada vez mais, petroleo e bem-estar se identificam em função do homem E muitas pesquisas e descobertas sobre isso foram e continuam sendo feitas nos laboratorios Shell E uma

resina sintética anticorrosiva, um melhor óleo lubrificante Tudo o que exige um mundo de trabalho, até diluir-se no dia-a-dia de todos Pois o que importa é que Shell também possa estar presente onde quer que alguém esteja, mesmo só

VOCE PODE CONFIAR NA



CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVA ORGANIZAÇÃO PARA A CAVALARIA

Maior CAV (OEMA)
CEZAR MARQUES DA ROCHA

Há muito partidário de uma reestruturação total da "nobre arma", foi com satisfação que li o artigo publicado na DN, n. 610, Nov/Dez 66, sobre a nova organização para a Cavalaria, motivo suficiente para me levar a tecer algumas considerações a respeito.

Por que não passarmos rapidamente à ação?

Primeiro, trocando a denominação — simples cópia de uma nação aliada — de Regimento de Reconhecimento Mecanizado para Regimento de Cavalaria Mecanizada.

Justificativa: o Regimento não cumpre somente missões de reconhecimento, como o nome atual sugere. Cumpre as missões tradicionais da Arma, reconhecimento, segurança, ação retardadora, etc. Modificando igualmente a denominação de BCC para RCC. Batalhão é próprio de Infantaria, assim como grupo pertence à Artilharia. Para a Cavalaria, o termo adequado e tradicional: — Regimento!

Segundo, a equipe da ECEME que redigiu o artigo abordou, em idéias gerais, a parte referente a material.

Certa vivência com o material blindado em uso no EB e algum conhecimento do equipamento dos principais exércitos, levou-me a entrar um pouco mais a fundo no material que equipará a nossa Cavalaria em futuro — assim espero — não muito distante.

Examinarei inicialmente o material existente e em uso; em seguida, o que é possível obter de nossa nascente e pujante indústria.

A — MATERIAL EM USO

Vamos deixar intocável o M41, carro de combate que equipa algumas de nossas Unidades e cuja construção está muito além do que é possível obter-se de nossas empresas. Mas os CCL M3A1 e CCM M4, simples, rústicos, conhecidos, estudados, de manutenção menos complexa e que atendem perfeitamente às necessidades atuais, já podem ter seus problemas solucionados. Assim a recauchutagem dos patins das lagartas está sendo providenciada pela DMM, e estudos estão em curso no sentido de equipar ambos os Carros com motores Diesel nacionais (Israel já realizou a troca em 1956, em relação ao M4).

A munição que os CC utilizam é fabricada no país, o mesmo acontecendo com baterias, instrumentos de painel, etc.

Depende assim a recuperação integral do material acima, de verbas e da *vontade* de realizá-la.

Quanto aos Carros Blindados, os Scout M3A1, os 1/2 lagarta e os M8 são veículos de combate que compensam à farta a recuperação e manutenção adequadas por muito tempo ainda, no atendimento aos requisitos da instrução.

O M8 reequipado com motor Mercedes parece ter constituído legítimo sucesso. Experiência com motores Perkins em Carros Blindados estão em curso. A DMM providencia a fabricação de lagartas para "Half Track".

São viaturas leves, rústicas e a maior deficiência — falta de cobertura, pode ser facilmente sanada pelos nossos arsenais ou mesmo fábricas de carroçarias civis.

Procede-se também à instalação de foguetes em Carros Blindados M8.

E a indústria está interessada, procura cooperar. Assisti ao oferecimento feito a um Diretor de Parque de Motomecanização de ser instalado gratuitamente motores em Half Track e CCL...

Quanto às viaturas motorizadas, já adquirimos ambulância, jipes, viatura 3/4 ton, 4x4; viatura 2 1/2 ton, 4x4; 6 ton 4x2, reboques e qualquer tipo de viatura transporte de pessoal.

Não temos carros-tanque para água e combustível, talvez porque ainda não foi sentida a necessidade deles, o mesmo acontecendo com viaturas tratores e pranchas para transporte de CC e como as esquecidas motocicletas, que podiam e deviam equipar frações das Unidades encarregadas de reconhecimento.

As pesadas e incômodas barracas de EM e Comando, para as Unidades moto e mecanizadas, podem, desde já, ser substituídas pelos reboques fabricados no Sul, e que estiveram em exposição na última mostra de automóveis, realizada em fins do ano de 66 em São Paulo, e que são encontradas em vitrinas de agências de automóveis para a prática do "Camping". Um minuto para ser desatrelado do jipe ou Vtr 3/4 e outro para atrelar e partir. Rapidez... Cavalaria!

E os carros socorro? Já encontramos nacionais com lança comandada hidráulicamente, etc.

B — O QUE É POSSÍVEL OBTER DA NOSSA INDÚSTRIA?

Já possuímos o chassi 4x4 para jipe, 3/4 e 2 1/2 ton.

Vamos realizar rápida incursão pelos países estrangeiros:

(1) 1/4 ton 4x4 — A Inglaterra.

O inglês cobriu o chassi do jipe "Land Rover" com uma couraça à prova de tiro de armas portáteis, equipou-o com uma Mtr Cal. 30, blindou o compartimento do motor, colocou um isolante e um ventilador para evitar a intermação e saiu para um Blindado que equipa:

- Fôrças Policiais móveis.
- Patrulha de fronteira.
- Fôrças de Segurança interna.
- Unidades de reconhecimento.

Se solicitarmos um modelo à Willys, Toyota, e DKW, poderemos tê-lo a curto prazo, e estaria resolvido o problema do patrulhamento de fronteiras, segurança, etc.

(2) 3/4 a 2,5 ton.

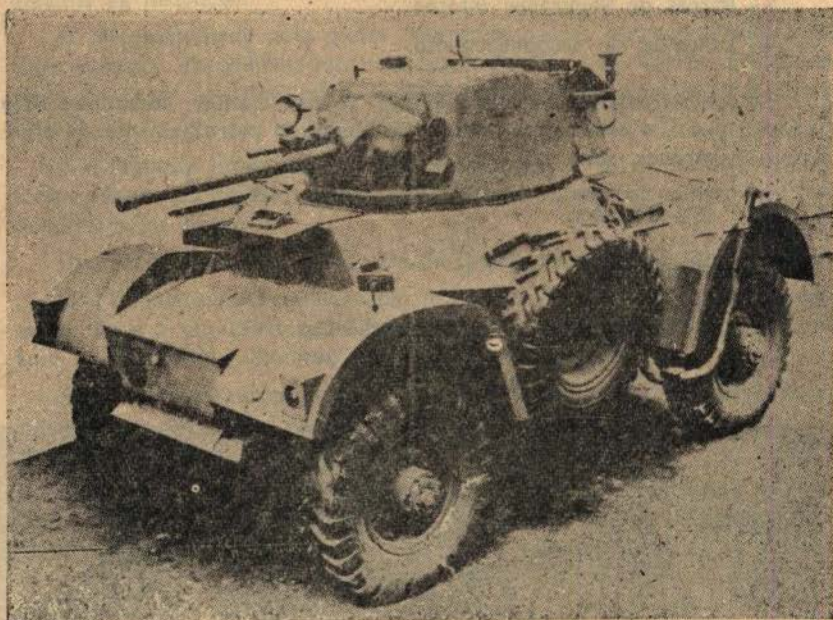
— A Inglaterra :

Temos o Ferret e o Daimler Armored Car.



(a) Ferret — em dois modelos: MK1 e MK2.

Pesam cerca de 4 ton cada. Raio de ação de 160 km e Velocidade máxima de 93 km/h; ambos são armados com 1 Mtr Cal .30; O MK2 dispõe de mísseis AC "Vigilant".



(b) O Daimler Armored Car, utilizado durante a 2ª Guerra Mundial.

— A França :

Dispõe do AML Panhard modelos 60, 61 e 90.

O primeiro é armado com 1 Mtr 60 e 2 Mtr 7,5 ou 1 Mtr 60 e 1 Mtr Cal .50.

O AML dispõe de 1 canhão de 900 mm que lança 1 projétil à carga ôca que dispõe de empenagem.



O modelo 61 dispõe de foguetes AC ENTAC, com alcance de 2.000 m e penetração de 65 cm em aço.

O AML pesa pouco mais de 5 ton, vel de 90 km/h e raio de ação de 650 km.

Viatura blindada "Ranhafid AML",
armada de canhão de 90 mm



— Os EUA :

Produzem o Carro Blindado "Comando", com motor de 210 HP, velocidade até 96 km/h, anfíbio; transporta um GC, e dispõe de torre que pode receber um canhão de pequeno calibre ou Mtr. Sua couraça resiste a um impacto frontal de Mtr .30; dispõe de seteiras para tiro de armas portáteis.

Raio de ação de 600 km; dispõe de pneus sem câmara, que perfurados, percorrem cerca de 80 km.



O "Comando", aerotransportável, pode conduzir 12 homens a uma velocidade de 90km/h através campo

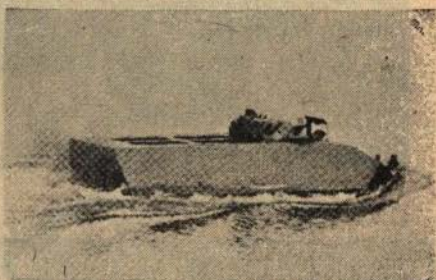


O "Commando", com uma velocidade de 6km/h na água, pode ser empregado neste meio sem preparação especial alguma

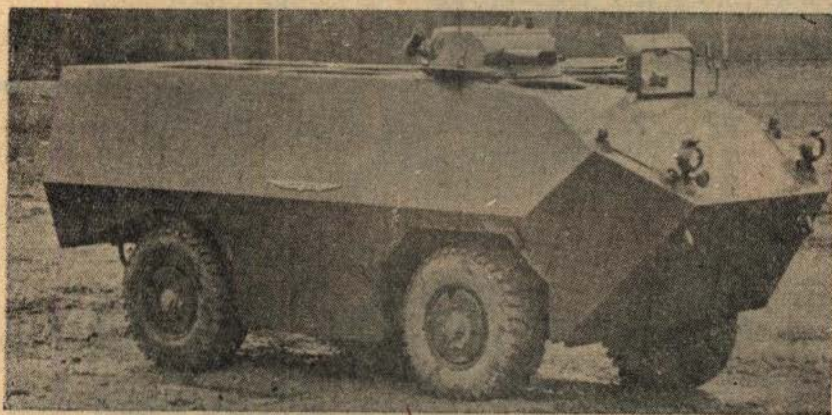
(Fotos da Cadillac Gage Company)

— A Suíça :

Fabrica o MOWAG, TBP sobre rodas e anfíbio que pesa pouco menos de 11 ton. Guarnição de 12 homens incluindo o motorista. Conduz 1 Mtr Cal.30, ou um equipamento de Lança-Rojão. Velocidade de 80 km/h em estrada e 12 km/h na água; raio de ação de 500 km. Pneus de baixa pressão. Cada roda possui tração e suspensão próprias.



Lança-Rojões blindado
(MOWAG, Kreuzlingen)

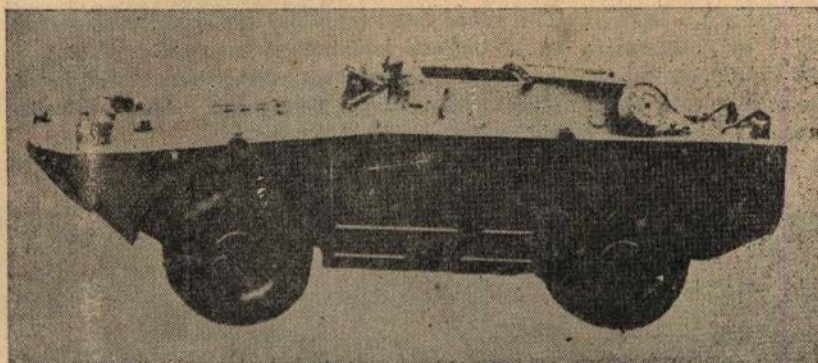


Os pneus de baixa pressão do "MOWAG" asseguram a mobilidade
(MOWAG, Kreuzlingen)

— A Rússia :

(1) O veículo Blindado de Reconhecimento BTR 40 P conduz 8 homens; Comprimento : 5,60 m; Largura : 2,20 m; Altura : 1,90 m; Peso : 6,5 ton; motor a gasolina de 180 CV; Velocidade máxima : 60 km/h; Raio de ação de 300 km; é anfíbio.

(2) BTR 40, veículo Blindado de Reconhecimento, semelhante aos nossos "scout" 4 x 4.



O veículo blindado de reconhecimento
"BTR40"
(Herkenning — Holanda)



O "YP104" (Holanda) é armado com uma única metralhadora de 7,62 mm
(Soldat und Technik)

— A Holanda :

Fabrica o YP 104; dispõe de 1 Metr Cal .30; correspondente ao Ferret inglês.

— A Bélgica :

Dispõe de duas versões do FN4RM/62 FAB; Pesam cerca de 8 ton, possuem tração nas 4 rodas, velocidade máxima de 95 km/h e raio de



Bild 2: Ausf. B mit 60-mm-Mörser



ação de cerca de 460 km. Um dos modelos é armado com um canhão de 90 mm, o outro com 2 Mtr e 1 morteiro 60 mm. Motor de 130 HP, 6 cilindros.

CONCLUSÃO

Assim, sem nos afastarmos das possibilidades nacionais a respeito do chassi — 4 x 4, podemos escolher, entre os vários modelos das nações citadas, um tipo de veículo levemente blindado que atenda às necessidades de Segurança interna, Patrulhamento de Fronteiras, Vigilância e Reconhecimento.

Será um início, um bom início; logo que a indústria solucione o problema de tração 6 x 6, poderemos partir para Vtr Blindada sobre rodas, mais pesadas, com maior blindagem e armamento mais potente.

Acredito haver chegado o momento de restringir-se ao máximo as compras de material blindado no exterior e solicitar aquilo que se necessita à indústria nacional.

A DEFESA NACIONAL

ASSINATURAS

Qualquer pessoa categorizada ou entidade civil pode tomar assinatura desta Revista, que se sentirá prestigiada com isto.

Para fazê-lo, bastará comunicar-se com a Secretaria da Revista, indicando nome e endereço (para remessa) e enviando cheque ou vale postal correspondente à assinatura desejada (anual — NCr\$ 2,50).

FUZILEIROS NAVAIS: PROJEÇÃO DE UM NÓVO BRASIL

DALMO HONAISSER
Capitão-de-Corveta (FN)

"A coincidência histórica entre a criação do Corpo de Fuzileiros Navais e do United States Marines Corp's — 1808-1775 — 14 anos que antecederam a completa emancipação política de seus povos, acrescida das semelhantes condições geopolíticas das duas grandes nações do hemisfério, leva-me a meditar sobre a destinação do Brasil e do seu Corpo de Fuzileiros Navais.

Olho e vejo o grande futuro da minha Pátria, confiante nas amplas perspectivas que nos foram abertas pela Revolução de 31 de Março, e, dentro deste quadro maravilhoso, o Corpo de Fuzileiros Navais plenamente capacitado como um instrumento eficiente de afirmação do Poder Naval, parte integrante do PODER NACIONAL."

ACYR DIAS DE CARVALHO ROCHA
Vice-Almirante

7 — Março — 67
(DIA DO FUZILEIRO)

I — Síntese histórica dos Corpos de Fuzileiros Navais

A história dos Corpos de Fuzileiros Navais, nas várias Forças Navais de quase todos os países, é tão intimamente ligada às Marinhas mesmas, que nos parece justo afirmar que — a partir da quinta década do século XVIII — as principais Marinhas de Guerra da época (Grã-Bretanha, Espanha, Portugal, França, etc.) possuíam Corpos de Desembarque com denominações diferentes, mas que, na realidade, constituíam as Forças que hoje denominamos de Corpo de Fuzileiros Navais.

No Brasil a origem foi esta: em Lisboa, em 1797, foi criada a Brigada Real da Marinha. Em 1808, a Família Real Portuguesa — fugindo da ocupação de Portugal pelo Exército de Napoleão — chegou ao Rio de Janeiro protegida pelo seu corpo de elite: a Brigada Real da Marinha. Foi essa famosa Brigada que deu origem à formação e ao desenvolvimento do atual Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Para completar nosso resumo, parece-nos oportuno lembrar como "nasceu" o famoso U.S. Marines Corp's. Em novembro de 1775, na

N.R. — Este trabalho é uma tese sobre o C.F.N. Já a defendeu o autor, de forma idêntica, no n.º 181 (de 1965) do Boletim do Clube Naval ("O 31 de Março e a Evolução Militar Brasileira"). E, por isso mesmo, um trabalho polêmico...

Filadélfia, uma Resolução do Congresso criava dois Batalhões de "American Marines". É oportuno, também, anotar que quatro meses depois estes dois Batalhões participaram de um assalto anfíbio nas Ilhas Bahamas.

Observemos que, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, a criação dos Corpos, que se chamariam mais tarde Fuzileiros Navais, antecederam a completa Independência Nacional. (Nos E.E.UU. de 1775 a 1789 — posse do Presidente Washington; no Brasil — de 1808 a 1822 — proclamação da Independência).

Isso constitui uma coincidência histórica, extremamente interessante, entre as duas maiores nações do Hemisfério Ocidental, tendo em conta que outras "coincidências" encontraremos a seguir.

II — Principais operações anfíbias nas guerras do século XX

Na chamada Primeira Guerra Mundial (1914-18) o emprêgo tático dos C.F.N. de quase tôdas as Marinhas, empenhadas no conflito, foi notável.

Na campanha de Galipoli (Dardanelos) temos um exemplo que os estudiosos da "guerra anfíbia" consideram clássico. Participaram do ataque anfíbio Fôrças Ingêlas, Australianas e Francesas. Uma importante Fôrça Naval Anglo-Francesa (95 Unidades, das quais 23 pesadas) apoiavam tôdas as operações de desembarque e dos serviços logísticos, num total de 78.000 homens.

As operações lograram êxitos e fracassos e duraram cêrca de 8 meses (maio de 1915 — janeiro de 1916). As principais causas dos insucessos foram:

- 1) Erros de Comando;
- 2) Comunicações e informações confusas;
- 3) Falta de embarcações e veículos anfíbios;
- 4) Falhas no contrôle Mar-Terra;
- 5) Inexperiência geral para adequada organização de um Desembarque de Praia;
- 6) Falhas no contrôle do apoio de fogo naval.

O segundo exemplo da Guerra de 1914-18 foi a captura das Ilhas Bálticas, pela Alemanha, em setembro-outubro de 1917. Depois de vários movimentos táticos, de caráter secundário e diversionista, na noite de 10 de outubro as Fôrças de Desembarque tomam de surpresa as duas Ilhas Moon e Oesel, que controlavam a entrada do Golfo de Riga.

Embora a reação Russa fôsse imediata e as Fôrças Anfíbias do General Von Kathlen tivessem passado momentos críticos, nos primeiros três dias de encarniçados combates, a Operação Anfíbia "Riga", no dia 18 de outubro, estava terminada com pleno êxito.

A ocupação de Riga representa uma data histórica da máxima ressonância. O desembarque em Riga, das Forças Anfíbias de Von Kathlen, provocou uma tal confusão em Moscou que o Governo Kerensky — completamente desmoralizado — não teve capacidade para enfrentar a famosa insurreição de Lenine, líder do Partido Bolchevista (Presidente do Comitê de Emergência) e fundador da chamada Ditadura do Proletariado.

Os dois desembarques citados, da Guerra de 1914-18, demonstram que essas operações anfíbias já apresentavam notáveis possibilidades de êxito, 50 anos atrás. Mas, os acontecimentos memoráveis que se verificaram de 1942 a 1945, demonstram-nos que as operações anfíbias, em geral, e o emprego dos Corpos de Fuzileiros Navais, em particular, constituem um elemento indispensável de qualquer Força Naval moderna.

As operações, em 1942, nas Ilhas Salomão — Guadalcanal, Tulagi e Gavatu — e, de modo especial, a ocupação das Ilhas Russel pelos Fuzileiros Navais dos EE.UU. — provaram que a doutrina das operações táticas anfíbias demonstrava-se efficientíssima, em qualquer clima e nas mais variadas condições meteorológicas.

Para esclarecer as idéias e os conhecimentos no que concerne à Guerra do Pacífico, de dezembro de 1941 (Pearl-Harbor) até 1945 (rendição do Japão), vamos descrever resumidamente os "feitos memoráveis" dos quais foram protagonistas as Forças de Desembarque Anfíbias, em geral, e os Fuzileiros Navais, de modo especial.

7/Dezembro/1941 — Ataque de surpresa do Japão à grande Base Aero-naval de Pearl-Harbor. Distribuição de cerca de 65% de navios e meios aéreos dos EE.UU. situados na Base. Cerca de 3.000 foram os oficiais, marinheiros e fuzileiros navais mortos no conjunto das operações.

8/Dezembro/1941 — Os EE.UU. declaram, solenemente, o estado de guerra contra o Japão. A partir desse momento os EE.UU. mobilizaram ao máximo a produção de todos os meios adequados para enfrentar a guerra total no Pacífico, com prioridade para as embarcações de desembarque e o fortalecimento dos Fuzileiros Navais. (Os F. N., em dezembro de 1941, formavam um total de 70.095; em seguida foram aumentados para um total de 391.620 homens).

A Guerra do Pacífico pode ser dividida em 4 fases:

1ª) DEFENSIVA — Proteção das posições ocupadas e das linhas de comunicações — até agosto de 1942;

2ª) DEFENSIVA-OFENSIVA — Reforçamento das Bases Avançadas e várias iniciativas — de agosto de 1942 a junho de 1943;

3ª) OFENSIVA-DEFENSIVA — Abrangendo o período da tomada geral da iniciativa em todo o Teatro Operacional; mas, tendo a en-

frentar, ainda, perigosos ataques inimigos — de julho de 1943 a março de 1944;

4ª) OFENSIVA FINAL — De abril de 1944 ao fim (agosto de 1945).

É evidente que durante os primeiros oito meses, depois do desastre de Pearl-Harbor, as Forças dos EE.UU. foram totalmente empenhadas na reorganização de um sólido sistema defensivo.

A primeira operação nitidamente ofensiva foi realizada em 7-8 de agosto de 1942, no famoso Desembarque em Guadalcanal (Arq das Salomão). Tomaram parte da História Operação Anfíbia: a 1ª Divisão e o 2º Regimento do C.F.N., reforçado pelo 1º Batalhão de Incursão — apoiado pelas Forças Navais que compreendiam três Unidades capitais.

Nas primeiras horas de 7 de agosto, os Fuzileiros, surpreendendo o inimigo, ocuparam as praias de Tulagi e Guadalcanal. A resistência japonesa foi muito fraca no início, em virtude da surpresa total; mas, em seguida, os combates foram encarniçados de rara violência.

Na parte da tarde os japoneses desfecharam seguidos ataques aéreos e martelaram com obuses pesados as posições dos Fuzileiros Navais. Mas, os Fuzileiros fizeram frente a todos os contra-ataques e tomaram conta das defesas de Tulagi e progrediram, satisfatoriamente, em Guadalcanal. Nos dias seguintes foi construído o famoso Campo Henderson, para prover Guadalcanal de uma proteção aérea permanente.

A Batalha de Guadalcanal deu lugar a dezenas e dezenas de batalhas navais e terrestres, durante cerca de 75 dias. No "Relatório" do Almirante Ernest J. King (*) está assim descrita a extraordinária série de batalhas entre 7 de agosto e 20 de novembro de 1942:

"Apesar das pesadas perdas que experimentamos, a Batalha de Guadalcanal foi uma vitória decisiva para nós e nossa posição nas ilhas Salomão do Sul não foi mais tão seriamente ameaçada pelos japoneses. Exceto quanto ao chamado "Expresso de Tóquio", que, de tempo em tempo, conseguia desembarcar pequenas quantidades de materiais, suprimentos e reforços, o controle da área marítima e aérea nas Salomão do Sul passou para os Estados Unidos".

As operações anfíbias e de desembarque mais importantes, de toda a Guerra do Pacífico, foram sem dúvida a ocupação das Ilhas Marianas, no verão de 1944. (O Arquipélago das Marianas é constituído de uma enorme cadeia, quase contínua, de ilhas que se estende ao sul do Japão por uma extensão de cerca de 1.350 milhas). Tomaram parte no conjunto operacional 600 navios de todas as classes; 200 aviões com bases terrestres e em modernos navios aeródromos;

(*) Nossa Marinha de Guerra" — Ernest J. King (Tradução autorizada) — Imprensa Naval — Rio, 1947 (pág. 80).

300.000 homens da Marinha e do Exército. O Corpo de Fuzileiros Navais foi o "fator humano" mais decisivo nas inúmeras e encarniçadas batalhas contra os japoneses, decididos a resistir a qualquer preço.

Como exemplo citaremos a operação anfíbia de Saipan, sendo esta ilha, ainda hoje, de grande importância estratégica. Nas primeiras horas de 15 de junho de 1944 os navios de desembarque — fortemente protegidos pelas Forças Navais e Aéreas — desembarcaram, nas praias, as Forças de Assalto da 2ª e da 4ª Divisões de Fuzileiros. Apesar de uma tenaz e desesperada resistência, a Ilha foi completamente ocupada no espaço de três dias. Na fase de consolidação das posições e da liquidação total das forças japonesas, desembarcaram, também, as Forças da 27ª Divisão do Exército.

A ocupação de Saipan (e das vizinhas Guam e Tinian) foram as operações decisivas de neutralização total das Forças japonesas baseadas no vasto arquipélago. A partir desse momento o Japão foi obrigado a retroceder da fase Defensiva-Ofensiva à fase Defensiva Final. Apesar da mais desesperada e heróica resistência, as Forças do Mar, do Ar e da Terra do "Império do Sol Nascente" tiveram no fim de aceitar a rendição incondicional.

III — Estratégia Geral do Atlântico Sul

Se voltarmos as costas ao Canal do Panamá, teremos, na frente, o Continente Sul-Americano totalmente banhado pelas águas oceânicas do Atlântico à esquerda e do Pacífico à direita. Do lado Atlântico temos cerca de 12.000 km de costa e do Pacífico cerca de 8.000 km. A defesa desse imenso perímetro está confiada às Forças Navais de nove países oceânicos Sul-Americanos: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia (Atlântica e Pacífica), Equador, Peru, Uruguai e Venezuela.

Ao examinarmos os dois lados do Continente nota-se uma importantíssima diferença entre os mesmos, no que concerne à Estratégia Geral para a Defesa Naval.

No Atlântico, temos — Colômbia, Venezuela, Brasil, Uruguai e Argentina — todos países com movimento comercial intenso, devido aos necessários "intercâmbios" com o Hemisfério Ocidental — da Patagônia ao Canadá — e, também, o enorme volume de transportes marítimos com a Europa, a Ásia e a África.

No lado do Pacífico — Chile, Peru, Equador e Colômbia — o movimento comercial não chega ao valor de um décimo, comparado aos países Atlânticos.

Fica, desse modo, sucintamente explicado o diferente quadro do Potencial Naval relativo aos países do Atlântico e do Pacífico.

As Forças Navais dos EE.UU. e Inglesas do Pacífico são — na realidade — permanentemente responsáveis por todas as áreas do imenso Oceano. Isto significa que podemos considerar as Forças Navais do Chile, do Peru, do Equador e da Colômbia forças complementares na Estratégia Naval Geral do Pacífico. Ao contrário, as

Fôrças Navais do Brasil, da Venezuela, da Argentina e do Uruguai, têm compromissos e problemas operacionais permanentes no Atlântico Sul, no quadro geral da Estratégia Atlântica do Ocidente.

Temos, porém, outros e mais importantes problemas, no que se refere ao Atlântico, para a Defesa Naval. Analisemos, pois, as suas diferentes áreas costeiras:

— A Venezuela e a Colômbia Atlântica pertencem à Zona Estratégia Antilhanha. Nessa Zona Naval, os Estados Unidos têm uma potentíssima Frota (IIIª Esquadra), de forma que a Colômbia e a Venezuela têm as próprias Fôrças Navais num "Dispositivo Operacional" muito limitado, pôsto que o seu trabalho normal é o de "guarda-costas".

— Das Guianas (inclusive a independente Guiana Inglesa — integrante do Commwelth), podemos dizer que as eventuais Fôrças Navais que por aí podem operar, pertencem aos países aos quais estão ligados — de acôrdo com as Fôrças Atlânticas em geral.

Passamos, agora, ao Atlântico-Sul: Brasil, Uruguai e Argentina.

A defesa marítima da Argentina e do Uruguai, compreende uma área de mais de 2.500 km de costas — do Rio Grande do Sul até o Cabo Horn. Na realidade, porém, as Fôrças Navais dos dois países platinos têm as Missões Operacionais limitadas à zona marítima que compreende três baías: do Rio da Prata, Baía Branca e Baía de São Matias.

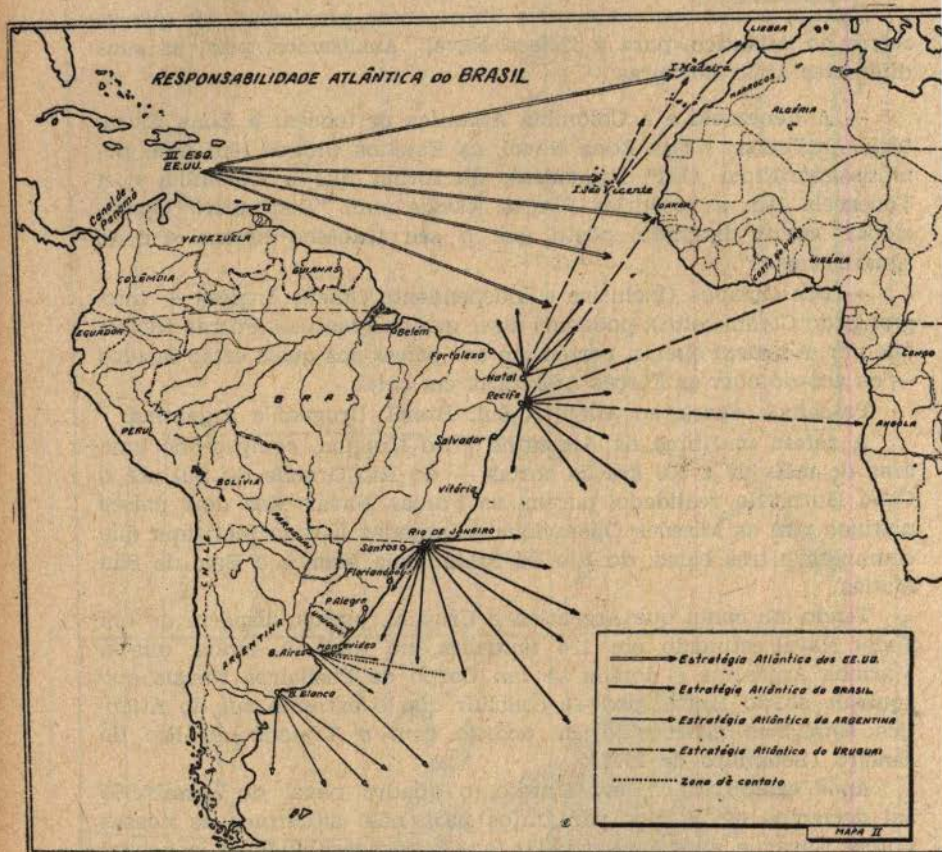
Tendo em conta que Argentina e Uruguai, juntos, dispõem de um Poder Naval estimado em 124 unidades, no total, e, ainda, que a Marinha Argentina é dotada de um Corpo de Fuzileiros Navais que equivale ao do Brasil, pode-se concluir que o extremo sul do Atlântico está bem guarnecido, de acôrdo com o Tratado do Rio de Janeiro (Setembro de 1947).

Após examinarmos, em síntese, o quadro naval do hemisfério sul deixamos os últimos parágrafos para nêle situarmos as nossas Fôrças Navais e, após confrontá-las face às responsabilidades, concluir:

- o Brasil tem uma orla marítima e fluvial quase igual a todo o restante das orlas marítimas de todo o Continente;
- o Brasil tem um desenvolvimento étnico-demográfico-econômico vantajosamente comparável a todos os países Sul-Americanos juntos;
- o Brasil, pela posição geográfica e histórica que lhe é peculiar, não pode deixar de ser a nação líder do mundo Sul-Americano.

Contudo, a Argentina — junto ao Uruguai, e o Chile — junto ao Peru, dispõe de duas Frotas de Defesa superiores (em meios humanos e materiais) à Fôrça Naval do Brasil. Os dados existentes estimam que a Marinha de Guerra do Brasil possui menos de 30% de tôdas as Fôrças Navais Sul-Americanas. Nessa situação, é evidente a necessidade e a urgência de um adequado reforçamento qualitativo e quan-

titativo da Marinha de Guerra do Brasil em todos os seus componentes operacionais, logísticos e administrativos, tornando-a apta à consecução da sua missão.



IV — Reorganização do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil

“Todo país forma as suas forças armadas na base de hipóteses de guerra, na conjuntura nacional e internacional, e na sua geografia.”

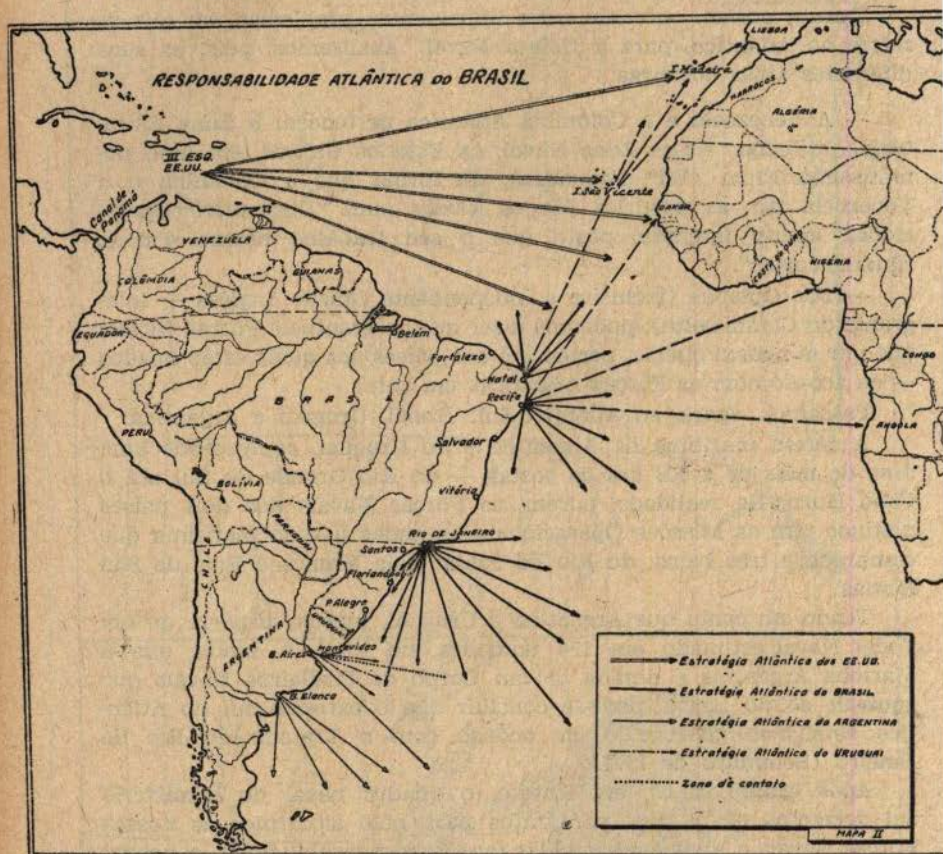
Marechal CASTELLO BRANCO

13-Dez-64 (Dia do Marinheiro)

Após os resumos históricos dos Corpos de Fuzileiros, das principais operações anfíbias das guerras do século XX e das considerações de ordem estratégica do Atlântico Sul, trataremos, agora, da necessária e imperiosa reorganização do C.F.N. do nosso País.

Preliminarmente, apresentamos a sua atual estrutura:

titativo da Marinha de Guerra do Brasil em todos os seus componentes operacionais, logísticos e administrativos, tornando-a apta à consecução da sua missão.



IV — Reorganização do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil

“Todo país forma as suas forças armadas na base de hipóteses de guerra, na conjuntura nacional e internacional, e na sua geografia.”

Marechal CASTELLO BRANCO

13-Dez-64 (Dia do Marinheiro)

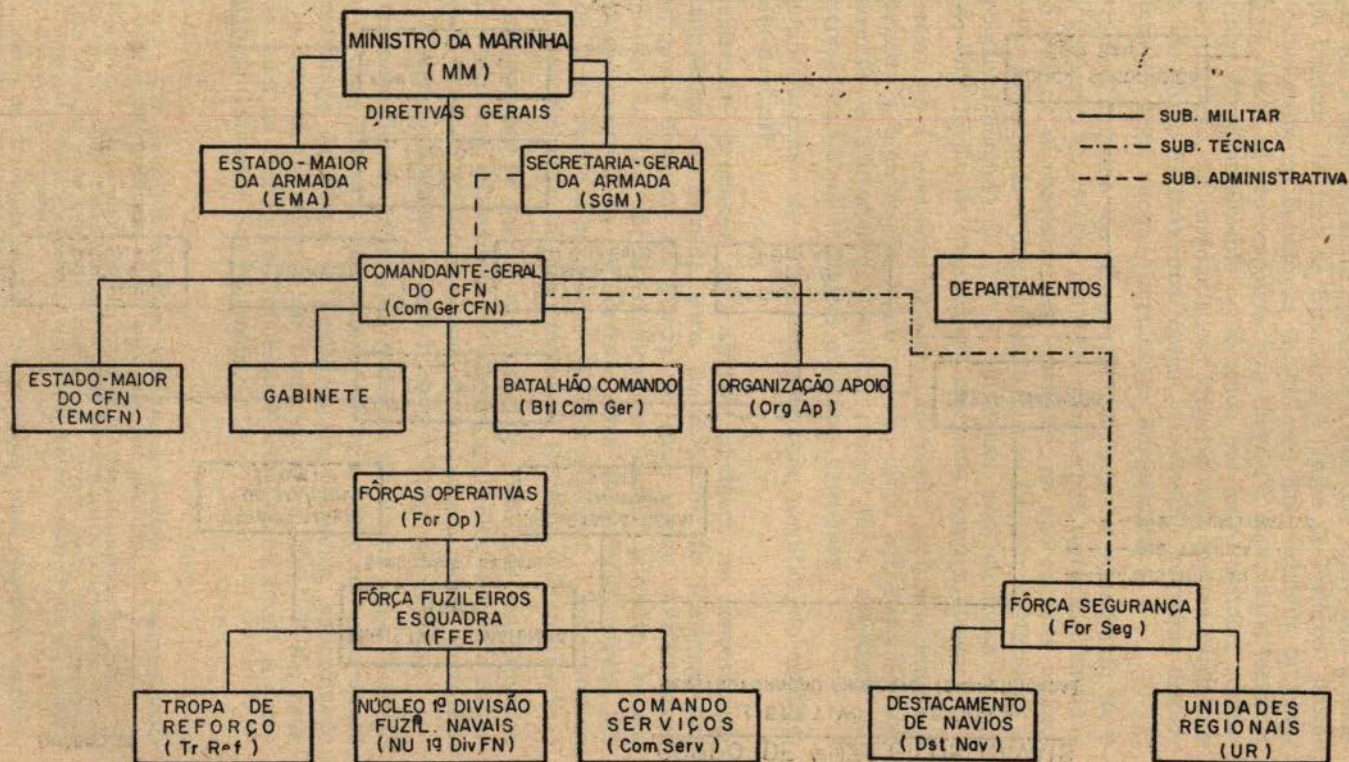
Após os resumos históricos dos Corpos de Fuzileiros, das principais operações anfíbias das guerras do século XX e das considerações de ordem estratégica do Atlântico Sul, trataremos, agora, da necessária e imperiosa reorganização do C.F.N. do nosso País.

Preliminarmente, apresentamos a sua atual estrutura:

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

(EFETIVO = 10.000)

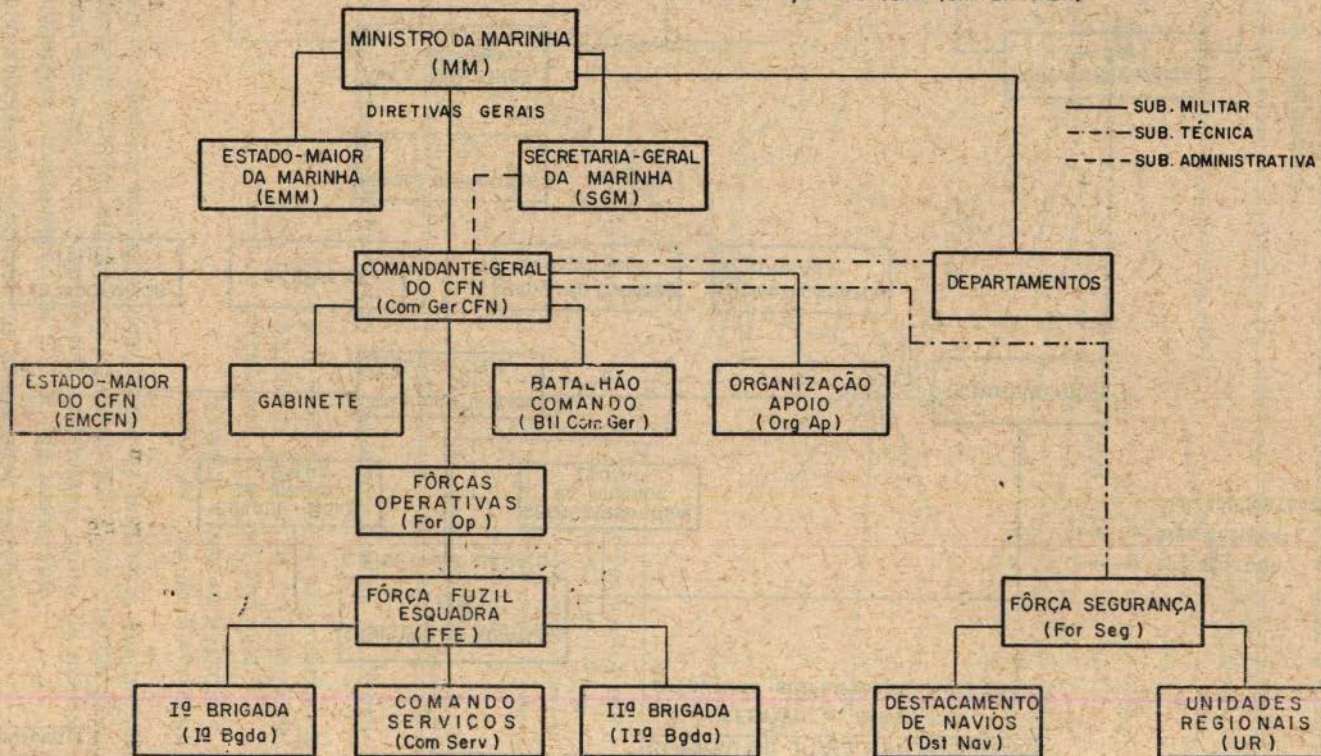
ESTRUTURA SIMPLIFICADA — 1967



CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

(EFETIVO = 45.000)

REESTRUTURAÇÃO PROPOSTA (SIMPLIFICADA)



Vê-se que a atual estrutura operativa é montada sobre uma grande e pesada unidade (Divisão de Infantaria e Tropa de Reforço) unicamente estacionada no Estado da Guanabara. Em realidade tal composição de meios não corresponde, pois excede, à capacidade logística da Marinha, tanto atualmente como ainda por longo período, contrapondo-se, portanto, às características imperativas para as forças de combate do Corpo de Fuzileiros Navais: mobilidade, surpresa, dispersão, poder de fogo, choque, impulsão e flexibilidade.

O efetivo humano do Corpo de Fuzileiros é constituído de 4 oficiais gerais, 300 oficiais e 10.000 subalternos, aproximadamente. Como é fácil de se constatar, por qualquer um que entenda de modernas Forças Anfíbias e das necessidades da Segurança Nacional, o atual potencial humano do C.F.N. do Brasil, nem de longe está à altura de uma Nação da importância marítima como a nossa.

A nosso ver é necessária uma transformação profunda, tanto na sua estrutura e organização, como no que tange aos seus efetivos, equipamentos e armamentos, fazendo-o uma força adequada ao Brasil, considerando as condições objetivas existentes.

Que apresentamos de novo nesta estrutura, modificando substancialmente a atual?

Inicialmente, propomos uma simples mudança na denominação do Estado-Maior da Armada para Estado-Maior da Marinha, por entender que a evolução da guerra no mar trouxe outros novos componentes às suas forças tradicionais, sendo, portanto, aquela denominação passível de ser revista pelas autoridades navais. (A partir de 15 de março o Ministério da Guerra passou a denominar-se Ministério do Exército, em decorrência da Reforma Administrativa).

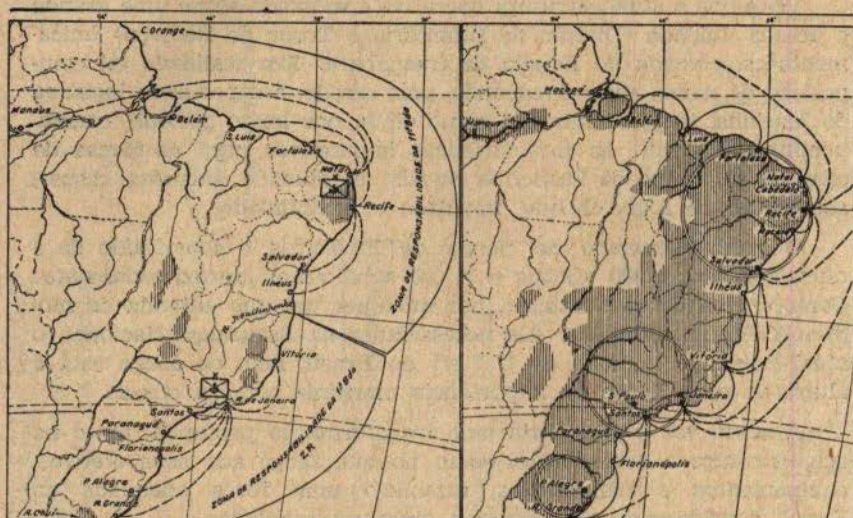
Reestruturamos, a seguir, a Divisão de Fuzileiros em Brigadas Anfíbias (*), forças de combate mais leves, mais flexíveis, com maior mobilidade, mais econômicas e estacionamo-las em pontos estratégicos do Território Nacional e desativamos a Tropa de Reforço.

A responsabilidade estratégica Atlântica do Brasil exige — como mínimo — duas Brigadas com critério unitário, sob o comando direto do Comandante da Força de Fuzileiros da Esquadra, subordinado militar e administrativamente ao Comando Geral do C.F.N., estacionadas, uma no Centro de Gravidade Norte (Recife-Natal) e outra no Centro de Gravidade Sul (Guanabara). (**)

(*) N.R. — E fluvial! Lembramos Uruguaiana, Ladário e tantos lugares remotos, onde os FN poderiam estar. Amazônia, por exemplo!

(*) Brigada — Força nucleada em torno de 3 (três) Batalhões de Infantaria, dotada de um Comando, Estado-Maior, Reforço de Artilharia, Engenharia, carros de combate, serviços, com apoio de aviação, etc. Permite, pela sua organização (que não é rígida) grande coordenação e controle destes meios. Pode ser comandada por um Oficial General.

(**) Centro de Gravidade — Foco dos interesses totais (políticos, econômicos, psico-sociais e militares) de uma região.



TEMPO DE DESLOCAMENTO

RIO DE JANEIRO	Rio Grande	155 milhas	- 2 d 10h
	Porto Alegre	900 "	- 3 d 1h
	Florianópolis	410 "	- 1 d 8h
	Paranaguá	370 "	- 1 d 2h
	Santos	210 "	- 16h
	Vitória	206 "	- 20h
RECIFE	São Luís	780 "	- 2 d 12h
	Salvador	890 "	- 1 d 7h
	Ilhéus	510 "	- 1 d 10h
	Natal	155 "	- 12h
NATAL	Manaus	1036 "	- 5 d 20h
	Belém	943 "	- 5d
	Porto Alegre	260 "	- 21h

(VELOCIDADE = 15 nós/h) - (TEMPO DE ATUADO = 2h - 10h - 20h)

Os dados acima indicam o tempo de deslocamento necessário para aplicação de uma Brigada (1500 homens) pelo mar; o mesmo nº de homens armados e equipados consumiria muito mais tempo e dinheiro por via aérea; a locomotiva terrestre não é considerada por ausência de ferrovias capazes e sujeitas a ação de revolucionários.

ÁREAS DE AÇÃO REVOLUCIONÁRIA

Faixa de maior densidade da população (1 a mais habitantes/km²)



Grandes centros econômicos

Rotas marítimas nacionais

Rotas marítimas estrangeiras

Centros políticos

A 1ª Brigada terá a responsabilidade de atuar desde o Rio Jequitinhonha (Bahia) até o Arroio Chuí (Rio Grande do Sul) e a II desde o Rio Jequitinhonha até o Cabo Orange (Território do Amapá).

É evidente que o atual Quadro de Oficiais não permitiria importantes reformas e modernização.

As duas Brigadas deverão ter um efetivo de 7.500 homens, aproximadamente, cada uma; devendo as formações deste tipo estar em permanente estado de prontificação: rápido e eficiente emprego. É fácil a compreensão da indispensabilidade destas formações no Brasil.

A defesa do território brasileiro repousa, principalmente, sobre o nosso Exército, que possui fases de redução de efetivos e eficiência, em virtude do período de transição, baixas e incorporações da nossa juventude. Claro se torna que esta fase se alonga em decorrência da falta de instrução e adestramento dos novos incorporados, até um estágio de instrução que os qualificáramos como tropas prontas.

Com os Fuzileiros Navais não ocorre este ciclo (*), porquanto são profissionais e permanentes. O Governo Brasileiro disporia, assim, de uma força capaz de intervir imediatamente, em cumprimento dos imperativos da Segurança Nacional, em qualquer ponto do seu território, durante todo o tempo.

Sob o aspecto econômico ressaltamos que poderia implicar numa redução nos efetivos do Exército (**) — subalternos — nas unidades estacionadas na zona litorânea brasileira, cooperando, dessa forma, na fase desenvolvimentista que atravessamos, em que a juventude — 50% da população brasileira — anseia por cultura técnico-científica.

Frisamos que as Brigadas necessitariam de um efetivo aproximado de 7.500 homens cada. Obviamente, compreende-se a necessidade dos órgãos de apoio adequados: recrutamento, seleção, preparo geral, especializações técnicas, serviços e, mais, a salvaguarda dos órgãos, estabelecimentos e navios, chegando a um conjunto da ordem de 30.000 homens. Estes órgãos de apoio e segurança exigem contingentes de homens capazes. O valor das forças militares, no século XX, não é medido em homens e armas, e sim na sua capacidade em fazer uma guerra científico-tecnológica. Segundo o Padre Antônio Vieira: "o número faz a multidão, o valor e o exercício fazem o exército". Assim, propomos uma modificação da lei de fixação dos efetivos das Forças Armadas: 45.000 homens (graduados e praças) para o Corpo de Fuzileiros Navais.

Sabe-se que uma organização militar, face a pesquisas e estudos, carece de um quadro de oficiais da ordem de 1/10 da tropa para um funcionamento eficiente. Nesta linha de raciocínio chegaríamos ao limite mínimo de 4.500 oficiais, justificando, pois, um comando dessa envergadura à direção de um Almirante-de-Esquadra. Não desconhecemos as dificuldades que existem para a realização de um plano como este a curto prazo: falta de infra-estrutura e, principalmente, devido a conjuntura nacional.

Muitas soluções imediatas surgem e uma delas, entre outras, que os estudiosos de assuntos militares aconselham seria a convocação dos elementos da Reserva e dos conscritos. Como está é que não deve e não pode ficar!

A nação brasileira tem compromissos internacionais — OEA, ONU, tradições históricas — que exigem permanente responsabilidade naval de quase todo o Continente Sul. A orla marítima brasileira — Atlântica e Amazônica — é da ordem de 6.000 km, para efeitos estratégicos.

(*) O elemento humano — subalternos — do C.F.N. tem sua fonte no Nordeste brasileiro, onde as condições do mercado de trabalho, social e cultural, são deficientes.

(**) N.R. — O autor é responsável pelas más idéias. Todavia cabe assinalar que, para o cumprimento das missões do Exército, seus efetivos já estão aquém, e muito, de um mínimo aceitável. Seria como "despir um santo..."

A completa modernização do C.F.N. representa uma elevação do potencial das Forças Navais do nosso País. Ora, como poderia a Marinha do Brasil executar as tarefas decorrentes das suas missões, sem um eficiente Corpo de Fuzileiros Navais?

Finalmente, abordamos um assunto que não implica, aparentemente, numa alteração do valor militar operativo, como sucede com os anteriormente expostos. Trata-se de alterar, na nossa Marinha de Guerra, um componente diferenciador: o uniforme.

A análise das causas da actual situação e das conseqüências positivas que adviriam com a modificação, encoraja-nos a sugerir-la.

Pode-se afirmar que em tôdas as Marinhas do mundo, os Corpos de Fuzileiros Navais não nasceram juntos e, até que as guerras modernas viessem a dar valor militar operativo aos fuzileiros, eram os mesmos empregados, principalmente, como instrumentos de manutenção da ordem e da disciplina junto às guarnições dos navios em que embarcavam.

Como a sua aplicação não fôsse parte integrante das funções de bordo, foram uniformizados diferentemente para que entre eles e as guarnições de marujos houvesse, como a época exigia, uma diferenciação, senão uma dissociação.

Os marujos de outrora, como narram os historiadores, eram recrutados indiscriminadamente, sem que houvesse um processo selectivo. Com os fuzileiros, no entanto, era diferente. Impunha-se, a bordo, um elemento disciplinado e de confiança. Com o tempo os fuzileiros foram se integrando nos serviços de bordo e aplicados como elementos de abordagem e artilharia.

Verdade é que hoje o processo é outro. O marujo é um técnico, altamente especializado e disciplinado. Se as guerras do século XX não dessem nova dimensão aos fuzileiros navais, não se justificaria, modernamente, a manutenção desta diferenciação. Entretanto, as nações marítimas passaram a necessitar de Corpos de Fuzileiros Navais, com missões e tarefas sob sua inteira responsabilidade e que os caracterizam: Assim, justifica-se a necessidade de estimular-se o "espírito de corpo" sob novos conceitos e padrões. A justificativa e o método para a consecução do propósito — Integração Naval — serão examinados, a seguir, a luz do duplo fator: economia-uniforme.

A formação e o preparo dos oficiais (Armada, Fuzileiros e Intendentes) são numa mesma Escola e sob as mesmas condições. E o que sucede quando declarado Guarda-Marinhas?

Os Guarda-Marinhas Fuzileiros Navais inutilizam os seus uniformes de aspirantes, usados até então, e confeccionam tudo de novo. Tal não ocorre com os outros Quadros, pois, se enquadram no Regulamento de Uniformes para Oficiais. É um estado de coisas que se contrapõe a um dos estímulos básicos do homem — Economia.

Os uniformes de trânsito, jaquetão e branco dos oficiais e sargentos deveriam ser comuns, enquanto que os operativos diferenciados devido às suas missões. Quanto ao tradicional "garance", em decorrência do seu valor histórico seria conservado, não como propriedade do indivíduo, mas sim, como carga de uma unidade para tal destinada.

Os hinos, os símbolos e os uniformes são fatores concorrentes e formadores do chamado "espírito de corpo". Conservemos os hinos, que cantam as suas glórias e proclamam sua honra; os símbolos, que representam suas tradições; porém, reduzamos as diferenciações de uniformes, em benefício da economia pública e privada e, principalmente, pela integração dos "Espíritos de Corpos Navais".

V — Advertência

O desenvolvimento político-social da França na década de 1930/40 e o do nosso Brasil de 1954/64 têm muita semelhança.

A desgraça nacional da França — causada pela insensibilidade e pelo comodismo dos líderes políticos e militares franceses — pode nos servir de exemplo e estimular-nos a trabalhar como pretendia fazer, em 1934, o Ten-Cel De Gaulle.

Vejamos, em resumo, as históricas idéias de De Gaulle, anunciadas no famoso livro "L'Armée de Metier", publicado em 1934:

- 1) "Não podemos ter confiança nos atuais Dispositivos Estáticos (ou de lento e demorado emprêgo) para fazer frente a ataques rápidos que os inimigos da França estão preparando. O momento chegou de organizar um instrumento de manobra rápida, capaz de agir — sem tardar um só instante — e preparado, em permanência, para qualquer tipo de Operações Defensivas ou Ofensivas".
- 2) "Nos futuros conflitos, o país que dispuser — em Terra, no Mar e no Ar — de um pessoal especializado, dotado de um material extremamente eficiente e variado — esse país terá uma superioridade esmagadora, no confronto de massas de homens armados lentos e confusos".
- 3) "O que necessitamos, urgentemente, é de um instrumento defensivo e repressivo assim formado: seis Divisões de Linha e uma Divisão Especial, totalmente motorizadas e, em parte, blindadas".

Assim falava De Gaulle, em 1934, aos homens políticos e aos chefes militares franceses. Mas, os políticos e os militares não escutaram os patrióticos pronunciamentos do futuro Presidente. Os dirigentes da França confiaram que a Linha Maginot resolveria muito bem o problema da defesa do País.

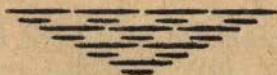
Mas, havia na Europa alguns políticos e militares que escutavam com grande atenção os pronunciamentos do veemente oficial francês: Hitler e seus mais "experts" auxiliares foram os leitores mais interessados dos escritos quase proféticos de De Gaulle.

Em 31 de Março de 1964 o povo brasileiro expressou a sua vontade, a sua determinação através as Forças Armadas. As origens, as raízes desta Revolução remontam ao longínquo 1797 — Inconfidência Mineira. De movimento em movimento, como subindo uma grande escada, e de permeio as revoluções efetivas, síntese dos movimentos anteriores, como patamares — 1822, 1889, 1930, 1964... numa busca incansável, obstinada, pelo bem-estar geral.

O Brasil é uma nação jovem, em desenvolvimento, que, apesar dos percalços, das quedas, logo se restabelece e avança. 1964 difere das outras Revoluções, pois, foi encontrado em seus filhos, nas Forças Armadas, autênticas lideranças que desta vez estavam preparados para o exercício do Poder. É uma grande oportunidade! Cumpre, agora, que façamos surgir das novas gerações — civis e militares — as lideranças verdadeiras: democráticas, nacionalistas, honestas e justas. "O primeiro dever da Democracia é compreender que deve submeter-se à direção dos mais capazes" (*). E, a renovação nacional dos quadros políticos já se faz sentir no novo Congresso.

A França necessitou da invasão de maio de 1940 para ressurgir; o Brasil da Revolução de 1964 para progredir. A Nação Brasileira espera, ansiosamente, que as novas lideranças, políticas e militares, pensem e ajam segundo Bismarck... "prefiro aprender com a experiência dos outros".

(*) Joseph Barthelemy — "La compétence dans la Démocratie" (pág. 255).



A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista
de estudos e debates profissionais. É a **sua**
tribuna.

MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!

NOSSO APELO

VOCÊ, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e no-las remeta. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCÊ, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCÊ, S 3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCÊ, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fêz algo nôvo, interessante, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

AÇÃO EDUCACIONAL E DE INSTRUÇÃO CONTRA A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A NECESSIDADE DO APERFEIÇOAMENTO DO CHEFE. O VALOR DO EXEMPLO (1)

Gen MOACIR ARAUJO LOPES

O FLAGELO DO PARASITISMO E A SUA CURA

Huberto Rohden — filósofo brasileiro — autor de grande número de obras, de absoluta profundidade e espiritualidade, em um dos seus livros recentes, "Novos Rumos Para a Educação" — Livraria Freitas Bastos S.A., 1960, dá vazão a uma indignação, rara nesse autor, contra o flagelo do parasitismo, no Brasil. São expressões suas:

"É de conhecimento público, universalmente admitido e provado com fatos, que, sobretudo nos últimos cinquenta anos, o Brasil degenerou no País clássico do funcionalismo parasitário. Centenas de milhares de pessoas vivem à custa dos impostos do povo, sem prestarem ao País os serviços correspondentes aos seus vencimentos. É uma clamorosa injustiça, uma roubalheira impura e, não raro, favorecida pelas autoridades públicas."

"Conforme o "Diário de São Paulo" de 22-8-958, o Presidente Juscelino Kubitschek declarou à imprensa: "Não é possível governar uma cidade (Rio de Janeiro) onde residem 220.000 dos 300.000 servidores federais do Brasil todo. Três quartas partes desses funcionários vegetam na capital atual, atrapalhando, e nada mais, a administração central. Quem nada faz estorva. Além do mais, contou o Chefe da Nação, que os presidentes dos Institutos de Previdência podem mais do que o da República."

Criam cargos, nomeiam quem entendem e nem são obrigados a publicar as nomeações no "Diário Oficial".

(1) Palestra proferida para oficiais e sargentos do 4º RO 105 e 1º/4º RO 105.

"Se três quartas partes dos 300.000 funcionários federais apenas vegetam, sem fazer nada, estorvando ainda a administração, então temos, só no funcionalismo federal, 225.000 parasitos ou ladrões que são mensalmente pagos com os impostos do povo, cometendo assim clamorosa injustiça, durante anos e decênios."

"E que dizer de outras categorias de funcionários que não funcionam?"

"Escusado é dizer que não incluímos nessa censura os funcionários honestos e corretos, que, felizmente, ainda existem no Brasil, embora em minoria — 25% entre os funcionários federais, segundo a declaração do Sr. Juscelino Kubitschek. Mas não é calamitoso que 75% sejam ladrões e exploradores da economia do povo?"

E, em seguida, expressa o autor citado:

"Essa praga do parasitismo não pode ser erradicada eficientemente por nenhuma medida legislativa ou coercitiva, embora essas medidas sejam necessárias para evitar maiores males. O grande mal está na **falência das consciências**. A desenfreada adoração do deus-dinheiro derrotou todas as considerações de ordem moral. Bom é aquilo que dá dinheiro; ótimo é aquilo que dá rios de dinheiro sem trabalho algum — é esta a infeliz mentalidade que tomou conta do País."

"O indivíduo que comete injustiça vai perdendo parcela do seu valor, acabando, dentro de alguns anos ou decênios em completa falência moral, embora se tenha talvez enriquecido, materialmente, com o produto dos seus roubos."

"Esse homem vai acumulando dentro de si um karma cada vez maior, um débito moral que tem de ser neutralizado, consoante a inexorável justiça da Constituição Cósmica. Mas a neutralização dêse débito acumulado em 10, 20, 50 anos de abusos acarretará sofrimentos inevitáveis, seja no mundo presente, seja em existências futuras. Ninguém sairá do cárcere enquanto não houver pago o último vintém, segundo as palavras do maior dos mestres da humanidade."

"O funcionário parasito e explorador só tem um caminho para se redimir: ser consciencioso e prestar ao povo os serviços pelos quais é pago, e restituir-lhe o produto dos roubos anteriores, conforme o exemplo de um grande explorador de que nos fala o Evangelho, Zaqueu de Jericó que,

reconhecendo o seu triste estado, declarou ao Nazareno: "Se defraudei alguém, restituo quatro vezes mais, e, ainda por cima, dou aos pobres a metade da minha fortuna". E disse o divino Mestre a êsse ex-explorador: "Hoje entrou a salvação nessa casa!"

E o mesmo autor, enfeixa em uma frase, uma grande verdade:

"Enquanto o homem não passar por uma profunda reforma interior, as reformas externas, embora necessárias, são precárias e ineficientes."

Pergunta permanente: Servimos à Pátria ou servimo-nos da Pátria?

Escolhendo a profissão das armas, integrando, por vontade própria, o Exército Nacional, colocamo-nos sob a proteção do Estado. Para nos dedicarmos integralmente à profissão, recebemos do Estado o dinheiro necessário para a manutenção digna da nossa pessoa e da nossa família. Se cumprirmos a nossa missão de "dedicarmos inteiramente ao serviço da Pátria", dando à nossa profissão o melhor das nossas energias psíquicas, morais, intelectuais e físicas, não creio que o termo "pago pelo Estado" seja feliz. O Estado não paga aos seus servidores; fornece-lhes meios para que eles possam servi-lo. Mas se não nos dedicamos à profissão, se fazemos dela apenas um degrau para outras ocupações, se ao invés de servir à Instituição, somente nos servimos dela, não passaremos de parasitos, incluídos naquela frase de Huberto Rohden:

"E que dizer de outras categorias de funcionários?"

Pesa sobre nós, mais ainda do que sobre os funcionários civis do País, um permanente dilema:

— Servimos à Pátria ou servimo-nos da Pátria?

Ao focalizar êste problema aos Senhores, tão dignos nas funções que exercem — posso afirmá-lo após oito meses de convívio — desejo apenas fornecer elementos para uma nítida compreensão do ambiente atual do País e da necessidade de cimentarmos e aperfeiçoarmos as nossas convicções, de modo a, definitivamente, nos imunizarmos contra o contágio da descrença e do oportunismo e, com base nessa consciência, espalarmos a nossa fé e a nossa ação, levando-as à juventude que chega aos nossos Quartéis, dentro de poucos dias, no cumprimento do dever militar.

A AÇÃO EDUCACIONAL E DE INSTRUÇÃO EXERCIDAS PELO OFICIAL E PELO SARGENTO

A ação educacional e de instrução, preconizada pelo EME, para fazer frente à Guerra Revolucionária, veio dar ênfase e orientação complementar ao papel do Oficial e do Sargento, como seu auxiliar, na educação e na instrução dos conscritos:

"A instrução dos sargentos, para os objetivos em vista, deve merecer cuidados especiais, devido à sua situação de contato permanente com os soldados."

"Deverá habilitá-los à compreensão da importância que assume a educação do homem, de modo a torná-lo imune à penetração ardilosa das idéias subversivas..."

O verdadeiro educador

É de "Bergson", o inspirado filósofo francês (1859-1941):

"Saber é viver, experimentar é mesmo ser. Sabe-se realmente aquilo que se vive e que se é."

Um pensador ao estudar a vida de Spinoza (o judeu genial, elo entre Moisés e Einstein):

"O essencial é que se viva a verdade e não apenas que se estude a verdade."

"O verdadeiro educador deve ser um homem altamente realizado"; deve ter realizado em si os mais profundos valores humanos; só assim poderá servir de guia e mentor a outros, não tanto pelo que diz ou faz, mas, sobretudo, pelo que é. Deve ser plenamente educado, para que possa educar."

"Educar, "de educare", derivado de "educere", **eduzir**, conduzir para fora, isto é, despertar no homem aqueles elementos positivos que nêle se achavam dormentes, como sejam: **verdade, justiça, benevolência, solidariedade**, etc.

"Mas como poderia alguém despertar em outrem os bons elementos, se no despertador não estivessem êsses elementos plenamente despertados?"

"Ser educador equivale a um tremendo desafio para ser integralmente verdadeiro e honesto consigo mesmo. Quem não está disposto a aceitar êsse desafio, para uma veracidade integral e absoluta, não se expõe a essa perigosa e gloriosa aventura de querer educar os outros."

As expressões, entre aspas, dêsse item são extraídas da obra citada de Huberto Rohden.

Realizada a condição de Ser e de Viver o que vai constituir o objeto da sua ação sôbre os conscritos:

Educar — realizar valôres dentro do educando;

Instruir — descobrir fatos fora do educando, normalmente, naturalmente, lealmente, o Oficial — Educador — Instrutor e o Sargento — Auxiliar do Oficial — Monitor, fazem aquilo que são, aquilo que dizem ou, por outras palavras, Dão o Exemplo.

O ajustamento à profissão

Evidentemente, só pode Crer, Saber e Viver a profissão militar aquele que é Ajustado às suas características, isto é, aos seus Padrões ou Normas de conduta (psicológicos ou sociológicos), que êle cumpre, com satisfação.

“O estudo dos ajustamentos e desajustamentos sociais constitui aliás o objeto de várias ciências e disciplinas: da psicologia individual e diferencial, da caracterologia, da psicologia social, da psiquiatria, da criminologia, da estatística e da economia, da higiene mental, etc.”, diz Arthur Ramos, na sua “Introdução à Psicologia Social.”

“Ajustado diz-se, pois, do indivíduo cujo comportamento está em harmonia com as normas ou padrões relativos da vida do grupo a que êle pertence: desajustado é o indivíduo cujo comportamento se desvia dessas normas” (Arthur Ramos, *idem*).

O desajustamento pode ser individual e coletivo.

Evidentemente, todos os meus camaradas aqui presentes, tendo escolhido voluntariamente a profissão, são ajustados aos seus padrões ou às suas normas; e por isso são felizes, na caserna.

Mas, fatores diversos podem levar-nos, por contágio, por imitação, a desajustamentos individuais e coletivos. O que foi exposto nesta palestra, sôbre os servidores públicos, o prova. E elas foram ditas como um alerta. Tenhamos sempre, como móveis do nosso comportamento, soldados que o somos, os interesses de beleza, de saúde, do bem — comum, de civismo, de Pátria, característicos da profissão e nos precavamos quanto aos interesses alheios à mesma, de riqueza, de prestígio, políticos, etc., etc..

O ajustamento à profissão, como o ajustamento ao psicogrupo familiar são imprescindíveis à felicidade individual e coletiva.

A interação social. A imitação

Como parte importante à **interação social**, vamos encontrar os fenômenos da Sugestão, da Imitação e da Simpatia.

A interação em processo **intelectual** ou **cognitivo** caracteriza a sugestão; em processo **motor** ou ativo, caracteriza a imitação; em processo afetivo, caracteriza a sugestão.

Contudo, com base em diferentes autores, podemos considerar a Imitação como o processo básico de interação **mental**, tendo como base intelectual a sugestão e como base afetiva a simpatia. "Tudo em última análise, será **imitação**, se considerarmos não apenas a sua exteriorização motora, mas os seus aspectos inconscientes, cognitivos ou afetivos".

A Imitação, assim considerada, não é apenas "a cópia por um indivíduo, das ações e movimentos corporais dos outros", mas engloba também processos intelectivos ou cognitivos e afetivos.

Alguns autores admitem a imitação como um instinto (William James, J. Mark Baldwin).

Gabriel Tarde (sociólogo francês — 1843/1904) construiu mesmo, sobre a imitação, uma teoria da natureza da sociedade.

Outros autores, embora expliquem de diferentes modos o comportamento dito imitativo, não deixam de dar grande valor à imitação na interação social (Freeman, Miller e Dollard, Asch, citados por Otto Klineberg, "Psicologia Social", Editôra Fundo de Cultura S.A.).

"A imitação é consciente, a sugestão é inconsciente. A imitação envolve atenção, vigilância em relação tanto ao modelo que está sendo copiado, quanto em relação à cópia feita; a sugestão envolve "rapport", relação íntima" (Donald Pierson, PH. D., "Teoria e Pesquisa em Sociologia", Edições Melhoramentos).

"A imitação é uma função muito importante, que nunca preocupou os antigos psicólogos, mas que dá muito que fazer aos atuais."

"A imitação é pois instrumento de capital importância para o desenvolvimento" (Eduardo Claparede, "Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental", Editôra do Brasil S.A.).

"Fenômeno de alta relevância no estudo do comportamento dos "socii" no grupo, influenciado pela imitação é a cópia do superior pelo inferior, do adulto pela criança. A imitação constitui aqui elemento valioso de educação. A criança e o jovem copiam o adulto, o elemento mais ignorante copia o mais culto e melhor situado socialmente" (A Carneiro Leão, "Fundamentos de Sociologia, Edições Melhoramentos", 1956).

"Imitação não é força nem instinto, mas ocorre quando a ação ou a pessoa têm valor para o sujeito" (Otto Klineberg, obra citada).

Resumindo, a imitação, considerada como englobando processos motores, intelectivos e cognitivos e afetivos, é realizada pela cópia do comportamento da elite, do herói, dos mais velhos, dos pais, dos professores, dos superiores, elevados a Protótipos, arquétipos, modelos, standards.

O exemplo

Quanto à Fé nos valores da democracia brasileira.

Quanto à Fé na profissão.

Quanto a atitudes e comportamentos militares.

Quanto à capacidade de Renúncia de pequenos detalhes, em benefício do conjunto e da missão de Chefes.

Do valor fundamental da Imitação, assim considerada — "lato sensu" — é ressaltada a importância do Exemplo.

Diria que, por uma fatalidade social, somos Modelos de nossos comandados. Somos copiados, objetiva e subjetivamente. Muito mais do que o que dizemos, a nossa ação se exerce pelo que **somos** e pelo que **fazemos**.

É da "Arte de Dirigir" de Mário Gonçalves Viana, Editorial Domingos Barreira, Porto:

"Não há modo de mandar ou ensinar mais forte do que o exemplo: persuade sem retórica, impele sem violência, reduz sem porfia, convence sem debate, todas as dúvidas desata e corta caladamente todas as desculpas. Pelo contrário, fazer uma coisa e mandar outra, ou aconselhar outra, é querer endireitar a sombra da vara torta" ("Luz e Calor").

O nosso Manual de Chefia, C 20-10, enumera, como Quinto Princípio de Chefia: Dar o exemplo. São palavras desse Manual:

"Instintivamente os homens tomam o Chefe como exemplo que tanto pode ser imitado como citado para justificar suas próprias falhas. O exemplo clássico do Chefe militar é o do indivíduo cuja apresentação e conduta despertam nos subordinados admiração, orgulho e desejo de imitação. Cumprindo com devotamento e ardor os seus deveres, o Chefe traça a linha de conduta segura para toda a Unidade. O Chefe que dá mau exemplo destrói o elemento básico ao exercício da Chefia, ou seja: o respeito mútuo que deve existir entre ele e os subordinados."

Ao tratar da Técnica de Chefia, o referido Manual enumera, de maneira notável, os processos utilizados com referência a êsse Princípio.

O nosso antigo Regulamento de Artilharia, "Bases Gerais da Instrução", de 1936, no artigo "Educação moral dos quadros", assim se expressava:

"É preciso, portanto, que todos os graduados pratiquem as virtudes que têm por dever incutir e cultivar nos soldados e que, sobretudo, dêem o exemplo, excelente meio de instrução que nenhum outro pode substituir."

O nosso Regulamento — base, R1/57, fixa:

a. ao enumerar as atribuições do Comandante do Corpo:

"Art. 76.

5) Velar para que os oficiais sob o seu comando sirvam em tudo e por tudo de exemplo aos subordinados."

b. ao enumerar as responsabilidades do Capitão, Cmt da Subunidade:

"Art. 188.

5) Exigir dos seus oficiais, sargentos e cabos a penetração das responsabilidades correspondentes a cada um deles, que deverá fundamentar-se no cumprimento rigoroso do dever, na máxima dedicação ao serviço e no perfeito conhecimento dos manuais de instrução, regulamentos e ordens em vigor, compatíveis com as suas atribuições, a fim de que possam ter a autoridade moral indispensável para servirem de exemplo aos seus subordinados."

c. ao enumerar as atribuições dos Sargentos:

"Art. 197. Aos sargentos incumbe, em princípio, assegurar a observância ininterrupta das ordens vigentes, impondo-se à confiança dos seus chefes e à estima e respeito dos seus subordinados."

Do ponto de vista Educacional, do ponto de vista Pedagógico, do ponto de vista Liderológico, o nosso Exemplo (subjetivo e objetivo) é básico no desenvolvimento da personalidade do instruendo.

De nada valerá enunciarmos a necessidade de que o Conscrito tenha Fé na sua missão de defensor da Pátria, se nós mesmos não estamos inflamados pela Fé e pela Mistica da nossa missão de sol-

dados, se não estamos convictos do significado e beleza da profissão, voluntariamente abraçada.

De nada valerá conclamarmos o conscrito a manter viva a sua Fé nos valores espirituais, subjetivos, que dão significação e força à democracia brasileira, se nós mesmos não estamos impregnados de confiança na **dignidade** da criatura humana; na função do **Estado**, apenas como meio para a evolução da comunidade, dentro da Pátria; na necessidade da **liberdade** para o cumprimento da nossa destinação, gloriosa, de seres humanos, em marcha para o seu Criador, aprendendo, a duras lutas, que aquela liberdade é o nosso consentimento de apenas praticarmos o Dever, a Virtude e o Bem.

Do ponto de vista da Instrução, grande parte dos assuntos dos Programas-Padrão é aprendido, sobretudo, pelo Exemplo.

De nada valerá a realização de uma série de sessões de instrução, sobre atitudes a adotar, sobre comportamentos a manter, referentes à Apresentação, individual e coletiva, Procedimento em Diferentes Situações, modo de execução de Serviços Essenciais, como Guarda do Alojamento e do Quartel, etc., etc., etc., se os elementos dos Quadros, oficiais e sargentos, apresentarem comportamentos diferentes dos ensinados.

É muito grave no campo moral e nos campos pedagógicos e psicológico a dissociação entre o ensinado e o praticado.

Seguramente, para os principiantes da profissão militar, há necessidade de treinamento da Vontade, de modo a que eles sejam capazes de pequenas renúncias: é o acordar à hora, é a pontualidade nos atos de trabalho e de serviço, são os detalhes da apresentação individual, etc., etc. Mas, nas pequenas renúncias, temperam o caráter para as **grandes renúncias** e tornam-se moral, mental e fisicamente, dignos da sua função de Chefes, protótipos dos seus subordinados.

CONCLUSÃO

Compreendida a função fundamental da Imitação na interação social e, conseqüentemente, o papel do Exemplo na educação e na instrução dos conscritos; examinada a necessidade das pequenas Renúncias, em benefício do Exemplo aos subordinados, estamos certos de que a nossa Vontade não fraquejará e os nossos Exemplos apresentarão sempre elevados Padrões, dignos da Imitação dos Brasileiros, entregues, anualmente, às Organizações Militares das Forças Armadas, para a manutenção da Ordem e da Lei e para a defesa da Pátria, comum e Bem Amada.

BIBLIOGRAFIA

- "Normas para a ação educacional e de instrução, contra a Guerra Revolucionária", 1961, EME.
- C 20-10 "Princípios de Chefia", 1953.
- "Novos Rumos para a Educação", 1960, HUBERTO ROHDEN, Livraria Freitas Bastos S. A.
- "Psicologia Social", 1959, OTTO KLINEBERG, Editora Fundo de Cultura S. A.
- "Fundamentos de Sociologia", 1956, A. CARNEIRO LEAO, Edições Melhoramentos.
- "Teorias e Pesquisa em Sociologia", DONALD PEARSON, PH. D, Edições Melhoramentos.
- "Psicologia da Criança e Pedagogia Experimental", 1956, EDUARDO CLAPAREDE, Editora do Brasil S. A.
- "Introdução à Psicologia Social", ARTHUR RAMOS, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil.
-
-

A FUNDAÇÃO OSÓRIO, destinada à educação das filhas órfãs de militares das Forças Armadas, necessita de seu apoio, prezado camarada, para prosseguir em sua nobilitante tarefa educacional.

Venha visitar-nos e ver de perto o que estamos fazendo há 44 anos, pela família militar brasileira.

Auxilie-nos !

Torne-se sócio contribuinte de nossa FUNDAÇÃO ! É muito simples. Autorize sua Unidade a descontar mensalmente em folha, a favor da FUNDAÇÃO OSÓRIO, a quantia que fôr de seu agrado — NCr\$ 0,50 ou NCr\$ 1,00.

Estamos certos de contar com você, prezado camarada, de coração bem formado.

E promova, também, uma campanha em prol de nossa FUNDAÇÃO em sua Unidade.

Por tudo nós lhe ficamos gratos.

ATUALIZAÇÃO BRASILEIRA ÀS NECESSIDADES DO SERVIÇO MILITAR

Major Com (QEMA)
JOSÉ GOULART CAMARA

SERIA POSSÍVEL AS FORÇAS ARMADAS AUMENTAR A RESERVA TÉCNICO-PROFISSIONAL SEM O AUMENTO DE DESPESA FEDERAL ?

Dentro da atual estrutura, logicamente, NÃO. Mas, após alguns anos de experiência no assunto, podemos admitir que SIM.

Sabemos que aproximadamente 1% da população do Brasil, isto é, 850.000 jovens completam anualmente idade para prestação do serviço militar, porém apenas a décima parte (isto é, 90.000) é incorporada às três Forças Armadas resultando que cerca de 760.000 jovens, sendo incluídos no excesso de contingente ou sendo julgados incapazes, deixarão lamentavelmente, de servir, não dando assim sua parcela de contribuição, em esforço, ao País. Em contraposição, é sabido que em virtude dos excessivos gastos, vê-se o Governo Federal impossibilitado de aumentar os efetivos do tempo de paz. Considerando, também, que a população brasileira cresce anualmente de cerca de 1,5% a 2% conclui-se que o problema de reservas tende a se agravar mais, a cada ano que se passe.

Considerando, por outro lado, que o tempo normal de 12 meses, para o Serviço Militar, é insuficiente, particularmente por causa do período de instrução em que todos os homens, sem exceção, aprendem uma determinada especialidade (período de formação), ocorreu-nos a seguinte idéia :

Todo cidadão brasileiro que até 6 meses antes da incorporação de sua classe desejasse submeter-se a um exame de suficiência de uma determinada qualificação técnico-profissional (abaixo relacionadas), uma vez que fôsse aprovado com grau superior a 8,00 (oito) poderia ser isentado, automaticamente, do serviço militar, fazendo jus a um certificado de reservista de 2ª categoria especial.

Os aprovados com graus entre 8,00 e 4,5 (ou 6, conforme o valor intelectual da qualificação) serviriam apenas 6 meses, isto é, a metade do tempo normal, já que poderíamos considerá-los possuidores do citado período de formação. O serviço militar para estes últimos seria então dividido em 15 dias de adaptação, 15 dias de revisão da qualificação e 5 meses de aplicação nas oficinas e repartições das unidades de destino.

Qualificações técnicas	Setor de Transporte	— motorista, mecânico auto, eletricista auto;
	Setor de Comunicações e Eletrônica	— telegrafista, radioperador, mecânico de rádio e eletricista em geral;
	Setor de Química	— laboratorista;
	Setor de Alimentação	— nutricionista;
	Setor de Saúde	— auxiliar de enfermagem.

As necessárias provas de seleção e suficiência seriam feitas e corrigidas no Rio de Janeiro ou em Brasília por uma Comissão Permanente chamada *Comissão de Seleção Especial para o Serviço Militar*, subordinada ao EMFA ou ao Conselho de Segurança Nacional, constituída de membros renováveis um terço a cada três anos, contando com representantes das três Forças Armadas, Ministérios Cíveis interessados e representantes do Ensino Profissional Livre.

A aplicação das provas ficaria, entretanto, a cargo das Regiões Militares, Distritos Navais e Zonas Aéreas, conforme o caso.

Assim, nos parece, não só estaríamos modernizando o Serviço Militar dentro do quadro geral do desenvolvimento do País, como contribuindo, de forma categórica, para que fossem abertos novos horizontes nos setores ligados ao Transporte, às Comunicações, à Eletrônica, à Química, à Alimentação e à Saúde, sem que, para isso, fosse necessário aumentarmos as despesas federais.

Possuímos, já pronto, à disposição dos leitores o anteprojeto, do qual sintetizamos, abaixo, apenas as consequências mais espontâneas:

Vantagens para as Forças Armadas, isto é, para o Tesouro Nacional:

- grande economia em peças que normalmente são gastas na instrução de motoristas;
- possibilidade do emprêgo do excesso em mecânicos — auto-incorporados, em qualificações afins, como mecânico de armamento;
- máquinas com manutenção à hora e em dia

- maior eficiência nos períodos de formação e aplicação da tropa;
- mecânicos de rádio em quantidade superior às necessidades de tempo de paz, para tôdas as unidades indistintamente.
- radioperadores e radiotelegrafistas em quantidade capaz de acabar com os déficits relativos à não formação em anos anteriores;
- tropa com alimentação mais sadia e melhor equilibrada;
- aumento da reserva, com criação de uma *Classe Especial* de 2ª ou 3ª categoria, que praticamente nada custará à Nação;
- maior reserva de Comunicações e Material Bélico sem acréscimo de quadros.

Vantagens para o Convocado :

- tornar-se-á mais cedo útil à Nação, à Família e a si próprio;
- tornar-se-á um homem prático e objetivo;
- a sua curiosidade de jovem, com os conhecimentos quase compulsoriamente adquiridos, possibilitar-lhe-á *até mesmo tornar-se pioneiro* em determinados assuntos da técnica, especialmente naqueles como Eletrônica e Química que normalmente se tornam motivo para passatempo;
- poderá o jovem brasileiro de 1970 ser citado como elemento exemplo aos demais jovens do mundo.

Vantagens para as Indústrias :

- poderão aumentar sua produção em quantidade e qualidade;
- poderão baixar o preço dos bens produzidos e desta forma contribuir positivamente para a valorização da moeda;
- poderão escolher, cada vez, os melhores dentre os bons especialistas existentes;
- terão aumentadas as suas vendas, especialmente de ferramental, peças de rádio, etc., pelo aumento substancial de consumidores, sem que para isso lhes sejam necessários maiores gastos em propaganda.

Vantagens para o Povo, em futuro próximo :

- melhores técnicos ao seu dispor;
- menores despesas;
- mais assiduidade no atendimento às suas necessidades em manutenção;
- maior duração dos equipamentos e, conseqüentemente, maior poupança.

PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos as seguintes publicações:

Estrangeiras

"Revue de Défense Nationale" — França

"El Caballo" — Argentina

"Rivista Militare" — Itália

"Revista del Suboficial" — Argentina

"Jornal do Exército" — Portugal

"TAM" (Terre — Air — Mer) — Bimensuel des Forces Armées —
França

"Revista Militar" — Portugal

"Ejército" — Espanha

"Guión" — Espanha

"Military Review" — Edição Brasileira

"Revista de las Fuerzas Armadas" — Rep Dominicana

"Educação Física — Desportos — Saúde Escolar" — Portugal

"Revista de las Fuerzas Armadas Ecuatorianas" — Equador

Nacionais

"Revista da Es Com"

"Revista do Conselho Nacional de Economia"

"Digesto Econômico"

"Revista Marítima Brasileira"

PEDE-SE PERMUTA

PIEDESE CANJE

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

EFEMÉRIDES DA ARTILHARIA

CAMPANHAS DO URUGUAI E PARAGUAI (1864-1870)

Gen (Res)
HEITOR BORGES FORTES

QUINTA PARTE (*)

1868

Agô — 14 — O General João Manuel Mena Barreto recebeu ordem de seguir para o Nhembucu e ocupar Vila del Pilar, com um destacamento sob seu comando, formado por tropas acampadas em Taii, e do qual fazia parte a Bateria do Capitão Manuel Pereira Júnior (do 4º CPA).

17 — O grosso do Exército Brasileiro avançou para o Norte, ao longo do rio Paraguai, deixando em Humaitá o 2º C Ex (Gen Argôllo). A partir da travessia do rio Nhembucu o dispositivo de marcha deveria ser o seguinte:

Em segurança afastada — a 2ª D C (Andrade Neves), com 6 bôcas-de-fogo do 4º CPA e parte do Batalhão de Engenheiros (**).

Em 1º Escalão — sob o comando de Osório o 3º C Ex:

Na vanguarda — a Divisão Oriental e a 6ª Bda Infantaria (Paranhos), seguindo-se:

2ª D I (Cel Pedra); 5ª D C (Cel Câmara) e o 1º R A Cav (Ten Cel Severiano); 3ª D I (Auto Guimarães) e bagagens. Com 2 dias de intervalo partiria de Pareguê o 1º C Ex, sob o comando do Brigadeiro Jacinto Machado Bitencourt, formando o 2º Escalão, com os seguintes elementos:

1ª D C (Brig J M Mena Barreto), 2º Regimento Prov Art a Cavallo (Ten Cel Gama Lobo D'Eça) (***), 1ª D I (Brig Salustiano Reis), 4ª D I (Gen Gurjão), 5ª D I (Cel Oliveira Neri), Corpo de Transporte e Polícia.

Retaguarda: — Bda de Cavalaria Ligeira (Cel Vasco Alves).

20 — Travessia do Nhembucu pela D C de Andrade Neves. Caxias instala seu QG em Vila del Pilar.

(*) Continuação do número de Jan/Fev.

(**) Integraram-se na Vanguarda do 3º CEx, uma vez desempenhada a missão de segurança afastada na marcha rumo a PALMAS.

(***) O 2º R Prov A Cav estava anteriormente em Humaitá.

24 — O grosso do Exército Brasileiro iniciou a transposição do rio Nhembucu.

26 — Travessia do Jacaré — Combate da tropa do Cel. Niederauer (sem artilharia).

28 — Combate do Passo do Tebiquari — “O General Andrade Neves, à frente das Brigadas dos Coronéis Fernando Machado e Paranhos, toma de assalto um reduto defendido por 400 homens e 3 bôcas-de-fogo, no passo real do Tebiquari. A artilharia que atuou nesse combate era formada por 4 bôcas-de-fogo, sendo comandada pelo Major Theodósio Gonçalves.

Set — 1/3 — O grosso do Exército Brasileiro transpôs o rio Tebiquari.

3 — Reinício da marcha — Caxias assiste ao desfile dos 1º e 3º CEx e instala seu QG em São Fernando (antigo QG de Lopez).

7 — Reconhecimento das baterias de Angustura pela 2ª Divisão Naval da Esquadra. Os encouraçados Silvado, Lima Barros, Mariz e Barros e Herval, sob o comando do CMG Mamede Simões da Silva forçam essa passagem, sob os fogos das fortificações de terra.

8 — As forças brasileiras prosseguem em marcha para o Norte.

13 — A tropa Argentina de Gelly y Obes chega à Vila Franca, vinha de Humaitá.

17/20 — Deslocamento de Fraite a Palmas, sendo a vanguarda formada pelas 2ª D I (Cel Pedra), 5ª Brigada (Cel Machado) e 8ª Brigada (O. Bueno) e 2ª D C (A. Neves), apoiada pelas 6 bôcas-de-fogo do Maj Theodósio.

23 — Combate na passagem da ponte do Surubij (ou Surubiji), em que tomam parte forças de Andrade Neves, destacando-se por sua atuação este General, a tropa do 6º Corpo de Cavalaria, (da Bda Cel Niederauer) e a bateria de artilharia (Maj Theodósio) (*). O 3º CEx foi estacionar em Mercedes e o 1º C Ex pouco além dessa localidade.

24 — Os primeiros elementos do Exército Brasileiro atingem Palmas e destacam reconhecimentos até a margem do estero Poi, que assinalam a presença do inimigo em frente contínua, na nova posição do Pikisiri.

25 — Caxias foi à frente e inspecionou os postos avançados. No QG de Caxias, instalado na estância Idoriaga, tomam-se providências para um reconhecimento em força, e se procede a rearticulações de tropas, apoio da Esquadra, etc.

27/30 — Chegam a Palmas, a chamado de Caxias, as forças argentinas de Gelly y Obes.

Out — 1 — Reconhecimento à viva força, da posição do Pikisiri.

(*) Vide nota especial nº 7.

"Achando-se o Exército acampado em Surubii e Palmas, resolveu o General chefe mandar reconhecer exatamente a natureza das obras de defesa do inimigo, ao mesmo tempo que o Barão da Passagem forçaria as baterias de Angustura.

As 5 horas da manhã marchou o Visconde do Herval (Osório) à testa do 3º CEx e, não obstante o forte canhoneio das baterias paraguaias, efetuou-se o reconhecimento com pouco prejuízo, tendo-se tomado uma trincheira avançada, aquém do Pikisiri a qual achava-se encoberta na mata e muito embaraçava o perfeito reconhecimento da linha inimiga. Então certificamo-nos de que constituía a defesa do inimigo uma extensa linha de trincheiras, tendo em sua frente o arroio Pikisiri correndo entre tremedais e banhados.

Apoiava-se esta linha, à direita, nas baterias de Angustura e à esquerda, em lagoas invadeáveis. Achava-se artilhada com 71 canhões, cujos fogos cruzavam-se perfeitamente, com especialidade sobre a única estrada que ia de Palmas a Villeta." (Jourdan, pág. 156).

Tomaram parte na operação, atacando pelo centro e à esquerda o 3º CEx (Osório); com sua vanguarda formada pela 5ª Bda Inf (Cel Fernando Machado) e uma divisão de artilharia (2 peças de montanha), alguns exploradores com Souza Docca e, em reserva a 7ª Bda 2ª DC (A. Neves), Batalhão de Engenheiros (Cel Conrado), 3ª DI (Brig Auto Guimarães) e a Brigada de Artilharia (Cel Emilio Luiz Mallet).

Pela extrema esquerda, visando a contornar a posição paraguaia, foi lançada a 10ª Bda Cav (Silva Tavares), reforçada pela 9ª Bda Cav (Sev. Amaro).

Pela direita atacou a Divisão Oriental (Cel Castro), reforçada pela 6ª Bda Inf (Cel Paranhos).

As águas do rio Pikisiri estavam represadas. O inimigo atuou com 12 peças, sendo algumas de grosso calibre.

Por intervenção de Caxias, foram empenhadas, visando precisar melhor a natureza do inimigo e o valor da posição do Pikisiri, a 3ª Bda Ind (Cel Carvalho) da 3ª DI (Gen Auto Guimarães) e uma bateria de artilharia da vanguarda, além de 2 esquadrões de cavalaria. Destacavam-se por sua atuação os 12º e 16º B Inf (Ten Cel Tibúrcio).

"Ficou positivado que o ataque às linhas de Angustura e Pikisiri seria tão difícil como o de Curupaiti em 22 Set 1866 e que o nosso Exército achava-se em Palmas num verdadeiro beco sem saída". (Bormann).

1º dias — Decidido fazer o envolvimento pela margem direita do Paraguai, a 10 segue para o Chaco (3º Chaco), o Destacamento Cel Tibúrcio, formado pelos 4º e 16º B Inf, um Esquadrão de Cavalaria, uma ala do Bat de Engenheiros e um contingente de artilharia (um Oficial e 29 praças) com o encargo de abrir uma estrada que permita

inicialmente o abastecimento da Divisão da Esquadra que havia transposto as defesas de Angustura e depois a manobra projetada.

14 e 15 — Chegaram a Palmas as forças do 2º CEx (Argôllo), compostas de 3.544 homens, sendo 198 de artilharia, 327 pontoneiros, 2.925 infantes e 94 cavalarianos. (*)

Permanece em Humaitá, dirigindo os hospitais, depósitos e tropas de guarnição (entre os quais os 1º e 3º B A Pé) o Cel Agostinho Maria Piquet.

15 — Incumbido de dirigir a construção da Estrada do Chaco, chega ao pôrto Santa Teresa o General Argôllo, cmt 2º CEx, seguido de tropa. (Tibúrcio, por estar doente, retira-se para o Rio de Janeiro).

14/28 — Abertura da Estrada do Chaco, com os elementos do Dest Tibúrcio reforçado pelos 12º e 28º B I, que acamparam em Santa Teresa, — e por outras unidades de infantaria dos 1º e 3º CEx, que foram avançando e acampando à margem da estrada, à medida de sua condução (estivamento e pontes).

Out 28 — Concluída a abertura da Estrada do Chaco, iria ser estivada.

31 — A Ordem do Dia do Exército nº 259 publicava a designação do Major (em comissão) José Pereira Jr para comandar as baterias do 2º C Ex no Chaco (a partir de 27 Out 68). (**)

Nov 10 — Passam para o Chaco — 10 bôcas-de-fogo do 2º R Prov a Cav.

15 — A Estrada do Chaco, já estivada, está em condições de permitir o trânsito das G U. Extensão 10.714 metros — 8 pontes — estira com 30.000 vigas de carandá — 22 dias de trabalho.

22/24 — Passam para o Chaco várias unidades dos 1º, 2º e 3º C Ex, inclusive restantes baterias do 2º Regimento Provisório de Artilharia a Cavalo (Gama Lôbo D'Eça).

25 — A 2ª D C (Andrade Neves) pela esquerda e a 1ª D C (J. M. Menna Barreto), lançam reconhecimento à posição do Pikisiri.

27 — Caxias transfere seu QG para o Chaco.

Dez 3/5 — Passam para a margem direita do rio Paraguai as unidades de cavalaria, que farão a marcha para Santo Antônio, beirando aquele curso d'água.

3 — Passa a vigorar a nova ordem de batalha do Exército Brasileiro. No 1º CEx (Jacinto Machado Bitencourt); a 5ª D I (Cel Felipe

(*) O 2º CEx havia perdido várias unidades de infantaria na reorganização das G U após a queda de HUMAITÁ. O 2º Reg Prov Art Cav havia sido transferido para o 1º C Ex.

(**) Diz o Gen LEITE DE CASTRO, em suas memórias, que, convidado pelo Ten Cel GAMA LOBO D'EÇA para ir para o CHACO, nessa missão que tanto destaque deu ao Major PEREIRA JR, encontrou oposição do Ten Cel SEVERIANO para que permitisse seu afastamento do 1º R A Cav, a que pertencia.

Neri) — com 3 brigadas de infantaria; No 2º CEx (Marechal Argôllo) as 1ª D I (Gen Gurjão) com 3 Bda e a 2ª D I (Salustiano Reis); com 2 Bda.

No 3º C Ex (Osório) as 3ª D I (Auto Guimarães) com 2 Bda e a 4ª D I (Gen Pedra) com 2 Bda.

O 2º Reg Pro Art a Cav (Cel Gama Lobo D'Eça) conta com 26 peças repartidas em 2 escalões, havendo ainda tropa do Corpo de Pontoneiros e uma Seção de Transporte. (*)

4 — Osório passa para o Chaco, indo colocar-se à testa de seu C Ex. Deu-se a ordem de embarque das tropas na noite de 4/5 Dez.

5 — O Exército Brasileiro atravessa o rio Paraguai em navios da Esquadra, e desembarca em Santo Antônio. Os efetivos dos três Corpos de Exército que se trasladaram para a margem esquerda do rio Paraguai eram os seguintes:

1º CORPO		2º CORPO		3º CORPO	
Gen J M Bitencourt		Argôllo		Osório	
Inf	4.554	Inf	7.755	Inf	4.690
Art	190	Art	227	Cav	926
		Pont	325		
	<hr/> 4.744		<hr/> 8.307		<hr/> 5.616

Em Palmas permaneciam: 4.534 argentinos, 800 orientais e 2.846 brasileiros, e no Chaco quatro Divisões de Cavalaria.

*
* *

Dez — 6 — Passagem da ponte do Rio Itororó, a viva força. Deficientemente informado pelos reconhecimentos lançados de Santo Antônio sobre o arroio Itororó, no fim da jornada de 5, o General-em-chefe (Caxias) decidiu marchar a 6, na direção de Vileta, pela estrada mais curta, a qual atravessava a ponte do referido arroio (3 a 4 metros de largura por 4,5 de profundidade, ponte tôca, de madeira forte, com 3 metros de largura, segundo Jourdan).

“Na madrugada de 6 começou a desfilar o Exército, fazendo-lhe a vanguarda uma força de Cavalaria (Niederauer) e a 5ª Bda Inf (Cel Fernando Machado). A seguir vinham o 2º C Ex (Argôllo), em 1º escalão, e o 1º CEx (J. M. Bitencourt)” e mais distanciado o 3º CEx (Osório), que tomou uma direção de marcha visando a desbordar as cabeceiras do arroio Itororó, baseado em informações de um vaqueano paraguaio, que davam esse itinerário como pouco mais extenso de 1 légua.

(*) Vide Nota especial n. 8.

"Ao aproximar-se da ponte, a cavalaria é recebida pela mosquetaria e metralha de uma força paraguaia que viera aí postar-se à noite e era apoiada por outras encobertas pelas matas, preparando-se para nos disputar o passo.

Ao chegar na altura da Chácara do Wysner, a cavalaria da vanguarda, que havia sido recebida a tiros pelo inimigo, veio participar ao General-em-chefe que, além da ponte havia grandes forças das três armas.

O Marquês de Caxias ordenou então novas disposições: o 2º Corpo veio para a frente e a vanguarda foi confiada à 5ª Brigada (Fernando Machado), a quem foi ordenado entreter o inimigo e reconhecer a posição. Em seguida avançou o resto do 2º Corpo (de que fazia parte a força de Fernando Machado) tudo comandado pelo Gen Argôllo, a que, nesta ocasião, oferecendo uma flor, dissera Caxias: "General, que-ro hoje lhe dar mais um dia de glória".

Depois de verificar que o C Ex de Osório marchava por outro rumo, como lhe fôra determinado, postou-se Caxias à testa do 1º C Ex, comandado por Jacinto Machado Bitencourt, marchando na retaguarda e em apoio ao 2º CEx.

O engajamento da vanguarda

Enquanto, por ordem do Gen Argôllo, se assestava uma bateria (Cap Mourão Pinheiro) no alto do caminho, a cavaleiro do campo inimigo, abriam-se duas picadas, uma pela direita e outra pela esquerda da ponte, procurando passagens que permitissem à tropa cair nos flancos do inimigo que bloqueava a ponte.

A nossa artilharia e atiradores da vanguarda trocam tiros com o inimigo, com perdas em ambos os lados. Segue-se um violento combate conduzido pelo Cel Fernando Machado, que consegue lançar tropa na margem ocupada pelos paraguaios e apossar-se de 2 canhões inimigos (o Cel F Machado foi gravemente ferido neste combate, vindo a morrer dos ferimentos recebidos).

Nesta oportunidade revelou o inimigo (comandado por Caballero) outras tropas emboscadas que, auxiliadas por 10 bôcas-de-fogo, assestadas em diversos pontos, alvejaram impiedosamente não só a brigada Fernando Machado, como o 2º CEx, que vinha marchando pela estrada real.

"A cavalaria inimiga carrega sobre os nossos que tinha transposto o arroio, alguns batalhões formam quadrado, outros, porém recuam para a margem norte".

O 2º C Ex ataca

Argôllo empenha o restante de seu C Ex, travando-se combates acérrimos entre brasileiros e paraguaios, visando a conquista de já famosa ponte de Itororó.

Intervenção de Caxias

Intervém Caxias, com o 1º C Ex, e o entrevêro culmina com a passagem do comandante-em-chefe, de espada em punho, à frente da tropa, estimulada com a frase célebre de "Sigam-me os que forem brasileiros!"

A testa daquele poderoso refôrço, acaba Caxias por derrotar o inimigo, e as colunas paraguaias retiram-se em desordem, pela estrada de Vileta, deixando o campo juncado de cadáveres (mais de 400) e 6 bôcas-de-fogo em nosso poder.

Osório (3º CEx), que fizera uma penosa marcha e batido uma força inimiga que pretendia hostilizá-lo, chegou depois do combate, e auxiliou na perseguição dos vencidos.

Atuação da artilharia

O 2º Regimento Provisório de Artilharia a Cavalo (Gama Lobo D'Eça) teve destacada atuação no combate da ponte de Itororó. (Ver descrição minuciosa no livro do Gen Bernardino Bormann, testemunha ocular desse combate).

Desde o engajamento da vanguarda, recebera seu comandante ordem de "bater a posição inimiga com artilharia", até novas ordens.

O 2º Regimento avança, sob os vivas dos nossos infantes.

A bateria do Cap Mourão Pinheiro postou-se próximo à ponte e começou o duelo com a do inimigo, enquanto a vanguarda forçava a passagem.

Para as picadas abertas à direita e à esquerda da ponte, que ficaram prontas cerca de 8 e meia da manhã, foram dirigidas duas outras baterias, mas só duas peças puderam ocupar cada posição, tão estreitas eram elas.

Na picada da esquerda, o Capitão João Rodrigues Barbosa Júnior, comandante da bateria, foi atingido por um projétil inimigo, ficando grevemente ferido e morreu pouco depois em consequência dos ferimentos recebidos.

A seu lado está o comandante do Regimento que manda substituí-lo pelo Tenente Bernardino Bormann.

Durante todo o combate atual a artilharia, tendo o próprio Coronel Gama Lobo D'Eça conduzido um escalão de 8 bôcas-de-fogo (as 2 baterias restantes) quando o 1º Corpo de Exército, conduzido pelo Gen Machado Bitencourt e com o General-em-chefe Caxias à frente, rompeu a posição inimiga na ponte de Itororó e dizimou o inimigo, pondo-o em fuga, ao fim de quatro horas de batalha.

Noite de 6/7 — O Exército Brasileiro pernoita no local em que se travou o combate de Itororó.

7 — Caxias dirige suas tropas para a região da capela de Ipané, deixando o 2º CEx (Brig José Luiz Menna Barreto) em Itororó. O 3º CEx (Osório) vai na vanguarda, seguido pelo 1º CEx.

Em fim de jornada trava-se um choque entre cavalarianos paraguaios dispondo de 8 bôcas-de-fogo, e postados nas vizinhanças de Ipané, e os primeiros esquadrões da cavalaria de Osório. Uma bateria do 2º R Prov Art Cav (B Bormann) entrou em posição, contrabateando a artilharia inimiga que foi forçada a se retirar.

Noite de 7/8 — O Ex Brasileiro (menos o 2º CEx) permanece acampado ao norte no potreiro Valdovino, tendo Caxias seu QG na capela de Ipané.

Dez — 8 — O inimigo fôra postar-se ao sul do potreiro Valdovino, em um ponto da estrada de Vileta e Guarambaré. (Ver mapas de Jourdan).

O General-em-chefe manda chamar o 2º CEx.

— Com data dêsse dia o General-em-chefe expede a ordem em que estabelece o seguinte dispositivo da marcha para o Exército:

— na vanguarda: 800 homens de cavalaria (Cel Niederauer), seguindo-se-lhe: uma Brigada de Infantaria e 4 bôcas-de-fogo e o Batalhão de Engenheiros;

— O 3º CEx, tendo no centro 4 bôcas-de-fogo;

— A infantaria do 2º Corpo, com 8 bôcas-de-fogo (no centro), seguindo-se: os cargueiros de munição, ambulâncias, etc., etc.

— A infantaria do 1º Corpo, tendo também em seu centro 8 bôcas-de-fogo.

Fará a retaguarda uma Brigada de Cavalaria.

Nessa ordem o Exército se porá em linha, no caso de que o inimigo ofereça batalha, ficando então dividido em 3 alas, que serão comandadas:

— a do centro, por S. Excia. o Marquês Marechal Comandante-em-chefe, em pessoa;

— a da direita, pelo Exmo. Ten General Visconde do Herval;

— a da esquerda, pelo Exmo. Brigadeiro Jacinto Machado Bitencourt dispondo a S. Excia., nessa ocasião da cavalaria conforme as circunstâncias o exigirem". (*)

9 — O Exército marcha na direção do pôrto de Ipané e acampa. A Esquadra desembarca no Pôrto de Ipané recursos para o Exército, (viveres e munições) e transporta do Chaco as Divisões de Cavalaria e a bateria alemã (Ten Steuben).

10 — Choveu abundantemente — Nesse dia Caxias dispunha dos três Corpos de Exército e 26 bôcas-de-fogo. (Tasso Fragoso, 4º vol, página 79).

(*) Notar que as Divisões de Cavalaria ainda estavam no CHACO.

O 2º Regimento Provisório de Artilharia a Cavalo (Ten Cel Gama Lobo D'Eça, estava repartido da seguinte forma:

	1º C Ex	2º C Ex	3º C Ex	TOTAL
Art.	125	161	142	428

Em Palmas, ao sul do Pikisiri, havia a Brigada Paranhos (1784 homens) e a Brigada de Artilharia (Cel Mallet) formada pelos 1º R A Cav e 4º C P A (1062 homens).

Em Humaitá, os 1º e 3º B A Pé (559 homens).

— Nesse dia, os Corpos receberam 100 tiros por boca-de-fogo (e 120 por praça de infantaria).

NOTA ESPECIAL Nº 7

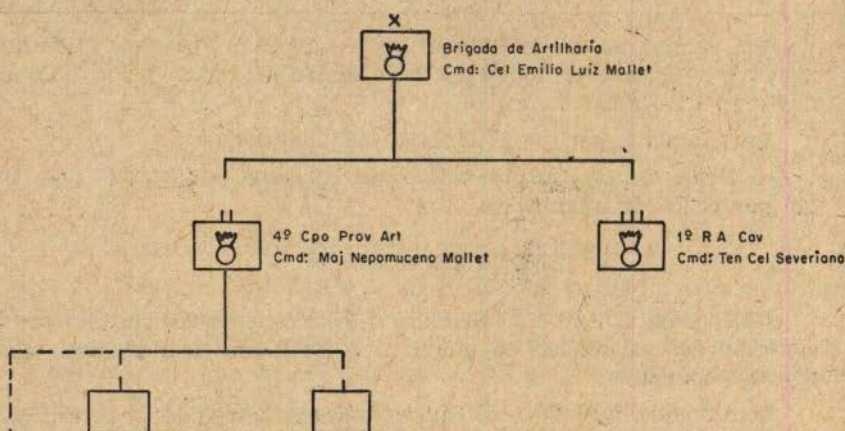
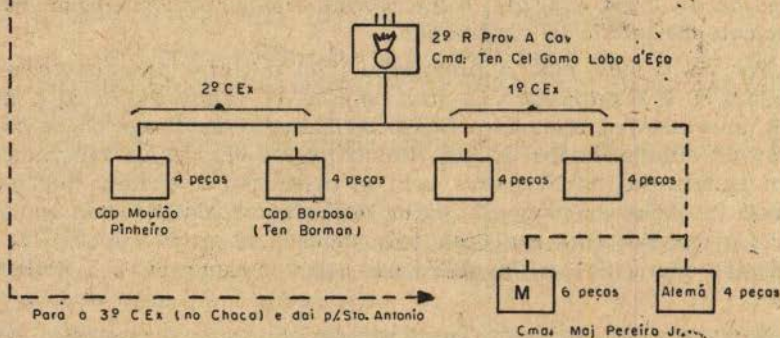
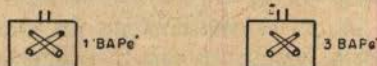
Na marcha dos 1º e 3º CEx até o Pikisiri, encontra-se uma certa confusão nas referências às unidades de artilharia que atuaram nos diversos combates.

Sem dúvida, à 2ª D C, de Andrade Neves, agregou-se a bateria do Cap Manuel Pereira Jr, com 6 bocas-de-fogo de montanha, que havia passado a pertencer ao 4º C P A, mas que é mencionada frequentemente como pertencente ao 1º R A Cav. Era o elemento mais avançado, pois acampava junto ao Forte São Gabriel, no Taii. O major José Thomaz Theodósio Gonçalves, que comandava o agrupamento de baterias de artilharia em Taii, é mencionado frequentemente como comandante da bateria de vanguarda.

Por outro lado, com a progressão para o Norte, ficou o recém criado 4º C P A desfalcado de suas baterias de canhões L H 12 e 32 Whit, uma vez que, segundo o Diário do Exército de 23 Agô 68, os canhões de sítio retirados de Taii foram postos em chatas rebocadas pelos transportes da Esquadra, sem se mencionar o destino que tomaram. E' de se supor que o Major Nepomuceno Mallet tenha continuado a marchar com sua desfalcada unidade no grosso do 3º CEx, formando com o 1º R A Cav a Brigada sob o comando de E L Mallet (Cel).

Enquanto isto, o Major Theodósio, agindo como conselheiro de artilharia de Andrade Neves, empenhou a bateria do Cap Pereira Jr no passo real do Tebicuari e na passagem da ponte em Surubii.

Já no reconhecimento do Pikisiri, de 1/3 Outubro, dirigido por Osório, conquanto seja mencionada como atuando "a mesma bateria", verifica-se pela Ordem do Dia n. 14, de 13 Out 68, da 2ª D C, que foi a 4ª Bateria do 1º R A Cav (pertencente à ala comandada efetivamente pelo Major Theodósio) e comandada pelo Cap Saturnino Ribeiro da Costa Jr que apoiou a tropa do Brig Auto Guimarães.

DEZEMBRA1ª FaseEM PALMASEM ITORORÓ e AVALEM HUMAITÁ

NOTA ESPECIAL N. 8

Conquanto não haja documentação que esclareça o assunto, verifica-se que a repartição da artilharia também foi afetada quando da reorganização dos três Corpos de Exército, que precedeu à marcha pelo Chaco e o desembarque em Santo Antônio.

Disposto a efetuar sua "marcha de envolvimento" com o maior vigor possível e no menor prazo, em face das próximas enchentes do rio Paraguai, Caxias teria aceito proposta de Mallet, seu Comandante de Artilharia, no sentido de engajar nessa operação apenas o 2º Regimento Provisório de Artilharia a Cavalo, convenientemente reorganizado e reforçado.

Deixando para trás todo o armamento pesado, esse Regimento, no fim de Novembro, atravessou o rio Paraguai, para o Chaco, levando 4 baterias (16 bôcas-de-fogo, calibre 4 La Hitte), às quais se juntaram as duas baterias do 4º Corpo Provisório de Artilharia (10 bôcas-de-fogo), que haviam sido enviadas ao General Argöllo, durante a construção das Estradas do Chaco, para enfrentar possíveis ataques inimigos e que eram comandadas pelo Major (em comissão) Pereira Junior.

Estas duas baterias não aparecem nitidamente nos relatos do combate de Itororó, parecendo-nos que a bateria de montanha (6 peças) teria acompanhado o 3º CEx (Osório) em seu desbordamento das cabeceiras do arroio Itororó e a chamada "bateria alemã" teria se reunido ao 2º Regimento somente nas vésperas da batalha do Avaí, tendo atravessado o rio, quando o fizeram as quatro Divisões de Cavalaria que haviam permanecido no Chaco. Quanto à Brigada de Artilharia de Mallet, que ficou em Palmas, supomos que o 1º R A Cav possuía ainda suas 6 baterias, das quais duas foram constituir um esquadrão provisório de cavalaria — só aparecendo referências posteriores, a 16 canhões nessa Unidade, e o 4º C P A (Maj Nepomuceno Mallet) ficou reduzido a 2 baterias (8 peças), pois armou-se parcialmente como infantaria, e como tal, agiu nos combates posteriores.

Explica-se essa improvisação de subunidades de infantaria e cavalaria, com pessoal de artilharia de campanha, pela insuficiência de tropa daquelas armas no escalão que permaneceu em Palmas, já que dos três Corpos de Exército só ficou nesta nova base de operações a Brigada Paranhos.

No final do ano de 1868, três eram as unidades de artilharia de campanha participando das operações dirigidas pelo Comandante-em-chefe Marquês de Caxias: o 1º RACav, agora sob o comando do Ten Cel Severiano da Fonseca, o 2º R Prov A Cav, do Ten Cel Gama Lobo D'Eça e o 4º Corpo Provisório de Artilharia, comandado pelo Major Nepomuceno Mallet, este sofrendo muito a influência das circunstâncias, ora reunido, ora dividido, e frequentemente esquecido nas narrativas de combate.

POR QUE SE DEVE ANUNCIAR EM "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:
 - a) ela circula em todos os Estados do Brasil;
 - b) seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vêzes mais do que o número de assinantes;
 - c) depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica, é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas; e
 - d) vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vêzes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 52 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército, em face de sua utilidade incontestável para as Classes Armadas.

TABELA DE ANÚNCIOS

(a ser revista)

Página	NCr\$
Inteira	90,00
1/2	60,00
1/4	40,00
2ª capa	110,00
3ª capa	120,00
Contracapa	130,00

Observações :

Clichês à parte.

Matéria redigida: mais 100%.

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA

Maj
P. MARCOS

1. As peculiaridades da luta na selva aliadas à possibilidade de termos, no Brasil ou alhures, de enfrentar situações de guerra em ambiente semelhante, de há muito vinham preocupando nossas autoridades militares que desejavam possuir, em nosso Exército, especialistas nesse tipo de operações.

O número de oficiais e sargentos que fizeram o Curso no Panamá e os esforços feitos, em certas GU e Unidades, para formar elementos com noções básicas dessa especialidade estão aí para demonstrar o que afirmamos acima.

Havia pois uma lacuna em nossa formação militar que, se atentarmos para a área de nosso país coberta por selvas, mais ainda se acentua.

A criação do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) foi pois a concretização de um anseio de todos os militares que meditaram algum dia sobre a necessidade de, num país das dimensões do nosso, possuir o Exército elementos especializados nesse tipo de guerra.

2. A escolha da localização do CIGS foi também muito feliz pois está ele integrando o GEF cujo território possui cerca de 85% recoberto pela selva amazônica, vale dizer, o que maiores dificuldades apresenta.

Além disso é importante salientar que a área do GEF confina com cinco países estrangeiros possuindo regiões de características idênticas às nossas.

Companheiros que conhecem outras regiões de selva do Brasil acham que a Amazônia permite, sem sombra de dúvida, a realização de instrução a mais completa possível que fará parecer "brinquedo de criança" o atuar em qualquer outra de nosso território.

O CIGS possui sua sede em Manaus, ocupa no momento um quartel provisório que lhe permitiu funcionar antes do prazo previsto e dar

ao Brasil duas turmas de oficiais e uma de sargentos especializados. Seu quartel definitivo está em construção também em Manaus, e deverá ficar concluído possivelmente em junho deste ano.

A área de instrução de que dispõe se situa na estrada Manaus — Ita-coatiara, a cerca de 55 km da capital, tem a forma de um quadrilátero de aproximadamente 20 x 40 km indo seu limite sul até o Rio AMAZONAS.

Para os que não têm bem em mente o que tal área representa, lembramos que o Campo de Instrução de Gericinó tem aproximadamente 4 x 6 km. São pois no CIGS 800 km quadrados de área enquanto que em Gericinó são 24 quilômetros quadrados.

3. A instrução no Centro obedece a um programa calcado nos últimos ensinamentos desse tipo de guerra pois a maioria do corpo de instrutores e monitores é constituída de oficiais e sargentos já especializados na Escola existente no Panamá e, além disso, a correspondência mantida com essa Escola e a da Malásia permitem manter atualizados os currículos.

A duração do Curso é de cinco semanas e exige dos alunos grande capacidade física e coragem, tenacidade, espírito de camaradagem e de sacrifício, moral elevado enfim, a par de espírito de observação acurado, iniciativa, reflexos prontos. Tais atributos exigidos, postos a prova e desenvolvidos durante o Curso são indispensáveis dadas as características das operações na selva.

A esse respeito é interessante repetir aqui o que disse, quando comparou a fadiga a que estão sujeitos os que operam em desertos ou regiões montanhosas com a daqueles que atuam na selva, um autor versado nesses problemas; disse ele:

“Em certos aspectos as selvas são ainda piores. Somente os que ali viveram sabem exatamente o que isto significa. A desorientação, naturalmente, é a experiência mais desconcertante na luta nas selvas. A dificuldade de encontrar uma saída no labirinto de trilhas cria tensões, medo e ansiedade que pouco diferem das reações neuróticas.

No conjunto, a tensão do combate é mais do que duplicada pela pressão do meio físico”. Aí, no meio físico, devemos levar em conta a vegetação que restringe o livre movimento, limita a visibilidade, favorece o ocultamento ou disfarce do inimigo entre outras coisas, e somar a temperatura elevada e a grande taxa de umidade, para termos o quadro que é completado, aqui e acolá, com plantas tóxicas ou vesicantes e insetos, répteis e outros animais.

No currículo do Curso cerca de 30% do tempo é empregado na instrução individual que visa a habilitar o aluno a ter condições principalmente para dominar o meio físico e tornar a selva uma sua aliada.

Assim encontramos entre outros assuntos, nessa instrução individual, os seguintes: orientação na selva, transposição de obstáculos, efeitos fisiológicos do calor, vida na selva, plantas e alimentos, cobras e outros animais.

Há uma peculiaridade interessante no que respeita a armadilha e tipos de abrigos que, no CIGS, além de serem ensinados os constantes do currículo da Escola do Panamá o são também os feitos pelos nossos caboclos da região; incorporando-se dêsse modo outros ensinamentos colhidos no nosso próprio meio ambiente.

Uma vez os alunos hajam obtido os ensinamentos indispensáveis e alguma prática da vida na selva se desenvolve o restante da programação, 70%, que é tipicamente de tática aplicada às condições da selva. Assim, nessa fase, se executam os exercícios de guerrilhas e contra-guerrilha, emboscada, patrulha, incursões, culminando com um exercício de evasão e fuga "exigindo a infiltração através 30 km de território inimigo para penetrar nas linhas amigas". Esse exercício exige, em regra, três a quatro dias para que os alunos consigam atingir o "território amigo", se desenvolve todo êle no âmago mesmo da selva e os que estão fugindo deverão viver exclusivamente dos recursos locais.

Um ponto importante a levar em consideração é que os "exercícios de sobrevivência não constituem certamente um treinamento para passar fome e sede ou um concurso para ver quem melhor se safa com o objetivo puramente alimentar, mas sim, um treinamento de luta nas retaguardas inimigas, tendo como guia a MISSÃO a cumprir".

O treinamento é levado a fundo no sentido de ensinar a se deslocar na selva com o mínimo de ruído possível, viver sem deixar rasto, isto é, abrigo camuflado, fazer fogo sem fumaça, etc...

Após a conclusão do curso podemos dizer que os diplomados encararão a sobrevivência "antes de mais nada como a vontade do combatente que se recusa a se deixar abater e que, ao contrário, se aterra em continuar a luta, escapar à captura e, caso isso seja impossível, procurará por todos os meios a evasão a fim de prosseguir no cumprimento da missão".

4. O Centro, além da instrução de oficiais e sargentos, tem a missão de colher observações e dados sobre equipamentos e material usado na selva, bem como a de organizar e ministrar os ensinamentos indispensáveis sobre a guerra na selva, a frações de tropa constituídas que operam normalmente naquelas paragens. É o caso do 27º BC e elementos dos Pelotões e Companhias de Fronteiras.

Sob o aspecto da instrução da tropa do GEF, o Comandante daquela GU determinou em dezembro de 1966 a constituição de uma comissão integrada pelo Comandante do CIGS, um oficial do 27º BC especializado em guerra na selva e o E3 do GEF, para estudar as modificações, a

serem propostas ao EME, nos PP das unidades da área visando torná-los objetivos e compatíveis com as necessidades de emprêgo na Amazônia. Pensamos que tal trabalho deva estar concluído.

As perspectivas para o CIGS são as mais auspiciosas possíveis, pois o interesse demonstrado em todos os setores do Exército e das Forças irmãs fará certamente com que o número de especialistas atinja em breve nossas necessidades mínimas.

Exércitos de países amigos já têm sua atenção voltada para o CIGS e pedidos de vaga em seus cursos já foram feitos e poderão ser em breve atendidos, o que projetará, estamos seguros, mais ainda o valor de nossos cursos de especialização. A AMAN, por sua vez, já vem solicitando estágio para cadetes o que dependerá naturalmente da conveniência ou não a ser estabelecida pelos escalões superiores.

5. Para encerrarmos esta pequena notícia sobre o Centro de Instrução de Guerra na Selva, o mais nôvo, mas já conceituado Curso de nosso Exército, desejamos lembrar que o combate nas selvas é, fundamentalmente, uma luta de pequenos elementos que operam contra o inimigo em compartimento limitado e se caracteriza pelo fogo a distâncias muito curtas e pela luta corpo-a-corpo. Aí na selva, mais do que nunca é válida a assertiva: — “Sem chefia capaz, não se pode esperar que um grupo sobreviva na selva aos momentos críticos de suas ações de guerra.”

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista
de estudos e debates profissionais. É a **sua**
tribuna. MANDE-NOS SUAS COLABORA-
ÇÕES!

O VETERINÁRIO NA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS

ESTEVÃO ALVES CORREIA FILHO
Cel Vet

1 — GENERALIDADES

Uma das atribuições precípuas da Veterinária do Exército é o Serviço de Inspeção de Alimentos. Muito embora seja esse encargo exercido, cumulativamente, com os de cuidado e trato dos animais das organizações militares hipomóveis e as tarefas inerentes ao funcionamento das granjas militares, não poderíamos menosprezar a sua importância.

Nos Estados Unidos este Serviço tomou grande impulso na II Guerra Mundial, a tal modo que um veterinário militar inspecionou em média 2.200.000 quilos de alimentos, quando na I Grande Guerra só inspecionara em média 137.000 quilos.

No Brasil o problema de inspeção de alimentos para as Forças Armadas é maior que naquela grande nação, devido à deficiência de transportes, dificuldades de armazenagens, insuficiência de estocagem frigorificada e falta de técnicos especializados. Daí a necessidade de mantermos uma real e permanente fiscalização sobre os gêneros alimentícios a serem distribuídos à Tropa do Exército.

É bem verdade que, salvo nos produtos oriundos das granjas militares e nos adquiridos nas várias Guarnições-sedes das Unidades Militares, onde é feita a inspeção de alimentos, o Serviço em aprêço limita-se, muitas vezes, a proceder uma reinspeção nos gêneros já fiscalizados por elementos altamente especializados do Ministério da Agricultura.

A cooperação dos veterinários militares a seus colegas civis torna-se necessária a fim de atenuar a falta de elementos encarregados do Serviço de Inspeção de Alimentos.

Essa falta não é somente nacional, mas transcende as nossas fronteiras, pois a deficiência de técnicos veterinários alcança até os países mais desenvolvidos.

Nos Estados Unidos estima-se que somente a saúde pública exigiu o aumento de 1.245 técnicos em 1962, e prevê-se para cada 20.000 habitantes acrescidos à população urbana, a necessidade de mais um veterinário. É julgado insuficiente naquele país o número expressivo de 22.000 profissionais em atividade, quando no Brasil possuímos, em exercício, o número insignificante de 3.000 veterinários.

Conforme dados do Departamento Nacional de Produção Animal, em 1958, existiam em funcionamento 2.556 estabelecimentos particulares dedicados ao abate e à produção animal, para os quais o DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal) só dispõe de 97 veterinários e 603 auxiliares.

Impedimos ou prevenimos o aparecimento de doenças transmissíveis pela alimentação, não só as produzidas por substâncias tóxicas contidas nos alimentos, como as oriundas de contaminações por germes, e bem assim, por teor insuficiente de elementos necessários à vida do homem ou dos animais e, ao mesmo tempo, advertimos os órgãos produtores ou fornecedores sobre a citada insuficiência, ou sobre discordâncias entre as características verificadas em exames laboratoriais e as exigências mínimas, prescritas em leis e regulamentos.

2 — HISTÓRICO

Em 1939, o corpo de veterinários militares dos Estados Unidos inspecionou 75 milhões de quilos de carne, produtos cárneos e laticínios, rejeitando 4 milhões de quilos. No primeiro semestre de 1941, as inspeções ascenderam a 200 milhões de quilos sendo rejeitados 9 milhões. A partir dessa época as inspeções dos alimentos atingiram a tal volume que permitiram justificar a presença do veterinário militar nas Forças Armadas dos Estados Unidos. Ainda naquele país no período de 1940 a 1945 foram inspecionados pelos veterinários militares 60 bilhões de quilos de alimentos. É dada particular importância aos alimentos de origem animal, que em 1944 ascendiam à média de 600 milhões de quilos inspecionados por mês pelo Serviço de Veterinária. Nas Forças Armadas dos Estados Unidos as rejeições durante o ano de 1943 atingiram a média de 5,1% das inspeções.

O valor dos alimentos rejeitados por impróprios no consumo no ano de 1943 excedia o total do pagamento dos oficiais do Serviço Veterinário e todo o pessoal desse Serviço do Exército naquele ano.

Em nosso Exército, o Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária de 1948 prescrevia para as Formações Veterinárias dos Corpos de Tropa ou Estabelecimentos: "inspecionar os alimentos destinados à tropa compreendendo: exame do gado em pé-abate-conservação transporte-higiene dos matadouros nos locais em que não haja inspeção veterinária — exame de carne, peixe, leite, conservas, manteiga, banha, ovos e demais produtos de origem animal". Ao mesmo tempo, atribuía às Formações Veterinárias dos Estabelecimentos de Subsistência o encargo de inspeção e exame bromatológico de todos os alimentos e forragens destinados ao Exército.

Antes da vigência desse Regulamento, cumpria ao Serviço de Veterinária apenas a inspeção da carne e dos demais produtos de origem animal. Esse trabalho era feito desde o exame do gado em pé

e do abate nos matadouros, até a inspeção **post-mortem**, com o exame das carcaças e das vísceras, fiscalização dos transportes e a reinspeção, quando a carne era fornecida após o talho.

Alguns oficiais do Serviço de Veterinária foram nessa época mandados matricular no Curso de Inspetor de Produtos de Origem Animal da Universidade Rural, enquanto que outros o eram em cursos de Bromatologia, tudo visando preparar uma equipe de técnicos que pudesse, de início, dar a orientação das novas atribuições.

Atualmente a Escola de Veterinária do Exército mantém um curso de especialização de Inspeção de Alimentos para preparar veterinários nessa missão, tendo já diplomado até o corrente ano, no CIAB (Curso de Inspeção de Alimentos e Bromatologia), 21 (vinte e um) oficiais veterinários, que servem preferencialmente nos Laboratórios de Inspeção dos Estabelecimentos de Subsistência. Dispõe, além disso, a Veterinária Militar, de mais 7 (sete) oficiais formados pelo Curso de Inspeção de Produtos de Origem Animal do antigo DIPOA.

3 — EQUIPAMENTO PORTÁTIL DE INSPEÇÃO DE ALIMENTOS

3.1 — Visando dar um apoio tanto mais técnico quanto possível aos exames dos alimentos e forragens procedidos nos vários Corpos de Tropa, Estabelecimentos Central e Regionais de Subsistência, idealizou e criou a Escola de Veterinária um equipamento portátil de inspeção de alimentos.

Esse equipamento adotado inicialmente em caráter experimental na Escola de Veterinária do Exército, nos vários cursos de Formação e Especialização dos Oficiais Veterinários e Sargentos especialistas, veio suprir uma lacuna existente em uma das atividades mais importantes do Serviço de Veterinária.

O equipamento é constituído de reagentes e aparelhos, encerrados em uma caixa de 55 cm de comprimento, 35 cm de largura e 42 cm de altura, tendo uma caixa acessória com alças, reservada para uma balança de escala triplice. Para facilitar o manuseio do material, o equipamento dispõe de uma tampa superior e duas tampas anterior e posterior, que se abrem lateralmente.

3.2 — O conteúdo do equipamento é o seguinte :

3.2.1 — Na parte superior e tampa: Alça de platina, bastão de vidro, 2 buretas de 25 ml, 2 butirômetros de Jerber para leite, escôva para limpeza de vidraria para bureta, escôva para limpeza de vidraria para Erlenmeyer, espátula pequena, lente, pinça para caneco de alumínio, 2 pinças de madeira para tubo de ensaio, 2 pipetas de 1 ml graduadas ao décimo, 2 pipetas de 5 ml graduadas ao décimo, 2 pipetas de 10 ml (volumétricas), 2 pipetas de 11 ml para leite, proveta graduada de 10 ml, proveta graduada de 50 ml, proveta graduada de 250 ml, termolactodensímetro de Quevene e termômetro de zero a cem graus (escala Celsius).



3.2.2 — No lado anterior: acetato de chumbo a 5%, ácido clorídrico densidade 1,19, ácido nítrico, ácido sulfúrico densidade 1,820 a 1,825, ácido sulfúrico densidade 1,840, água destilada, álcool amílico, álcool etílico, carbonato de cálcio, éter etílico, piridina, solução alcoólica de fenolftaleína a 1%, solução alcoólica de fúrfurol a 1%, solução alcoólica de hidróxido de potássio a 3,3%, solução de cromato de potássio a 5%, solução de enxofre (1%) em sulfureto de carbono, solução etérea de floroglucina a 0,1%. Solução de formol a 10%, solução de hidróxido de sódio 0,1 n, solução de hidróxido de sódio N/9 e solução saturada de iodo.

3.2.3 — No lado posterior: abridor de latas, afiador de esmeril para faca de inspeção, 100 gramas de algodão hidrófilo, béquero de 100 ml, caneco de alumínio, centrífugador manual, 4 frascos de Er-



lenmeyer de 125 ml, estante de arame para 12 tubos de ensaio, estante de madeira para 6 tubos de ensaio, estôjo de lona para material de inspeção, faca de inspeção, fogareiro a álcool com tripé, funil de vidro de 5 cm de diâmetro, gancho para inspeção, panela de alumínio com 14 cm de diâmetro e 7 cm de altura, 100 folhas de papel filtro, suporte de madeira para bureta e tela de amianto.

3.3 — Os vários reagentes e materiais de laboratório permitem o processamento dos seguintes exames (determinações e pesquisas nos alimentos) :

3.3.1 — Leite = acidez, densidade, gordura, amido, nitratos e urina.

3.3.2 — Manteiga = umidade, insolúveis totais no éter, gordura por diferença, cloretos (processos de Mohr), acidez, ranço, ponto de fusão.

3.3.3 — Óleos e Gordura = acidez, ranço, ponto de fusão, reação de alphen-Gastaldi, reação de Villavecchia-Fabris, reação de Holde.

3.3.4 — Carnes e Conservas de Carne = Charque = amônia, H_2S , p H filtrado, cocção, resistência das fibras.

3.3.5 — Peixe e Conservas de Peixe = H_2S e p H.

3.3.6 — Leguminosas e Cereais = cocção e classificação merceológica.

3.4 — Fotografias de Equipamento Portátil de Inspeção de Alimentos.

4 — INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA) realiza a inspeção sanitária dos produtos de origem animal e vegetal, destinados ao comércio interestadual e internacional.

Além do mais, presta o SIPAMA a assistência técnica às indústrias de transformação desses produtos, colaborando ainda no controle da execução da classificação de produtos de origem animal e vegetal.

Para o cumprimento de suas atribuições, o SIPAMA estende suas redes de inspeção a 1790 estabelecimentos sob inspeção federal, tendo em 1965 inspecionado 6.146.359 animais de açougues e 7.028.834 aves, sem levarmos em conta a inspeção e beneficiamento de volume superior a 671.212.804 litros de leite, industrialização de 157.018 toneladas de produtos de laticínios, além de inspeção de 86.725 toneladas de pescado. A procura de outras carnes no mercado internacional fez com que a inspeção se estendesse também a 51.631 cabeças de equídeos.

Não obstante o vulto dos trabalhos de inspeção, devemos salientar que somente cerca de 40% dos abates foram feitos sob inspeção federal.

As atividades do SIPAMA foram aumentadas com mais um setor de inspeção de produtos destinados à alimentação dos animais domésticos, cuja regulamentação está consolidada pelo Decreto número 57.284, de 18 de novembro de 1965. Os produtos cárneos inspecionados nos Estabelecimentos sob inspeção federal em 1965 ascenderam a 105.489.535 quilos.

O quadro abaixo nos dá um resumo das inspeções feitas em 1965, nos Estabelecimentos sob inspeção federal, pelo SIPAMA, em dados relativos a carcaças de animais. Na rejeição total foram incluídas as carcaças condenadas, apreendidas ou não, e na rejeição parcial, estão incluídos os vários órgãos e vísceras rejeitados.

**INSPEÇÃO FEITA NOS ESTABELECIMENTOS SOB INSPEÇÃO
FEDERAL — 1965 (*)**

ESPÉCIE DE ANIMAIS	ANIMAIS INSPECIONADOS	REJEIÇÃO TOTAL	REJEIÇÃO PARCIAL
Bovinos	2.869.275	48.875	1.333.042
Suínos	3.039.373	93.836	2.048.959
Ovinos	235.535	881	112.247
Caprinos	1.812	—	—
Eqüídeos	51.631	857	38.756
Coelhos	364	—	—
Aves	7.023.834	97.253	103.230
TOTAL (*)	13.226.824	246.757	3.636.234

5 — INSPEÇÃO DE ALIMENTOS PELO EXÉRCITO

5.1 — O Manual de Campanha C-42-15 — Inspeção de Alimentos em Campanha, elaborado pela Diretoria de Instrução do Exército e aprovado em outubro de 1956, estabelecia que o Serviço de Inspeção de Alimentos tem por fim :

5.1.1 — Proteger a saúde da tropa, evitando infecções e intoxicações motivadas pela presença, nos alimentos, de germes, substâncias nocivas, plantas e animais venenosos;

5.1.2 — Assegurar a higidez dos produtos de origem animal, inspecionando os produtores, orientando-os na fabricação, exigindo o emprêgo de compostos alimentares sãos e de boa qualidade e, finalmente, certificando-se de que as cláusulas dos contratos de compra no que se refere a tipo, classe, qualidade, conservação, embalagem, marca, invólucro, expedição, etc., não foram deturpados;

5.1.3 — Assegurar a boa qualidade a higidez das forragens necessárias à alimentação dos animais;

5.1.4 — Realizar, quando determinado, a inspeção dos demais alimentos de qualquer natureza;

5.2 — As finalidades prescritas pelo Manual C-42-15 foram ampliadas pelas Instruções para o funcionamento do Serviço de Veterinária em tempo de paz, aprovadas pela Portaria n. 370, de 8 de fevereiro de 1962. Assim, estipula essa Portaria, que compete ao Serviço de Veterinária do Exército: a preservação do potencial humano pela inspeção dos alimentos estabelecendo normas de inspeção para pessoal especializado, elaborando a documentação necessária às atividades dos inspetores de alimentos, orientando os laboratórios veterinários no setor de inspeções. Estas atribuições estenderam-se aos chefes das Seções de Veterinária dos Corpos de Tropa aos quais competem realizar a inspeção e reinspeção dos alimentos e da forragem destinados à Unidade. Nos Estabelecimentos de Subsistência, Armazéns, Depósitos ou Entrepostos, cabe à Seção Veterinária, além de superintender, coordenar e fiscalizar o serviço de inspeção de alimentos e forragens, mais ainda ter sob sua responsabilidade o laboratório para exames bromatológicos.

Face a essas prescrições regulamentares, estendeu-se no Exército a inspeção de alimentos, não só de produtos de origem animal, como também aos de origem vegetal, forragens e produtos diversos. Essa medida foi tomada, visando unificar o Serviço de Inspeção, tornando-o mais econômico em virtude de um único quadro de profissionais com as mesmas instalações e o mesmo aparelhamento ficar encarregado de todas as inspeções. Caso contrário, teríamos que atribuir aos veterinários somente as inspeções de produtos de origem animal, cabendo então a outros profissionais as demais inspeções.

Especificamente, tal como é exigido nos mapas-contrôles semestrais de inspeção de alimentos e forragens do Serviço de Veterinária, são examinados :

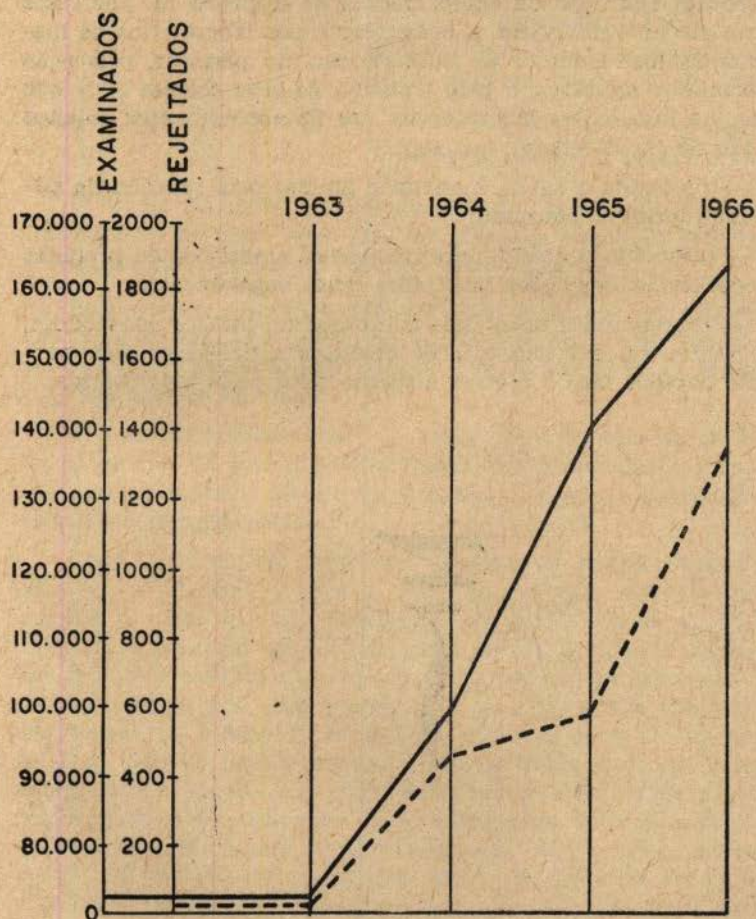
Produtos de origem animal: — Banha, carne de aves, carne bovina-charque e verde, carne de peixe, carne de suíno-salgada e verde, enlatados de peixe, enlatados de carnes, leite in natura, condensado e em pó e similares, manteiga, margarina, mel de abelhas, ovos, queijos, toucinho — fresco e salgado.

Produtos de origem vegetal: — Açúcar, arroz, café, enlatados vegetais, farinha de mandioca, de milho, de trigo e enlatadas, feijão, frutas, massas alimentícias, óleos de gorduras vegetais, produtos hortícolas, raízes e tubérculos.

Forragens: — Alfafa, aveia, milho, rações balanceadas, verdejo, farelo de trigo e outras rações.

Englobando-se a tonelagem da inspeção feita pelos veterinários militares nos vários Corpos de Tropa e nos laboratórios de inspeção dos Estabelecimentos de Subsistência, tanto nos alimentos de origem animal, vegetal, forragens e produtos diversos, chegamos ao seguinte gráfico :

GRÁFICO DA INSPEÇÃO DE ALIMENTOS E FORRAGENS NO EXÉRCITO



6 — CONCLUSÕES

Os veterinários, civis e militares, estendem e ampliam suas atividades técnicas ao serviço de inspeção de alimentos de origem animal, vegetal, forragens e produtos diversos.

A tonelagem de inspeções realizadas, quer nas Organizações Militares, quer nos Estabelecimentos sujeitos à inspeção federal, demonstra a efetiva atuação desses técnicos na preservação do potencial humano.

A recente aquisição de equipamentos de inspeção de alimentos pela Diretoria de Veterinária, a coexistência dos laboratórios de inspeção nos Estabelecimentos de Subsistência vão permitir, pela ação dos veterinários militares, e pelo trabalho de seus colegas civis que labutam nas instalações laboratoriais dos Estabelecimentos sujeitos à inspeção do órgão federal, que seja :

6.1 — protegida a saúde humana e animal pela rejeição de alimentos impróprios ao consumo;

6.2 — defendido o erário, impedindo-se as aquisições de produtos sem preencher as condições instituídas pelos regulamentos;

6.3 — preservada a necessária confiança no público consumidor, civil ou militar da real utilização de produtos alimentícios são, normalmente dosados face à efetiva inspeção feita pelos veterinários.



LIGAÇÕES TÁTICAS E TRANSPORTES NA GUERRA DO PARAGUAI

CORONEL NALOT

Breveté d'État Major — Membro da Missão
Militar Francesa no Brasil, de 1935 a 1939

Tradução do Ten-Cel Cav (QEMA)

MANOEL LUTZ DA CUNHA MENEZES

O estudo da guerra do Paraguai mostra que foram necessários aos Aliados mais de cinco anos (12 Nov 864 — 1 Mar 870) para vencerem seu adversário, o ditador Francisco Solano Lopez.

Pode ser de estranhar que um país de menos de um milhão de habitantes e com uma superfície de 250.000 km² tenha podido resistir por tão longo tempo a uma coalizão que compreendia 11.500.000 km² com dez milhões de almas.

Os contemporâneos mais ou menos bem informados atribuíam a longa duração da guerra à insuficiência dos meios empregados, às dificuldades do terreno, coberto de florestas e lagoas, e sobretudo à deficiência do comando aliado.

Numa obra notável intitulada "História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai", onde o autor se esforçou, antes de tudo, por guardar a serenidade de historiador imparcial, o Gen Augusto Tasso Fragoso fez ressaltar nitidamente as causas da lentidão e das hesitações constatadas e mostrou que era necessário procurá-las sobretudo na falta de preparação para essa guerra, que os Aliados não tinham querido empreender — o BRASIL menos que qualquer outro —, na ignorância total do país no qual penetraram após a transposição do Paraná, nos obstáculos do terreno reforçados pelos recursos da fortificação de campanha hábilmente explorados pelo inimigo, no valor do soldado paraguaio e nas dificuldades de suprimentos de toda a sorte, devidas à extensão de uma via de transportes única. O Comando aliado não está absolutamente em causa, como pensava o Conde d'Eu antes de assumir ele próprio o comando do exército brasileiro, e as operações da primeira guerra mundial provaram, em maior escala, que a vontade de vencer, a capacidade do Chefe e a bravura das tropas não são fatores suficientes para vencer rapidamente o inimigo.

Nós nos propomos aqui a ressaltar, num rápido resumo dessa campanha, a medida em que o problema das ligações táticas e dos trans-

portes influiu nos planos de operações e na sua execução, e mostrar também que a esse problema se deve em grande parte a longa duração dessa guerra.

O Império do Brasil tinha feito tudo por manter relações de amizade com o Paraguai. Desde 1824, tinha reconhecido a independência desse país. Não podendo a província de Mato Grosso comunicar-se com o mar senão através dos rios Paraguai e Paraná, tinha-se chegado, apesar da má vontade do ditador paraguaio Carlos Lopez, a regular amigavelmente, por tratados, a livre navegação nesses rios, em tôda a extensão dos dois estados.

Em seguida às desinteligências havidas com o Uruguai, e tendo o Brasil ocupado uma parte dêste país, a título de represália, o Paraguai que havia protestado contra êsse ato e aprisionado um navio brasileiro que viajava para Mato Grosso, à sua passagem por Assunção, invadiu a parte sul dessa provincia, que dizia êle fazer parte integrante da República do Paraguai. Era a guerra.

A República Argentina, que perdoara difficilmente a recusa paraguaia a fazer parte das Províncias Unidas do Prata, quando as colônias espanholas proclamaram sua independência, tinha numerosas dificuldades nos seus negócios com o Paraguai, mas procurava guardar sempre a mais estrita neutralidade nas questões dos seus vizinhos. Foi esta a attitude que ela havia adotado na querela uruguaio-brasileira e que estava disposta a manter caso o ditador paraguaio Francisco Solano Lopez, sucessor de seu pai Carlos Lopez, lhe pedisse permissão para a passagem de suas tropas para invadir o Brasil. O Uruguai que sob a presidência de Berro e depois de Aguirre, sempre fizera causa comum com o Paraguai e incitara-o mesmo a fazer a guerra, passara-se para o lado do Brasil, desde que o Caudilho Flores, grande amigo da Argentina, subira ao poder, graças às represálias levadas a efeito pelo Império Brasileiro.

Os planos de campanha elaborados pelo Marechal Caxias, o Conde Pimenta Bueno e o Almirante Tamandaré — antes da Argentina se pôr ao lado do Brasil — para uma invasão do Paraguai, em caso de agressão por parte do seu tirano, comportavam todos três, um ataque principal pelo sul, ao longo do rio Paraguai, com Humaitá e Assunção como objetivos, e um secundário, pelo norte, partindo de Mato Grosso. E como até êsse momento, a Argentina ainda estava neutra, o Brasil não podia pretender passar através do seu território. Por outro lado, os planos previstos, levavam os exércitos brasileiros a atravessar a província de Corrientes e o território de Missões, antes de transpor o Paraná e penetrar no território paraguaio, pois o ataque direto, partindo do Brasil, só poderia desembocar de Mato Grosso ou do Paraná, provincias cujas ligações com a Capital eram tão longas e difíceis que implicariam no grande risco o fracasso total da campanha. Isto fica bem provado quando se analisa a ação secundária prevista por Mato Grosso: a operação se diluiu immediatamente, e terminou pela famosa retirada da Laguna, immortalizada pelo Visconde Taunay no seu belo livro. Como os brasileiros não violariam, certamente, a neutralidade argentina, po-

demos pensar que êles contariam que, pelas mesmas razões táticas e estratégicas, o ditador paraguaio não cometeria êsse êrro que levaria a Argentina a pôr-se contra êle, ao lado do Brasil.

No momento em que o Marechal Solano Lopez, desrespeitando a recusa da Argentina em dar passagem às suas tropas, ocupou a cidade de Corrientes, a Argentina e o Uruguai assinaram com o Brasil o tratado da Tríplice Aliança (1 Mai 865). Os aliados elaboraram imediatamente um plano de operações no qual o objetivo inicial era Humaitá, em razão da presença da via fluvial do Paraná e Paraguai que permitia uma cooperação permanente da esquadra brasileira com os exércitos aliados, e constituía ao mesmo tempo uma linha perfeita de comunicações e reabastecimento. Êle previa também uma ação secundária pelo território de Missões e por Candelária, mas esta não era senão uma falsa ameaça destinada a confundir o adversário. A ação pelo norte (Mato Grosso) era entregue aos brasileiros sôzinhos.

Ignora-se o plano de operações do ditador Lopez, comandante-em-chefe das forças paraguaias. Êle lançou contra os aliados duas colunas de tropas: uma ao longo do Uruguai (Estigarribia), e outra ao longo do Paraná (Robles). Estas duas colunas encontrar-se-iam logo depois, isoladas uma da outra, e na impossibilidade de se apoiarem mutuamente e em tempo, em virtude da existência entre elas, da região quase intransponível da lagoa Iberá. Era, certamente, favorecer as ligações de cada coluna com a retaguarda, mas era também expô-las a uma manobra inimiga em posição central, manobra essa que o General Mitre, comandante-em-chefe aliado, não deixou de levar a termo.

Desde 25 de maio de 1865, portanto na fase de cobertura na província de Corrientes pelas forças argentinas, que o general Paunero, por meio de sua ação audaciosa sobre a cidade de Corrientes, operando em ligação perfeita com a marinha brasileira, pela via fluvial do Paraná, obrigara a parar a progressão da coluna Robles, que já atingira o rio Santa Luzia, e a fizera refluir precipitadamente para o norte.

A 18 de julho o general Mitre, cujo grosso das forças estava reunido em Concórdia, decide atuar contra a coluna de Estigarribia, que já atingira o Ibicuí. Dirige para o norte, sob as ordens do General Flores, um destacamento de exército, mil homens, que destruiu completamente a 7 de agosto em Iataí, o destacamento do Major Duarte, flanco-guarda W de Estigarribia, juntou-se às forças brasileiras do General Pôrto Alegre na outra margem do rio, e fez capitular a coluna do Uruguai, em Uruguaiana, a 18 de setembro. A coluna do Paraná, que progredira novamente até ao rio Santa Luzia e apesar de só ter à sua frente insignificantes forças de cavalaria argentina, nada tinha feito para auxiliar a coluna do Uruguai e dificultar, por Mercedes, os movimentos de Flores. Iniciou a retirada para o Paraguai logo que soube da capitulação de Uruguaiana.

Esse desastre terrestre dos exércitos paraguaios tinha sido precedido de um outro não menos importante, sofrido pela frota desse país.

Desde o início das hostilidades, os dois adversários haviam compreendido a importância da via fluvial Paraná-Paraguai. A ação de Paunero havia mostrado a Lopez que o seu flanco direito se encontraria constantemente ameaçado pela presença da esquadra brasileira no rio. Por outro lado, os aliados tinham decidido manter suas forças fluviais mais ou menos à mesma altura que as terrestres, de forma a permitir às primeiras atuar em estreita coordenação com as segundas. Assim sendo, não é de admirar que a primeira batalha desta guerra fôsse uma batalha naval (Riachuelo) onde, com igualdade de efetivos, os brasileiros saíram vencedores. Daí por diante, senhores absolutos da via fluvial, os aliados possuíam uma importante linha de comunicações e abastecimento, que iria à artéria mestra de suas operações.

É interessante notar que depois da rendição de Uruguaiana, o grosso do exército aliado levou perto de 4 meses para se deslocar da região de Concórdia para a de Corrientes (cêrca de 500 km) apesar do inimigo nada ter feito para impedir a progressão para o norte. Parece portanto, como opina o Gen Tasso Fragoso, que a região de concentração devia ter sido fixada, não em Concórdia, mas noutro ponto qualquer nas proximidades de Góia ou Esquina, sôbre o Paraná, donde o grosso teria de percorrer um máximo de 300 km para chegar a Corrientes, e onde poderia beneficiar-se da presença da esquadra; não sômente para assegurar o suprimento de tôda sorte, como também o transporte de uma grande parte da tropa no momento da perseguição. Ter-se-ia evitado o considerável atraso no deslocamento do exército aliado para a base de partida de invasão do Paraguai, e talvez podido dificultar seriamente, ao inimigo, a transposição do Paraná.

E agora trata-se de abordar o território inimigo. É preciso, inicialmente, transpor o Paraná em presença do inimigo, e foram as facilidades de desembarque, devidas ao apoio de fogo da esquadra; assim como a ligação permanente dela com as tropas, e a progressão ulterior, que ditaram a Mitre a solução a adotar. Vistos êstes fatores, Itaipu parecia a zona de desembarque mais favorável, apesar da existência do forte e da proximidade do campo inimigo do Passo da Pátria. Mitre preferiu a região de Itati, que lhe permitiria contornar as defesas inimigas do Passo da Pátria e de Humaitá e retomar mais rapidamente o contato com a esquadra ao norte da fortaleza. Finalmente decidiu-se pela embocadura do Paraguai no Paraná, o que trouxe, pelo menos, a vantagem de surpreender completamente o adversário, por ter sido tomada essa decisão no último momento. Mas as dificuldades do terreno (rios, lagoas e florestas) em partes imprevisíveis, iriam representar para os aliados, obstáculos quase intransponíveis e que iriam balizar as vitórias improdutivas de Estero Bellaco (2 Mai 866), Tuiuti (24 Mai) e Curuzu (3 Set) e a grave derrota de Curupaiti (22 Set).

Se Mitre tivesse conhecimento do terreno e houvesse desembarcado em Itati, teria evitado todos êsses obstáculos e se apresentado no flanco de Humaitá muito mais cedo do que conseguiu (fim de Jul de 867).

Foram-lhe precisos 15 meses para atingir essa região, a única que lhe permitia em boas condições a investida contra Humaitá, e a sua conquista. Esta operação, por si mesma, exigiu o concurso da esquadra, que a assegurou brilhantemente, forçando as passagens de Curupaiti (15 Out) e Humaitá (19 Fev), o que permitiu a retomada do contato entre ela e as forças terrestres em Taiti e a investida destas últimas contra Humaitá pelo Chaco (2 Mai 868). Infelizmente a resistência do inimigo, as dificuldades do terreno, aumentadas pela fortificação, e a necessidade da espera dos novos monitores imprescindíveis ao forçamento da passagem de Humaitá, aumentaram a delonga desses movimentos e permitiram a Lopez evacuar a tempo a fortaleza. Com o grosso das suas tropas, foi ocupar nova posição atrás do Rio Piquisiri. Caxias, que havia substituído Mitre a 9 Fev 867, entrou em Humaitá a 25 Jul 863.

A marcha dos exércitos aliados para o norte prosseguiu até o Rio Piquisiri, onde o inimigo se achava sólidamente entrincheirado, pois ele também não queria afastar-se do Rio Paraguai, que lhe assegurava o reabastecimento e a ligação com Assunção, apesar da frota brasileira controlar a navegação e dar caça sem descanso aos navios paraguaios que tinham escapado de Riachuelo.

É então que Caxias vai montar pelo rio e pelo Chaco a bela manobra que por si só chegaria a imortalizar o seu nome. Reconhecendo a impossibilidade de forçar de frente a resistência inimiga do Piquisiri, transpõe o Rio, marcha com o grosso de suas forças por uma estrada que se faz construir no Chaco, e torna a transpor o Paraguai em Villeta. Lidera um combate contra uma vanguarda do inimigo em Itororó, e vence logo depois um forte contingente das tropas inimigas com a brilhante vitória de Osório em Avaí. Finalmente ataca, pela retaguarda, o grosso de Lopez na posição do Piquisiri e o destrói completamente. Infelizmente o Marechal paraguaio consegue fugir através das florestas, com alguns Oficiais do seu Estado-Maior.

Desde 1 Jan 869, Assunção se achava ocupada. A 18, Caxias, doente, deixa o Comando e retorna ao Rio de Janeiro. A campanha parecia terminada, mas Lopez reúne novo exército e vai estabelecer-se na Cordilheira de Altos. O Conde D'Eu, genro do Imperador, nomeado para substituir Caxias, assume o comando a 16 Abr 869. Como Lopez foi morto a 1 Mar 870, foi preciso portanto ainda um ano para abater definitivamente o tirano do Paraguai. Para um chefe jovem como o Conde d'Eu, que no Rio de Janeiro, nunca deixara de criticar a lentidão e as tentativas de acôrdo dos seus antecessores — que ele julgava, talvez de muito longe —, uma tal delonga deveria parecer exaustiva e sem razão. É que o exército aliado, agora quase reduzido somente às tropas brasileiras, era obrigado, a partir desse momento, a afastar-se da via fluvial, que tanto o havia auxiliado na sua ação. De início, a via férrea Assunção-Paraguai havia sem dúvida permitido ao Conde d'Eu organizar, ao longo do Rio Piraju, uma base de partida convenientemente ligada ao Paraguai. Mas a partir do momento em que a manobra sobre a reta-

guarda do inimigo o levou para longe dessa base, por Valenzuela, Peribebuí e Caacupê, as dificuldades de abastecimento começaram a fazer-se sentir e, daí por diante, acentuar-se iam com o tempo.

A vitória de Campo Grande (16 Out 869) veio felizmente pôr fim não à guerra, mas ao exército paraguaio, destruído pela derrota e pela impossibilidade de reabastecer-se. A guerra continuou, pois não era feita à Nação e sim ao ditador, que era preciso agarrar vivo ou morto.

As operações, tendo por fim a captura do Marechal Lopez, submeteram a rude prova de energia e a perseverança do Conde d'Eu, não por razões de ordem tática, mas pelas dificuldades de abastecimento.

Vemos portanto, que a necessidade de assegurar aos exércitos da Tríplice Aliança, uma linha de comunicações segura, e de permitir a qualquer momento, uma íntima ligação deles com a esquadra, obrigou os aliados a adotar como direção de ataque a via de acesso do Paraguai, digo, do Rio Paraguai, apesar dos inumeráveis obstáculos que ela apresentava e de ser aí que o inimigo os esperava.

Não nos espantemos, pois, se as primeiras operações importantes da campanha foram uma batalha naval, duas ações de forçamento de passagens no rio e a conquista duma sólida fortificação na sua margem, nem tampouco com os longos prazos para isso necessários.

A linha de comunicações definitivamente assegurada por estas operações preliminares tornou possível levar a termo as magníficas e rápidas manobras do Piquisiri e da Cordilheira, que permitiram destruir o exército paraguaio.

Quando o inimigo já se encontrava totalmente batido, e foi preciso perseguir o ditador, nas florestas onde se escondera, foram ainda necessários seis meses, pois impunha-se mais uma vez o alongamento da única via pela qual podiam ser carregados os suprimentos.

A derrota e a morte de Francisco Solano Lopez pôs um termo à ditadura sangrenta que este tirano exercera sobre o seu infeliz país. A vitória libertou por fim os aliados, e sobretudo o Brasil — que tinha feito um esforço total até ao fim — da carga terrivelmente pesada de uma longa guerra de mais de cinco anos, que eles não tinham querido e que lhes havia sido imposta. Permitiu ao país vencido retornar ao seu equilíbrio e à sua força, numa atmosfera de paz verdadeira e entrar enfim num longo período de liberdade. Permitiu à Argentina e ao Brasil o traçado das fronteiras que lhes era de direito, e assegurou definitivamente ao último, a livre navegação dos rios, que os ditadores paraguaios tanta má vontade tinham tido em conceder.

A questão das comunicações, que tinha ocupado um lugar de primeira importância na guerra da Tríplice Aliança, viu-se, como devia, alçada ao primeiro plano, no tratado de paz, e foi resolvida definitivamente, da melhor maneira, de acordo com os interesses dos três.

(Tradução da "Revue Internationale D'Histoire Militaire").



"AVANTE BATALHÃO SUEZ"

MARIA LUIZA RODRIGUES ALVES BELHAM

(Funcionária da S Ge Ex)

Ê-me sobremaneira honrosa a missão de prestar uma homenagem cívica ao valoroso Batalhão Suez.

Minhas palavras serão endereçadas aos bravos heróis, intrépidos guardiões da nossa Pátria, que em plagas distantes elevam condignamente a querida Nação. Muitos dos nossos pracinhas possuindo almas de ciganos sonham com a belíssima viagem que empreenderão, outros sonham com o polpudo sôlido que concretizará velhas esperanças. O ansiado dia é chegado. No Pier da Praça Mauá a imensa embarcação com a altaneira bandeira brasileira tremulando no mastro, pronta para zarpar.

Os familiares, traumatizados comparecem para levar a carinhosa despedida, principalmente mães e noivas. A sirene indiferente ao pranto alheio vibra como o aço frio do punhal, penetrando nos corações mais áridos.

Parte o majestoso navio qual o cisne que em noites enluradas vai navegando no mar azul. Desliza nas ondas espumantes que beijam o casco e as gaivotas realizam o vôo de reconhecimento.

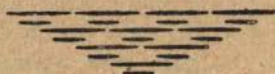
Ê a própria natureza saudando os idolatrados filhos. Dentro em breve estarão em Gaza, Beirute, Damasco... Autênticas pérolas orientais. Trilharão pelas areias escaldantes do deserto como o beduíno conduzindo o dromedário em suas longas peregrinações. As tendas brancas vão ficando para trás como se fôssem lenços acenando adeus e em surdina os flautins executam u'a melodia misteriosa.

A tarde agoniza para ceder lugar ao espetáculo fascinante da terra. O céu tingi-se de negro, as estrelas, minúsculos pontos cintilantes, ofuscam no infinito, destacando-se a lua como auréola de luz e no cimo de uma das pirâmides Alá com a túnica côr de púrpura mostra ao viajor a grandiosidade do seu mundo.

Felizes jovens do Batalhão Suez, dignos representantes do Exército Nacional que embora ausentes do berço natal, contribuem com a valiosa parcela escrevendo com amor e sangue mais um capítulo da nossa história na preservação do direito à paz.

Aguardamos confiantes as suas missivas que serão o lenitivo para a fiel e inseparável companheira a eterna saudade.

Avante Batalhão Suez! Depositário da nossa fé, Orgulho do Brasil!



AOS NOSSOS COLABORADORES

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

INDÚSTRIA BÉLICA ARMA PETROBRÁS COM EQUIPAMENTOS

(Do Bol Rel Públicas do AGRJ)

Dois séculos de pioneirismo e experiência postos a serviço do desenvolvimento da indústria do petróleo.

A luta da Petrobrás para se libertar da importação de equipamentos necessários às suas atividades encontrou ressonância no parque industrial do Exército, onde alguns desses equipamentos já vêm sendo fabricados. E tal foi o grau de aprimoramento técnico atingido por essas indústrias, que a idéia inicial de poupar divisas se transformou na perspectiva de produzir divisas com a exportação de forjados, o que já vem ocorrendo.

A presente reportagem procura focalizar os duzentos anos de existência do parque industrial do Exército e suas profundas modificações que ultimamente nele se vêm processando, com a progressiva modernização de sua maquinaria, graças a convênios com a Petrobrás, em troca da fabricação pioneira de equipamento petrolífero, até então importado.

DOIS SÉCULOS

O pioneirismo da indústria militar no Brasil, teve sua origem na antiga "Casa do Trem" precursora do atual Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, nos meados do século XVIII, em pleno Brasil Colônia. Seu desenvolvimento, sua modernização ao curso desses dois séculos antecederam de muito a iniciativa privada. As necessidades da segurança nacional não poderiam ficar na dependência do advento de um mercado atraente — fator básico e natural de estímulo à iniciativa privada.

Muito antes do recente surto industrial brasileiro, quando a indústria química privada nem sequer despontava e a indústria mecânica apenas ensaiava os primeiros passos, a Fábrica Presidente Vargas (então Fábrica de Pólvoras de Piquete) já produzia apreciável gama de produtos básicos, tais como ácido sulfúrico, ácido nítrico, ácido clorídrico, dinamite, além de produtos essencialmente bélicos: trinitrotolueno, nitrocelulose e pólvoras. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro fabricava granadas de ferro fundido e aço forjado, de vários calibres, em regime seriado, para abastecimento das Forças Armadas. A Fábrica Estréla, desde 1909, fazia pólvora negra e artificios pirotécnicos. Na década de 30, a Fábrica de Realengo produzia, em série, munição para armas portáteis. A Fábrica de Andaraí, granadas de

aço forjado, de todos os calibres, para artilharia. A Fábrica de Bon-sucesso, máscaras contra gases e agentes químicos. A Fábrica de Juiz de Fora, espoletas para granadas, constituídas de complexos e delicados mecanismos de relojoaria. A Fábrica de Itajubá, canos e sabres para armas portáteis, também em regime seriado.

Hoje, esse parque industrial, ampliado pelo Arsenal de Guerra de São Paulo, modernizado na sua indústria química e mecânica, confeciona armas automáticas de vários calibres, canhões antiaéreos, foguetes táticos, provendo a fabricação de todo o complexo químico-mecânico desses engenhos.

COLABORAÇÃO

Todo esse conjunto industrial, com a larga experiência de dois séculos, com a aprimorada técnica de seus engenheiros, mestres e especialistas em geral e simples operários — oficiais e soldados formados e treinados dentro do Exército — está agora cooperando com a Petrobrás, na confecção de equipamento petrolífero.

Há mais de oito anos, a Fábrica Presidente Vargas fornece dinamite para as necessidades de prospecção de petróleo. A Fábrica de Andaraí em 1964, levantou, em cooperação com a então Assessoria de Material da Petrobrás (hoje Serviço de Material — SERMAT), todas as características das uniões cônicas (tool joints) para a coluna de perfuração, executando protótipos, elaborando planos de fabricação e produzindo pequena série, para experiências, cujos resultados foram altamente significativos. Exames e experimentos levaram à conclusão de que tais peças eram qualitativamente comparáveis às fabricadas por indústrias internacionais especializadas.

A capacidade ociosa, de paz, da Fábrica de Andaraí permite que sejam ali produzidos 10 mil pares dessas uniões cônicas por ano, isto é, duas vezes o atual consumo da Petrobrás. A operação de acabamento e filetagem, contudo, restringe as possibilidades daquela fábrica a 400 pares anuais. Tal operação requer maquinaria moderna, de grande produtividade. Estudos estão sendo procedidos para a sua aquisição. Enquanto isso aquele estabelecimento militar trata da exportação de forjados, uma encomenda de três mil pares, pela Argentina, está em vias de ser concretizada.

O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, também em cooperação com a Petrobrás, concluiu em 1963, os estudos e elaborou o ferramental, calibres e protótipo do primeiro comando de perfuração fabricado inteiramente no Brasil, bem como um plano de sua fabricação, que incluía operações executadas no Arsenal e na Fábrica de Artilharia da Marinha de Guerra. Em setembro de 1965, fez entrega à Petrobrás de dez comandos perfurados, para o necessário tratamento térmico. São bases de aço-liga, de fabricação nacional, com perto de dez metros de comprimento e oito polegadas de diâmetro. A dificuldade de fabricação de comandos reside, principalmente, na execução do furo axial de 10 metros de comprimento e cerca de três polega-

das de diâmetro e no tratamento térmico. As demais operações de usinagem podem ser executadas pelas oficinas da própria Petrobrás e mesmo por outros especialistas. O tratamento térmico que, inicialmente, só podia ser executado no Arsenal de Marinha, já é operação corrente de aciarias nacionais. Não obstante, o equipamento de que dispõe o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro para furação axial — e no qual foram feitos os furos, no lote experimental — não é o adequado a esse tipo de operação, tornando-se necessário adaptá-lo a maiores produções ou substituí-lo por maquinaria mais moderna. Nesse sentido processam-se, também, entendimentos entre o Exército e a Petrobrás. A maior dificuldade é que o dispêndio de divisas para aquisição dessa maquinaria só será compensador à medida que o mercado de furação fôr ampliando suas perspectivas de vendas ao exterior, pois a demanda interna está restrita aos tubos para material bélico e aos comandos para a Petrobrás.

A execução da operação com equipamentos adaptados ou obsoletos, tal como ocorre agora, pela sua baixa produtividade, onera sobremaneira o custo operacional. Nos comandos inteiramente de aço-liga, o custo da matéria-prima é a parcela preponderante, seguida pelo custo da furação. Atualmente, como já se cogita do emprêgo de comandos mistos de aço-carbono e aço-liga unidos por solda, a parcela corresponde à furação certamente será a mais expressiva. Os modernos equipamentos de furação longa reduziram o custo de operação em mais de 70%, proporcionando ainda a possibilidade de recuperação de matéria-prima do núcleo (trepanação).

PIONEIRISMO

Além disso, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e a Fábrica de Andaraí estudam outros problemas de pioneirismo, em colaboração com a Petrobrás, destacando-se, pela sua importância econômica, o forjamento de extremidades lisas (up-setting) em tubos sem costura, fornecidos por aciarias nacionais. Tais estudos, executados com o equipamento existente, poderão resultar na eliminação da importação de itens de grande significado econômico, tais como o tubo de perfuração (drill-pipe) e a tubulação de produção (tubing).

Outros estabelecimentos militares, como a Fábrica de Bonsucesso, Fábrica de Itajubá, Arsenal da Urca, Arsenal de Guerra de São Paulo, já iniciaram programas de cooperação com a Petrobrás. A Fábrica de Bonsucesso fornece fumígenos, oxigênio e acetileno. A Fábrica de Itajubá produziu um lote de pinos para esteiras de trailers (reboques) e colocou suas oficinas — inclusive a moderna e bem equipada oficina ferramental — à disposição da Empresa. O Arsenal da Urca também cooperou na produção de um lote de pinos para buchas de esteiras. O Arsenal de Guerra de São Paulo se propõe a executar a usinagem em pontas de comandos, com conectores.

Ha cerca de dois anos, era conceito corrente a impossibilidade de fabricar, no Brasil, os elementos da coluna de perfuração, senão

pela iniciativa de fabricantes estrangeiros, tradicionais proprietários do know-how de fabricação, senhores de uma técnica apurada de patentes indispensáveis e de maquinaria especialíssima. Apesar de todos os esforços desenvolvidos pelo Governo, nenhum fator de motivação, seja de ordem competitiva, seja de ordem restritiva às importações, era bastante forte para nêles despertar o interesse pela implantação de indústrias filiadas em nosso País. Por sua vez, a iniciativa privada nacional não podia correr o risco de empreendimentos vultosos num campo de atividade de características tão especiais, lançando-se cativa, em um mercado restrito às necessidades de um único consumidor.

Desde a importação da primeira coluna de perfuração — anexas, portanto, do advento da Petrobrás — a evasão de divisas com a aquisição, no exterior, desse equipamento continuava aumentando à medida que crescia a demanda da nossa indústria petrolífera. Últimamente a despesa nesse setor atingiu a cifra de um milhão e meio de dólares anuais.

Lembrou-se então a Petrobrás de utilizar os recursos do parque industrial do Exército, dirigindo-se inicialmente ao Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e, mais tarde, ao próprio Ministro da Guerra. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e a Fábrica de Andaraí se dispuseram à imediata cooperação e, em pouco mais de dezesseis meses de trabalho, levantando características de know-how e utilizando equipamento instalado há mais de 25 anos, demonstraram ser possível o Brasil fabricar colunas de perfuração, inclusive produzindo protótipos e pequenas séries. A fabricação desses protótipos pelos arsenais de guerra brasileiros foi suficiente para motivar a implantação de indústrias nacionais e filiadas de especialistas estrangeiros, tornando possível a manufatura desses elementos no Brasil.

Não parou aí a colaboração da indústria militar: Possibilitou a produção em massa dos elementos da coluna de perfuração, mediante a complementação de tais linhas com equipamento novo, cujo investimento, em moeda estrangeira, é inferior a um terço das atuais despesas com a importação anual desses itens.

Mesmo desprezando as vantagens decorrentes do aproveitamento da natural ociosidade de paz dos equipamentos de produção bélica, em benefício de outra entidade governamental, a análise pura e simples do investimento revela-o altamente rentável, abrindo a perspectiva de ser aplicado todo um acervo de experiência técnica e de equipamento destinado à produção bélica, na produção de utilidades essenciais a um setor da economia brasileira, de importância vital, como fator de segurança.

São dois séculos de experiência na manufatura de material bélico lançados agora, pelas Forças Armadas do Brasil, na abertura desta nova frente de luta, cujo objetivo é a autosuficiência em petróleo.

EDUCAÇÃO CÍVICA EM TODO O PAÍS

O "Diário Oficial" de 25 de março de 1966 publicou o decreto abaixo relativo ao assunto em epígrafe:

DECRETO N. 58.023 — DE 12 DE MARÇO DE 1966

Dispõe sobre a educação cívica em todo o País e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O Departamento Nacional de Educação, órgão do Ministério da Educação e Cultura, tomará a si estimular em todo o país a educação cívica, para o que promoverá iniciativas ou levará a sua cooperação à iniciativa de outras esferas do Poder Público ou à iniciativa privada, usando de processos capazes de incentivar a consciência cívica de cada comunidade.

Art. 2º. A educação cívica visa a formar nos educandos e no povo em geral o sentimento de aprêço à Pátria, de respeito às instituições, de fortalecimento da família, de obediência à Lei, de fidelidade no trabalho e de integração na comunidade, de tal forma que todos se tornem, em clima de liberdade e responsabilidade, de cooperação e solidariedade humana, cidadãos sinceros, convictos e fiéis no cumprimento de seus deveres.

Art. 3º. A formação cívica processa-se obrigatoriamente na escola, como *prática educativa*, mediante atitudes freqüentes que lhe assegurem a continuidade e contribuam para a consolidação dos hábitos e ideais que ela colima. Deve ser praticada em todos os graus de ensino e ser preocupação dos professores em geral e, especialmente, daqueles que, em virtude de suas áreas de ensino, tenham com ela conexão, como linguagem, geografia, história, música, educação física e desportos, artes industriais, teatro escolar, recreação.

Parágrafo único. O Diretor da escola, ou um coordenador, especialmente designado, responderá pelas iniciativas e oportunidades que assegurem a prática da educação cívica.

Art. 4º. Contribui igualmente para a formação cívica o uso de todos os veículos de difusão cultural, como os jornais e as revistas, o cinema e o teatro, o rádio e a televisão, os clubes de esportes e de recreação, e quaisquer acontecimentos que em contato com a opinião possam despertar os ideais e hábitos preconizados. O DNE solicitará a cooperação desses instrumentos de comunicação coletiva, e proporcionar-lhes-á material audiovisual especializado, capaz de enriquecer os recursos de que dispõem.

Art. 5º. É instituído, na Divisão de Educação Extra-Escolar, o Setor de Educação Cívica, ao qual competirá, em cooperação com o Serviço de Organização e Orientação, com a Campanha Nacional de Material de Ensino e com outras entidades do DNE:

a) promover e estimular a comemoração das grandes datas nacionais e dos centenários de brasileiros ilustres, bem como prestigiar as festas populares, de caráter tradicional, e as manifestações folclóricas;

b) promover a elaboração de monografias sobre, dentre outros assuntos: I) conceituação de *Estudos Brasileiros* nos três graus de ensino; II) participação de todos os professores na formação do educando, em particular na formação cívica; III) caracterização da educação cívica como *prática educativa* e orientação a ser dada aos seus coordenadores; IV) prática de regime representativo na escola; V) organização de excursões orientadas a instituições culturais — como museus, bibliotecas, monumentos históricos — e órgãos do Poder Legislativo, Judiciário e de serviços públicos; VI) significação especial da língua nacional, sua literatura, e da História do Brasil;

c) organizar concursos em torno de livros e temas fundamentais, destinados a edições de livre iniciativa do autor, dentre outros: I) originais para compêndio de "Organização Social e Política Brasileira", com três prêmios iguais em dinheiro; II) originais para compêndio de "Estudos Brasileiros", com três prêmios, em dinheiro ao autor.

d) cooperar na execução das providências e iniciativas que o DNE tomar por qualquer de seus órgãos, dentro do espírito do presente decreto.

Art. 6º. O DNE promoverá, nas capitais dos Estados e Territórios, bem como no Distrito Federal, seminários destinados a despertar no professorado local e na opinião pública interesse pela educação cívica e pelos problemas pedagógicos dessa prática educativa.

Parágrafo único. O Serviço de Assistência e Cooperação Educacionais do DNE e a Divisão de Educação Extra-Escolar elaborarão os programas desses seminários e terão a seu cargo a realização, com o concurso dos Conselhos e Secretarias Estaduais de Educação.


Art. 7º. O atual Setor de Estudos Técnicos passará a constituir o Serviço de Organização e Orientação, integrante do DNE, como órgão geral de consulta e estudos de todos os órgãos do Departamento.

Art. 8º. Os atuais Setores de Administração, Pessoal e Expediente e Contábil passarão a constituir o Serviço de Administração, integrante do DNE.

Art. 9º. As despesas com a execução das medidas previstas neste decreto correrão por conta das respectivas verbas orçamentárias.

Art. 10. O Ministro da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias à execução do presente decreto.





seu filho, hoje,
é um dos 90 milhões
de brasileiros...

mas daqui a 13 anos ele será um dos 200 milhões!

Sem dúvida, ele viverá num país melhor, sob muitos aspectos. Contudo, imagine a concorrência tremenda que terá de enfrentar em seu encaminhamento profissional. Será engenheiro? Em 1980, haverá, no mínimo, 10 vezes mais engenheiros do que hoje, concorrendo com ele. Será médico? Haverá 12 vezes mais médicos do que hoje, competentes bastante para restringir sua clientela. Será técnico? Haverá 18 vezes mais técnicos do que hoje, prontos para preencher o emprego que ele desejar.

Vale a pena pensar por ele **agora**, com vistas em 1980? NCr\$ 10,00 que você deposite hoje mensalmente no **Pecúlio-Pensão Coifa**, significam NCr\$ 22.000,00, no mínimo, para ele amanhã. Um lastro tão valioso como seu futuro diploma. Não há dúvidas de que ele viverá num país melhor...

Para maiores informações, dirija-se diretamente ao

COIFA CÍRCULO DOS OFICIAIS INTENDENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Rua Senador Dantas, 117 - grupos 301, 302, 344, 2003 e 2004
Futura sede própria: Edifício Coifa - Av. 13 de Maio, n.º 41



Preço deste exemplar
NCr\$ 0,20

S Ge Ex
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1967